

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Programa de Pós Graduação em Comunicação**

Annelize Pires Augusto

**A Representação Simbólica de Travestis na Mídia:
Uma análise do Período entre 2000 e 2014 no Jornal Folha de S. Paulo**

**BAURU
2017**

Annelize Pires Augusto

**A Representação Simbólica de Travestis na Mídia:
Uma análise do Período entre 2000 e 2014 no Jornal Folha de S. Paulo**

Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Professor Doutor Claudio Bertolli Filho

BAURU

2017

Augusto, Annelize Pires.

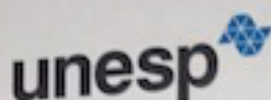
A Representação Simbólica de Travestis na Mídia:
Uma análise do Período entre 2000 e 2014 no Jornal
Folha de S. Paulo/ Annelize Pires Augusto, 2017.

153 f.

Orientador: Claudio Bertolli Filho

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2017.

1. Cultura. 2. Identidade. 3. Travesti. 4. Travestis. 5.
Jornalismo. 5. *Folha de S. Paulo*. I. Universidade
Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação. II. Título.



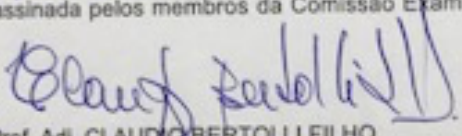
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

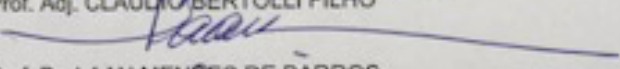
Câmpus de Bauru

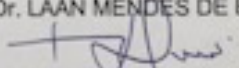


ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ANNELIZE PIRES AUGUSTO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2017, às 17:00 horas, no(a) Sala dos Órgãos Colegiados da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Adj. CLAUDIO BERTOLLI FILHO - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. LAAN MENDES DE BARROS do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Doutor ROZINALDO ANTONIO MIANI do(a) Departamento de Comunicação / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ANNELIZE PIRES AUGUSTO, intitulada **A representação simbólica de travestis na mídia: uma análise do período entre 2000 e 2014 no jornal Folha de S. Paulo**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Prof. Adj. CLAUDIO BERTOLLI FILHO


Prof. Dr. LAAN MENDES DE BARROS


Professor Doutor ROZINALDO ANTONIO MIANI

Dedico esta dissertação a minha mãe, Sueli, que me ensina diariamente sobre determinação e força para alcançar meus sonhos e objetivos. E a todos aqueles que, assim como eu, acreditam que ninguém pode ser limitado por uma única representação

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a minha mãe, Sueli Pires, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida e da minha jornada acadêmica. Obrigada por garantir que eu sempre tivesse os recursos necessários para construir minha carreira, sem você eu não teria chegado aonde cheguei. Obrigada por me mostrar que podemos alcançar nossos sonhos e objetivos com foco, força, objetividade, concentração e humildade e que, por mais que estejamos com dúvidas, não podemos desistir. Te amo muito.

Ao meu irmão, João Gabriel Pires, que durante toda a minha vida tem me apoiado. Obrigada por pensar tão diferente de mim e, desta forma, me ajudar a perceber novas formas de reflexão. Agradeço por me proteger e me mostrar que sempre temos que tentar, mesmo com medo, que devemos enfrentar nossos medos e que a coragem aparecerá. Te amo.

Ao Bruno Jareta, amigo que a vida acadêmica me trouxe, que sempre está disponível para me ajudar, discutir as temáticas e mostrar novos pontos de vista. Obrigada pela paciência, amizade e compreensão, sempre. Que essa amizade seja duradoura.

À FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa o Estado de São Paulo, por me conceder a bolsa (Processo número 2015/ 26945-7) para que eu pudesse realizar minha pesquisa com as condições financeiras necessárias para participar de congressos e eventos e obter o material para a pesquisa.

Ao Professor Claudio Bertolli, por orientar esta pesquisa, por confiar no meu trabalho e por ser fonte de aprendizado durante os anos desta pesquisa. Agradeço pela paciência e disponibilidade nas diversas fases desta pesquisa.

Aos professores Laan Mendes de Barros e Arlindo Rebechi Junior, pela leitura atenta que fizeram da pesquisa, pelos comentários, críticas e conselhos na banca de qualificação.

Aos membros da banca professor Laan Mendes de Barros, mais uma vez, e Rozinaldo Miani pela dedicação com que leram esta pesquisa, pelas reflexões e comentários durante a banca. Agradeço por ter professores que admiro me avaliando.

Aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação da Unesp, Sílvia, Camile e Helder Cavalcanti. Agradeço pela seriedade, disponibilidade e competência com que sempre nos trataram e por sempre poder contar com a ajuda de vocês..

Aos amigos, que direta ou indiretamente, contribuíram para que essa pesquisa fosse realizada, nomeá-los me pareceria injusto. Desta forma, fica aqui meu agradecimento à todos que sempre estiveram à disposição para me ajudar.

AUGUSTO, Annelize Pires. **A Representação Simbólica de Travestis na Mídia: Uma análise do Período entre 2000 e 2014 no Jornal Folha de S. Paulo.** 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2017.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como o jornal diário *Folha de S. Paulo*, a partir da publicação de matérias produz uma construção e uma reprodução da imagem dos indivíduos travestis enquanto representantes simbólicos que fazem parte da sociedade e estão inseridos na cultura em que vivemos. O corpus da pesquisa compreende matérias publicadas no jornal Folha de S. Paulo durante o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2014. A fundamentação teórica utilizada se baseará na antropologia interpretativa de C. Geertz, nos conceitos de identidade de D. Cuiche e em outros teóricos que possam contribuir para a realização desta pesquisa. Busca-se examinar como os elementos presentes nas matérias buscam representar a imagem e a realidade dos indivíduos travestis enquanto participantes da construção cultural da sociedade. E como o diário se apropria de tais construções sociais para que possa formular seus textos.

Palavras Chave: Cultura; Identidade; Travesti; Travestis; Jornalismo; *Folha de S. Paulo*.

AUGUSTO, Annelize Pires. **The Symbolic Representation of Travestis in the Media: An analysis of the Period between 2000 and 2014 in the Folha de S. Paulo Newspaper.** 2017. 153 p. Dissertation (Master Degree in Communication) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2017.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the daily newspaper Folha de S. Paulo, from the publication of stories produces a construction and reproduction of the image of travestis individuals as symbolic representatives that are part of society and are embedded in the culture in which we live. The research corpus includes articles published in the newspaper Folha de S. Paulo during the period January 2000 to December 2014. The theoretical basis used will be based on the interpretive anthropology of C. Geertz, on the concepts of D. Cuche's identity and on other theorists who can contribute to this research. It seeks to examine how the elements present in the articles seek to represent the image and reality of transvestite individuals as participants in the cultural construction of society. And how the diary appropriates such social constructions so that he can formulate his texts.

Keywords: Culture; Identity; Travesti; Travestis; Journalism; Folha de S. Paulo.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. Comunicação.....	14
1.1. Comunicação e identidade.....	15
1.2. Ciclos de imagens e Poder.....	24
1.3. Comunicação e os grupos designados “minorias”	32
2. Sexualidade e Gênero.....	40
2.1. Sexo e Gênero no Contexto Social.....	40
2.2. Conceituação de sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, papéis de gênero e marcas de gênero.....	48
2.3. Travestis.....	54
3. Descrição e Análise de material.....	65
3.1. <i>A Folha de S. Paulo</i>	68
3.2. Descrição de material.....	70
3.2.1. Marginalidade: Travestis ligadas à Prostituição e ao Sexo.....	70
3.2.2. Estigmas e Preconceito.....	83
3.2.3. Destaque na Mídia.....	94
3.2.4. Visibilidade.....	102
3.3. Análises.....	111
4. Considerações Finais.....	125
5. Referências Bibliográficas.....	129
6. Referências Jornalísticas.....	131
7. Anexos	138
7.1. Tabela das matérias analisadas na temática marginalidade.....	138
7.2 Tabela das matérias analisadas na temática estigmas e preconceito.....	144

7.3 Tabela das matérias analisadas na temática destaque na mídia.....	148
7.4 Tabela das matérias analisadas na temática visibilidade.....	151

Introdução

Formada por processos e formações representativas, a sociedade, a partir de leituras e constantes ressignificações, se constitui a partir das situações cotidianas vivenciadas por seus agentes sociais. Com a cada vez mais constante presença dos meios de comunicação e seus múltiplos canais nos contextos sociais, é possível notar a sensação de que circulação e disseminação de formas simbólicas são feitas de modo cada vez mais ágil e eficiente. Desta maneira, seria imaginável que as mudanças culturais seriam propagadas acelerada e amplamente, alcançando públicos diversificados, seja de forma geográfica ou cultural, podendo influenciar na mudança de pensamento dos indivíduos.

Aos meios de comunicação foi concedido o papel de ferramentas que, não apenas atuariam na disseminação factual cotidiana, mas também, na expansão da circulação de representações sociais e culturais. Com a percepção da crescente busca por seus conteúdos, firmou-se um processo de troca constante estruturado entre a sociedade e os meios de comunicação. Desta maneira, a midiatização torna-se um importante aspecto na percepção da importância que os meios de comunicação possuem. Sendo, assim, um modo de unir a necessidade de novas tecnologias para o constante fluxo de circulação noticiosa e de representações e, também, a compreensão de que o público não mais pode ser considerado como elemento passivo no que concerne os meios de comunicação e os materiais por ele veiculados. Desta forma, abre-se a possibilidade para que as representações e formas simbólicas que são aceitas ou barradas sejam notadas e quais as significações recebem no decorrer do tempo.

A partir de tal ciclo, é formado um contrato simbólico entre meios de comunicação e grupos sociais. Neste contrato, os veículos jornalísticos refletem e reproduzem padrões, opiniões e identidades que vem sendo construídos e disseminados pela sociedade ao longo do tempo e que foram naturalizados e normatizados refletindo na maneira com que os agentes sociais veem e percebem a própria sociedade. A partir da seleção e uso frequente das representações que estão de acordo com suas visões, cada meio de comunicação cria ciclos em que se utiliza de padrões e identidades em seus discursos, reverberando os conceitos que circulam na sociedade.

A partir deste ciclo, tais representações podem ser consideradas como verdadeiras ou não, e sua aplicação sendo utilizada no delineamento dos pontos de vista e construção da realidade dos agentes influenciados pelos veículos de comunicação. Por seu alcance e visibilidade, os veículos midiáticos podem transmitir a impressão de que tem maior controle sobre as representações que dissemina, sendo desigual a influência que eles exercem sobre a sociedade e a que esta opera sobre

os meios. De fato, por sua posição no corpo social, os veículos midiáticos tem como uma de suas potencialidades, uma possibilidade maior de dominação representativa. No entanto, a sociedade não deixa de atuar como influenciadora, sendo uma das partes do contrato simbólico.

A reprodução de determinadas representações simbólicas pela mídia, sejam elas próximas ou distantes a realidade, estão propensas a mútua influência pelo modo com que os representados serão abordados pelo público dos veículos. O que questiona-se é como a construção das imagens de alguns grupos, a partir do uso de estratégias e elementos formula representações que podem aumentar estereótipos e o preconceito ou contribuir para que os padrões normatizados sobre determinados temas e indivíduos sejam ressignificados. Diversos aspectos podem influenciar na construção dos produtos midiáticos, fatores ideológicos, culturais, econômicos, entre outros, tendo todos papel de importância na formação midiática. Pela impossibilidade de abarcar todas as variantes, focar-se-a nesta pesquisa, naquelas que abrangem a representação simbólica e cultural das travestis.

As travestis, não se identificando com a nomenclatura e padrões de gênero que lhes foi designada por seu aparelho biológico e com as normatizações ditadas pela sociedade para seus corpos anômicos, não se deixam limitar pelas regras determinadas pelo conservadorismo da sociedade. Desta forma, afastam-se das imposições e buscam configurar suas vidas de acordo com as formas com que se identificam. Para isto, entram em acordo com suas vontades, procuram meios de realizar suas necessidades e de entender suas identidades e a forma como se relacionam com o mundo, elaborando, assim, sua própria identidade, modificando o que julgam necessário e apoderando-se de sua forma única de ser. Deste modo, moldam a forma que desejam viver, mesmo que para isso, tenham que contradizer tudo o que a sociedade estipulou anteriormente.

Ao buscar uma forma de viver que contemple e abarque sua individualidade e suas características de ser e viver, as travestis, assim como os demais agentes sociais, podem fazer escolhas, como, por exemplo, optar ou não por vestir-se e portar-se de acordo com as formas normalizadas para o gênero com o qual se identificam; submeter-se a cirurgias de redesignação genital e plásticas, passar por tratamentos hormonais, entre outras. Apesar de ser extremamente considerada como aspecto de importância por muitos indivíduos, a face externa corporal, não necessariamente precisa ter correspondência com as características internas dos indivíduos, uma vez que aquelas são construtos sociais, variando entre grupos e sociedades. Todas as transformações e vivências dependem dos sentimentos, vontades e da forma com a qual os indivíduos se sentem confortáveis consigo mesmos.

A hipótese é de que a questão identitária dos indivíduos travestis está inserida na sociedade por meio de posicionamentos, projeções, elementos incorporados em textos e articulações das diversas identidades que se fazem presentes nestas sociedades para que se destaque especificamente uma delas e a projete como forma de compreendê-los, o entendimento de tais identidades pela sociedade podem, também, orientar a produção jornalística que será o objeto desta pesquisa.

Para refletir sobre tais questões, este trabalho contemplará três capítulos principais. No primeiro capítulo serão abordadas as temáticas sobre comunicação, representação e identidade na mídia. É de grande importância para o campo teórico que se reflita sobre a maneira com que os veículos midiáticos arquitetam seus discursos a partir da utilização de elementos sócio-históricos para que formule seus produtos e, também, sobre como a influência que mídia e grupos sociais influenciam-se de maneira mútua, resultando no uso contínuo e frequente das mesmas formas representativas, acabando por reiterarem sempre as mesmas formas simbólicas, sendo algo que não coopera para que ocorram modificações culturais.

No segundo capítulo, serão discutidos os aspectos sobre o histórico social das travestis, iniciando a reflexão a partir dos conceitos sobre sexualidade e gênero, abordando identidade de gênero, orientação social e demais perspectivas que circundam as temáticas. A partir destas considerações, será apresentado o percurso das travestis na sociedade, suas formas de se identificarem e como se percebem.

A partir da união das teorias de mídia, representação e histórico das travestis, poderão ser produzidas análises do conteúdo das matérias coletadas buscando construir o percurso identitário construído pela *Folha de S. Paulo* nas matérias que abordam as travestis, permitindo que sua representação e disseminação identitária ao longo dos anos possa ser compreendida.

1. Comunicação

É a partir da comunicação que grupos e indivíduos estabelecem conexão, ela permite alcançar e apreender conhecimento sobre os demais, e, por meio dela, é possível estar em constante contato com formas simbólicas, representações e identidades diversas. A partir da compreensão da existência de múltiplas concepções sobre um mesmo elemento, admite-se que os pontos de vista se modificam continuamente. Mesmo que, nem sempre, seja dada a devida atenção para além da prática costumeira que é a comunicação, é por meio dela que as representações são disseminadas, as identidades vão sendo constituídas e a cultura alcança incontável número de pessoas. A comunicação abarca, tanto o “poder” de imortalizar as estruturas sociais, como de colaborar para a propagação e mutabilidade de mudanças sociais. Os meios de comunicação são parte significativa dos processos coletivos no período da modernidade, trabalhando tanto como agentes sociais que, assim como os demais têm sua voz no ambiente em que estão inseridos, quanto como ferramenta difusora de formas simbólicas, identidades e discursos.

Há na sociedade uma profusão identitária, há, também, a necessidade cultural e social do agrupamento dos agentes sociais por suas semelhanças, permitindo que representações se formem e possibilitem uma eventual identificação destes quando em situações de interação social. Porém, mais do que identidades que permitissem um convívio e um reconhecimento entre indivíduos com mesmas características, formaram-se marcas e papéis identitários que mostram-se como fatores limitantes na maneira como cada indivíduo pode se perceber diante dos demais e, consequentemente, ser percebidos nos processos comunicativos.

Pretende-se neste capítulo inicial, abordar as questões que envolvem este ciclo entre identidades, representações e sua transmissão e disseminação pelos veículos midiáticos, buscando discutir o contrato que há entre mídia e sociedade e a reprodução de identidades que podem ou não estar de acordo como os próprios grupos se reconhecem e se transmitem para os demais. Para a discussão teórica sobre identidade, representação e mídia, serão utilizados conceitos de autores da comunicação e, também, das ciências sociais, como Cuche, Giddens, Lopes, Braga, entre outros.

1.1. Comunicação e identidade

A comunicação é um dos principais pilares de formação social, sendo os processos comunicacionais de extrema necessidade para que haja a interação social e, a partir dela, sejam firmadas relações entre agentes e grupos. Por meio da ação entre indivíduos, os meios comunicativos, sejam orais, escritos ou de qualquer outro canal, contribuem para o encaminhamento dos processos sociais e o estabelecimento da cultura. A necessidade de expansão comunicativa trouxe a tona a urgência de meios “materiais” e mais eficazes que possibilitassem a circulação factual de maneira que não apenas um reduzido número de pessoas as acessasse, mas sim, viabilizando as interações entre indivíduos e grupos distantes. Com o surgimento dos meios de comunicação de massa¹, as representações e formas identitárias compartilhadas de maneira localizada puderam se ampliar, tendo alcance amplo espacial, possibilitando, também, a propagação cultural.

Com a constante inserção dos meios de comunicação e de seus variados canais nos contextos sociais, é possível notar que tornou-se mais rápida e eficiente a circulação das formas simbólicas. Os canais de comunicação contribuem para que as práticas sociais e comunicacionais ocorram de maneira efetiva nos grupos, sendo mais viabilizados com os processos de mediatização no corpo social, mesmo que de maneira não proposital, como Braga (2006, p. 12) afirma “construímos socialmente a realidade social exatamente na medida em que, tentativamente, vamos organizando possibilidades de interação”. Deste modo, as mudanças culturais podem se disseminar de maneira mais acelerada e ampla, tanto no sentido geográfico, quanto de maneira a alcançar mais pessoas e grupos.

Os meios de comunicação “de massa” estabeleceram-se na sociedade de tal forma que possibilitaram o acesso dos agentes sociais a representações, identidades e interpretações advindos de origens diversas, uma vez que “já não se pode considerar ‘a mídia’ como um corpo estranho na sociedade” (BRAGA, 2012, p. 35). Os veículos de comunicação estão a serviço dos grupos sociais, de seus indivíduos e da manifestação e disseminação da múltiplas formas de cultura. Com o posicionamento dos meios de comunicação como participantes efetivos do corpo social, o processo cada vez maior de mediatização permite que as mudanças culturais se disseminem de maneira eficaz, motivando uma constante troca de significações e reiteração de conceitos já presentes nos

¹ Refere-se aqui sobre meios de comunicação materiais, como jornal, rádio e internet, no entanto, não são os esquecidos os meios de comunicação orais, que são de extrema importância para a existência dos demais meios de comunicação.

grupos sociais. É neste contexto em que há um processo de “contrato” entre sociedade e meios de comunicação.

Com a crescente busca pelos veículos de comunicação, é possível notar a formação de um contínuo processo de trocas entre meios e sociedade, estabelecendo uma relação constante entre ambas as partes. Mais do que uma necessidade de novas tecnologias que permitissem a circulação das notícias e formas culturais, a midiaticização contribui para que mudanças simbólicas sejam viabilizadas ou barradas e que a interação entre agentes e grupos seja feita de forma mais direta. Tal contrato firmado entre meios de comunicação e sociedade “é a constatação da passagem de mensagens entre as partes envolvidas em um quadro de cultura prévia” (LOPES, 2004, p. 42).

A comunicação delinea as interações sociais, sendo mais do que uma forma espontânea de contato, contribuindo para a circulação de representações, oferecendo um mecanismo que permite que se reaja e responda às situações. Por meio dela, os agentes midiáticos expõem quem são e, em certo grau, que, também, anseiam ser “os outros”, ter sua identidade representada de forma distinta da qual são conhecidos. As relações de comunicação se baseiam no equilíbrio entre a identidade e a performance de um indivíduo, entre quem ele realmente é e quem ele mostra ser de acordo com as situações em que se encontra.

A lógica primária de um contrato é de algo sólido, logo, a confiabilidade transmitida por ele é um de seus principais cânones; supõe-se, desta forma, que um contrato acompanha a maneira com que os grupos sociais lidam com sua cultura, sofrendo modificações ou não. Quando alguma representação é questionada e reflete-se sobre ela, é perceptível como algumas formas simbólicas tem um percurso de uso social e cultural longínquo e que continuam sendo utilizadas, sem terem passado por ressignificações, como Lopes (2002, p.2) afirma sobre a construção de “edifícios simbólicos” a partir do uso de de “artefatos de memória” (LOPES, 2002, p. 2) que são as marcas culturais que se formam pelas significações sociais.

Compreendem-se, também, estes artefatos como construções ideológico-representacionais que remetem ao nosso passado, sendo ressocializadas por efeito da comunicação midiática contemporânea. Parte-se do princípio de que representam séries temáticas e miméticas que povoam o modo de ver problemas de nosso passado e conseqüentemente do presente, compartilhados e compartilháveis no mundo da vida social. Portanto, existiriam padrões comunicacionais, modos de ver o passado, de acordo com o ‘edifício simbólico’ presente.

Os indivíduos não estão envoltos por uma identidade única e imutável; a maneira com que se manifestam e com que são representados varia de acordo com as circunstâncias e condições que presenciam e a forma que acreditam que devem reagir. Não raro, um agente social não se apresenta

de acordo com sua visão particular, mas sim, a partir da maneira que percebe ser aceita pela sociedade, pois presume que sua identidade é considerada pelo corpo social como “fora dos padrões”. Tendo, inclusive, o medo de críticas e violências por transmitir uma identidade com a qual a sociedade não está habituada. Desta forma, a performance torna-se o meio de estar inserido em um determinado contexto, de fazer parte de um grupo, adaptando-se ao que é usual, a uma forma identitária com a qual você se identifica, mas também, com que os demais se identificam.

A questão sobre identidade é, ao mesmo tempo, reflexiva e autorreflexiva: as pessoas se definem em relação a si mesmas, mas também em relação aos outros, aos grupos com quem convivem, às situações políticas, sociais e econômicas nas quais se vive. A oscilação entre liberdade e contingência é uma das questões principais ligadas à identidade. Como, diante de uma situação contingente, é possível encontrar uma identidade? De que maneira há espaço para a construção de uma identidade quando se pensa nos limites sociais criados por questões de local, gênero e etnia? (MARTINO, 2010, p. 34)

Os veículos de comunicação tornaram-se dispositivos que permitem não apenas a disseminação factual, como também, a circulação de forma expandida de representações sociais e culturais mais usuais no círculo social em que se inserem. A partir dos produtos midiáticos, há uma (re)interpretação ininterrupta das mensagens que por eles são transmitidas, uma vez que, o contrato mantido entre sociedade e meios de comunicação não é imutável e inalterável. O contrato cíclico, a constante troca de formas simbólicas, permite que sejam feitas mediações e modificações entre grupos sociais e representações que circulam pela sociedade resultando em uma negociação de identidades, significados e significantes. A circulação de representações gera processos de resposta, não sendo a mídia, apenas um mecanismo de circulação simbólica, mas sendo uma das partes do processo. Veicular representações não é suficiente para que ocorra o contrato entre mídia e sociedade, são necessários processos posteriores de circulação.

Devemos então distinguir: o que a mídia veicula (que se caracteriza, na verdade, como sistema de produção) e o que, tendo sido veiculado pela mídia, *depois* circula na sociedade. Estamos tratando dessa segunda [distinção de subsistema de interação social] ordem de processos, a não ser confundida com a primeira. Nesse tipo de circulação que nos interessa é que vamos encontrar o que a sociedade *faz* com sua mídia: é, portanto, *uma* resposta. (BRAGA, 2006, p. 28-29)

Certas identidades e representações que são continuamente reproduzidas dizem respeito, não as vivências recentes, mas sua circulação está contida em um círculo de empregabilidade constante. Os veículos comunicacionais, apesar de transmitirem fatos da atualidade, constroem seus produtos baseados em elementos simbólicos que unem passado e presente, contribuindo para a memória simbólica social, tendo o fator temporal como elemento de referência. O uso da memória aproxima

os agentes sociais, possibilitando o reconhecimento cultural e identitário dos grupos. Por meio da repetição, é que as culturas se formam e os veículos podem formular seus conteúdos e se aproximar do corpo social, por tal motivo, é que os meios de comunicação tornaram-se formas tradicionais de disseminação cultural e identitária.

Desse modo, a memória é um processo ativo, social, que não pode ser apenas identificado com a lembrança. Nós reproduzimos continuamente memórias de acontecimentos ou estados passados, e estas repetições conferem continuidade à experiência. Se nas culturas orais as pessoas mais velhas são o repositório (e também frequentemente os guardiões) das tradições, não é apenas porque as absorveram em um ponto mais distante no tempo que as outras pessoas, mas porque têm tempo disponível para identificar os detalhes dessas tradições na interação com os outros da sua idade e ensiná-las aos jovens. Por isso, podemos dizer que a tradição é um *meio organizador da memória coletiva*. Não poderia existir uma tradição privada, como não pode existir uma linguagem privada. A “integridade” da tradição não deriva do simples fato da persistência sobre o tempo, mas do “trabalho” contínuo de interpretação que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado. (GIDDENS, 2012, p. 100-101)

Para que as formas simbólicas emitidas pelos meios de comunicação sejam legitimadas pelo corpo social, é necessário que, juntamente com os materiais midiáticos; seja considerada a maneira com que os grupos sociais operam os conhecimentos e elementos adquiridos pela convivência, tendo-se assim, estes como uma das formas de interpretação das representações, formando um sistema para “aprovação” ou “reprovação”, a moral é, por exemplo, um dos meios utilizados para a aceitação de uma representação que difira do usual.

Os veículos de comunicação tornam-se, então, ferramentas de encadeamento e fixação de identidades e formas simbólicas ocupando espaço fundamental no corpo social. Deste modo, receberam o privilégio de ter uma posição diferenciada na hierarquia social, sendo considerados influenciadores culturais, compartilhando práticas e significados, permitindo a disseminação de representações e contribuindo contribuir para as mudanças sociais. Tal transmissão representativa pode ser conduzida por meio dos variados canais midiáticos, permitindo a reiteração no uso de conceitos culturais, o que resulta em um ciclo em que formas simbólicas se proliferam e se fixam.

É perceptível que a mídia, muitas vezes, trabalha de acordo com regulações e regras sociais disseminadas como sendo “corretas”, reproduzindo o conceito de que os desviantes de comportamentos socialmente padronizados e pré-determinados, terão como resultado uma representação diferenciada e de acordo com o que a “maioria” social acredita; uma vez que não deveriam existir pessoas que não seguissem ou questionassem tais regras. Por conseguinte, a mídia, assim como o restante da sociedade, ao se deparar com os “diferentes” lida com eles de forma

desigual por não saber como fazê-lo, ou até, pela falta de interesse nisso, já que a própria “sociedade” acaba seguindo um padrão comportamental reproduzido há anos.

Ao firmar contratos com a sociedade, os meios de comunicação selecionam dentre todo o repertório de representações que circulam pelos grupos, quais as identidades estão de acordo com sua linha editorial, seus princípios e com os grupos que são seu público-alvo. Com a percepção da heterodimensionalidade das identidades sociais, o conceito de fixidez e unicidade identitária foi se dispersando e notou-se que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “‘eu’ coerente” (HALL, 2000, p. 13).

Desta maneira, ao consumirem determinado veículo, o público é, também, participante ativo deste movimento identitário cíclico, não trabalhando como meros receptores, mas também, como divulgadores de um ponto de vista, sucedendo na constante reiteração de representações, uma vez que os dois lados buscam concordância nas representações que utiliza. Os discursos midiáticos reproduzem conceitos sociais, no entanto, nem sempre a ideia é hegemonicamente aceita, resultando no embate dos indivíduos com os conceitos que seguem para que possa haver uma abertura para novas representações. Desta forma, a realidade é formulada e transmitida pelos processos entre sociedade, veículos e os processos que intermediam os ciclos.

Hall (2016, p. 20) explana que “em toda cultura há sempre uma grande diversidade de significados a respeito de qualquer tema e mais de uma maneira de representá-lo ou interpretá-lo”, dito isto, compreende-se a necessidade de optar por uma forma simbólica e trabalha-la em seus textos. Porém, ainda nota-se que há uma diferenciação entre o discurso construído sobre alguns grupos e sobre outros.

Podemos assumir que a sociedade não apenas produz sua realidade através das interações sociais a que se entrega; mas igualmente produz os próprios processos interacionais que utiliza para elaborar sua realidade progressivamente e a partir de expectativas geradas nas construções sociais anteriores; e também, em seguida, por processos autopoieticos assim desencadeados. (BRAGA, 2006, p. 14)

A maneira com que os veículos tratam as identidades que reproduz e a forma como estas são incorporadas em seus discursos, refletem as construções identitárias dentro de um contexto social específico. Mesmo havendo constantes ressignificações sociais, é perceptível a recepção positiva ou negativa para as formas simbólicas. Enquanto algumas são recebidas e incorporadas rapidamente, outras, fortemente ancoradas em valores já não mais admitidos pela sociedade abrangente tornam-se focos de protestos e censuras, tendo sido produzidas a partir do pensamento e observação superficial de outros grupos. Ao se privilegiar algumas poucas formas de representação para se

referir a um elemento social, corre-se o risco de mostrar inflexibilidade quanto às mudanças culturais que acontecem constantemente.

A identidade é tão difícil de se delimitar e de se definir, precisamente em razão de seu caráter multidimensional e dinâmico. É isto que lhe confere sua complexidade mas também o que lhe dá sua flexibilidade. A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até a manipulações. (CUCHE, 2002, p. 196)

A regulamentação que muitas sociedades seguem, muitas vezes, é uma forma obsoleta de perceber seus indivíduos e originaram-se em uma época em que as diferenças entre os agentes eram disfarçadas ou, ainda, grupos dominantes tentavam escondê-las e negá-las. Existem movimentações sociais buscando uma abertura cada vez maior pelo reconhecimento dos grupos de indivíduos que sofreram, e ainda sofrem, com estigmatizações e preconceitos, tendo sofrido com exclusões e violências de diversas ordens. A mídia ao buscar na sociedade conceitos e formas culturais simbólicas para tratar as temáticas sociais, pode contribuir para a reafirmação de representações e identidades e das ressignificações que vão ocorrendo conforme há a legitimação da diversidade social, como também, pode encapsula-los em concepções

A cidadania e os direitos não falam unicamente da estrutura formal de uma sociedade; além disso indicam o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de “interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”. Os direitos são reconceitualizados como “princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente consentida (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um”. Os direitos são concebidos como expressão de uma ordem estatal e como “uma gramática civil”. (CANCLINI, 2001, p.47)

Atuando como representante social, papel que recebeu conforme sua importância foi gradativamente aumentando no contexto cultural, os veículos comunicacionais se utilizam de representações e identidades que estão na cultura do grupo em que se inserem e, a partir de uma seleção de formas que reproduzam seus valores e pontos de vista, cada meio de comunicação formula os modos com que irão tratar as temáticas sociais e suas personagens. Assim, os meios de comunicação agem como “espelhos culturais” em que refletem não o todo, mas um determinado recorte que segue uma visão específica sobre algo. Há entre público e veículos um ciclo de trocas simbólicas em que, o meio pretende alcançar determinado grupo e os indivíduos procuram um veículo informativo com o qual concordem com seu ponto de vista. Os discursos midiáticos receberam um papel que ultrapassou o simples discurso informacional, os meios ficaram responsáveis por, além de informarem, auxiliarem na disseminação de opiniões, certos e errados e, inclusive, na propagação de julgamentos.

Ao notar a importância dos meios de comunicação na disseminação de representações, faz-se necessário ressaltar as quatro condições principais para que uma representação social seja feita: A representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto nela se manifestam; a representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito. Esta atividade pode remeter a processos cognitivos - o sujeito é então considerado de um ponto de vista epistêmico -, assim como a mecanismos intrapsíquicos (projeções fantasmáticas, investimentos pulsionais, identitários, motivações, etc) - o sujeito é considerado de um ponto de vista psicológico. Mas a particularidade do estudo das representações sociais é o fato de integrar na análise desses processos a pertença e a participação, sociais ou culturais, do sujeito. É o que a distingue de uma perspectiva puramente cognitivista ou clínica. Por outro lado, ela também pode relacionar-se à atividade mental de um grupo ou de uma coletividade, ou considerar essa atividade como o efeito de processos ideológicos que atravessam os indivíduos. Mais adiante voltaremos a esses pontos essenciais; forma de saber: a representação será apresentada como uma modelização do objeto diretamente legível em (ou inferida de) diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais. Todo estudo de representação passará por uma análise das características ligadas ao fato de que ela é uma forma de conhecimento; qualificar esse saber de prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro, o que desemboca em suas funções e eficácia sociais. A posição ocupada pela representação no ajustamento prático do sujeito a seu meio fará com que seja qualificada por alguns de compromisso psicossocial (JODELET, 2001, p. 27-28)

Os veículos midiáticos tem como característica a possibilidade de serem plurais, polissêmicos e, principalmente, polifônicos; plural por sua predisposição a mostrar realidades e identidades variadas em um mesmo meio; polissêmico por construir seus textos a partir de enunciações e vocábulos que permitem delimitar discursos e mediar as variadas visões de mundo existentes em uma mesma sociedade e, polifônicos porque, por sua visibilidade e possibilidade de grande alcance de público, há neles a capacidade e a viabilidade de conceder espaço, dar voz e espaço para os agentes sociais. Porém, nem sempre todos os participantes de um fato são convocados para que tenham suas versões conhecidas e divulgadas. Nota-se que sua polifonia é seletiva, alguns elementos tem mais espaço do que outros, alguns personagens tem possibilidade

maior evidência do que outros. Cada veículo a utiliza a sua maneira, de acordo com a linha editorial que segue, com a ordem de importância que dá para os temas que entrarão em suas edições.

Desta forma, ultrapassam as fronteiras do entendimento superficial, possibilitando que as mensagens simbólicas passem por sucessivos processos de assimilação e reinterpretações sobre o que está sendo dito, permitindo a constante reanálise das imagens simbólicas, formando, também, um tipo de memória simbólica coletiva que torna mais “fácil” o reconhecimento de representações e identidades que são utilizadas constantemente.

Por mais que se tenham críticas aos veículos por suas linhas editoriais, não é possível que o *fazer* jornalístico abarque todas as demandas de seu público e que transmita todas as formas simbólicas e representações existentes, pois sempre haverá discordâncias. Os meios de comunicação tornaram-se um dos instrumentos buscados pela sociedade para tentar o entendimento, mesmo que parcial, do mundo; uma vez, que receberam papel de importância e obtiveram certa autonomia em seu agir e na exposição de ideias e representações identitárias. No entanto, é importante frisar que os meios são autônomos na seleção das representações que utilizarão em seus produtos, mas não as formulam de forma independente, utilizando as formas simbólicas que estão de acordo com a linha editorial que seguem.

As representações veiculadas são parte de um agrupamento de formas simbólicas apreendidas e consideradas próximas a maneira com que cada meio de comunicação pretende lidar com os assuntos e temáticas. Todavia, a sociedade não fica estagnada em uma forma cultural única. A cultura muda conforme o próprio grupo social também o vai, tal mudança não tem época e forma certas de serem feitas, elas apenas mudam. Todo o tempo surgem novos questionamentos, novas visões, novos fatos que fazem com que os conceitos até então tidos como corretos sejam repensados e modificados. Fala-se, pois, na interdependência entre construção identitária e dinâmica cultural.

Os meios de comunicação, e mais especificamente o Jornalismo, funcionam na construção de um espaço público que amplia a visibilidade dos discursos da sociedade. Nas democracias contemporâneas, tais discursos se espalham inclusive para o terreno de discussão das mudanças de concepção da cidadania e de direitos. Isso se dá porque existe uma reflexividade entre os direitos debatidos pela sociedade e os que são apresentados na imprensa e nos meios eletrônicos. Esta é a hipótese da pesquisa Adélia Barroso Fernandes (2002) que analisa a relação entre os conceitos de cidadania e DH com a prática cotidiana jornalística. (CHRISTOFOLETTI; PUFF; 2004, p. 3)

Conforme as representações são disseminadas, ocorre o delineamento social em que há a consolidação, confirmação ou negação de tais formas simbólicas, delimitando-se quem é quem no tecido coletivo. A circulação midiática permite que realidade e os discursos se conjuguem podendo

estar relativamente integrados, produzindo mudanças, reflexões, sendo mais do que textos que descrevem o cotidiano, abrindo espaço para ações de categorias diversas, como argumenta Martino (2010, p. 125) “Toda representação é um espaço de ação política, e pensar a maneira como uma identidade é representada é também um modo de observar o que se pensa a respeito de um grupo”.

A linha editorial dos veículos é parte de extrema importância para a reprodução identitária nos contextos sociais, uma vez que, é a maneira como serão alinhadas as representações que esclarecerão a visão de cada veículo sobre as representações que utilizam. Cada veículo midiático possui políticas para seleção do que será noticiado e a maneira com que será feita a seleção de seus materiais. A cultura em que cada veículo está inserido influencia nas representações e identidades que serão transmitidas. Pela multiplicidade de formas simbólicas, há a necessidade de escolha, sendo este o fator que revela qual a inclinação do veículo no direcionamento de seus pontos de vista e como lida com os demais.

É a partir da linha editorial que os meios de comunicação reproduzem as regras institucionais que regem seus produtos. Desta forma, revelam ao público como conduzirão as identidades e representações sociais, proporcionando ao público a oportunidade de concordar e aderir ou não as suas visões de mundo. A linha editorial permite a aproximação entre público e meios, sendo importante para a consolidação do contrato firmado entre estes, orientando a maneira com que lidam com as temáticas sociais.

Cada jornal tem uma política editorial, admitida ou não. A orientação de um jornal pode ser a favor dos republicanos, fria para com os trabalhadores, contrários aos Conselhos de Administração Escolar, etc. As principais áreas de orientação envolvem a política, os negócios e o trabalho; muitas provêm de considerações de classe. A orientação manifesta-se na <<parcialidade>>. (BREED, 1999, p. 153)

Dois dos principais preceitos que conduzem o jornalismo são a imparcialidade e a objetividade. Ao escolher quais formas simbólicas de um vasto repertório cultural serão utilizadas, já mostra-se que tais princípios não são totalmente possíveis, uma vez que não há como produzir notícias sem que haja a seleção de identidades e representações. A escolha é um dos fatores que ocasionam discordâncias e concordâncias, mas sem ela, não há jornalismo. É na decisão que os significados sociais vêm a tona e que o público pode ampliar seu conhecimento sobre a sociedade, sobre o que está além do que já é conhecido, ou então, reiterar o que já faz parte do seu cotidiano.

Os meios de comunicação, principalmente com o processo de midiaticização, permitem que as escolhas pessoais de cada indivíduo confrontem as escolhas midiáticas, unindo juízos de valor, dando a dimensão de sociedade e de trocas culturais entre os elementos sociais. Fato é, que a apreensão de identidades e representações faz parte da necessidade de escolha. Mesmo com as

conhecidas regras de seleção tecnicistas que os profissionais da mídia seguem, não há como não ter a influência de “regras culturais” que controlam a forma como os produtos midiáticos serão divulgadas.

Ao relatar o acontecimento, completa Adriano Rodrigues Duarte, a mídia produz ao mesmo tempo um novo acontecimento que vem se integrar ao mundo. Os meta-acontecimentos discursivos pressupõem um ponto de vista particular, o do enunciador, impregnado de dimensões avaliativas, prescritivas e valorativas. Não há, assim, objetividade possível. Há, antes, dispositivos objetivantes *operados pelo instrumental técnico da mídia*. (...) Outra abordagem possível da metanotícia é do nível da transcendência do significado para muito além da notícia, pelo fato de ela simplesmente existir, conforme sugerem E. Bird e R. Dardenne (1993). Eles dizem que enquanto processo de comunicação, as notícias atuam como mito. Elas oferecem mais do que o fato - oferecem tranquilidade, familiaridade, fornecem respostas verossímeis a perguntas desconcertantes e explicações dos fenômenos complexos como desemprego e inflação. (MOTTA, p. 710, 2012)

O que ocorre na sociedade contemporânea é que ao identificarem interpretações díspares das suas, grupos e indivíduos tratam o diferente com preconceito e exclusão, ocasionando em problemas sociais graves pela não aceitação da diferença. Há a manutenção de representações obsoletas para todas as formas simbólicas que não seguem as normas sociais consideradas “gerais”. Tal fato resulta em uma circulação identitária que amplia o uso de representações antigas e dificulta que as atuais entrem em circulação, uma vez que, é mais simples usar o que já se conhece do que se adequar as representações atuais.

1.2. Ciclos de imagens e Poder

Algumas representações estabeleceram-se tão profundamente nos sistemas sociais, que tornaram-se habituais, sendo reconhecidas e utilizadas sem a necessidade de reflexão ou questionamento, mesmo que brevemente, sobre sua origem. Passando, desta forma, a serem consideradas como parte fixa dos elementos constituintes da hegemonia cultural, sendo aquelas que tem predominância na memória coletiva. Com isso, seus significados e seu histórico na sociedade podem não ser notados de imediato, a menos que surja interesse em sua modificação por meio de algum acontecimento social. É notável que para que sejam feitas modificações de conceitos já solidificados na estrutura social é necessário um esforço coletivo ou um acontecimento em que a reação seja a mudança não só na representação, como também na estrutura social. Pois para que uma forma simbólica seja apreendida, é fundamental que a sua vivência seja modificada.

Em outros termos, é necessária a “ansiedade a respeito da forma real do discurso só será intensificada quando o ator tiver interesse específico em que aquilo que tem a dizer seja

‘exatamente correto’” (GIDDENS, 2009, p. 123); caso contrário, os significados corriqueiros, sejam eles considerados equivocados ou não, continuarão sendo transmitidos até que se busque a mudança, seja pela mídia, seja pela intervenção social direta. É possível notar que nem sempre há o reconhecimento de determinadas identidades por uma “hierarquia social” e a legitimação de uma ordem que nem sempre abarca todos os aspectos da realidade social vigente. Em uma mesma cultura, convivem diversos significados para uma mesma representação, mostrando-se necessária a escolha, individual e coletiva, da forma simbólica que será utilizada. Pelo convívio coletivo, torna-se costumaz que as representações mais utilizadas recebam os papéis de normatizadoras e normalizadoras, instruindo agentes, grupos e instituições - dentre as quais os veículos midiáticos se encaixam - sobre quais formas simbólicas serão melhor aceitas, em uma tentativa de encontrar a homogeneidade simbólica.

Ora, esses princípios podem ser utilizados em níveis de abstração muito diversos: com base em tal modelo de ação, o sociólogo descreve comportamentos individuais mas também e sobretudo, a ação de coletivos (classes, grupos, instituições de toda a espécie). Para explicar essas homogeneidades no nível *supra-individual*, o sociólogo recorre justamente à noção de *norma*: se os conteúdos que definem o sentido de comportamentos numa sociedade não constituem uma massa difusa e heterogênea; se, por outras palavras, os comportamentos em sociedade não são um conglomerado de elementos atuando ao acaso é precisamente porque há *normas*, que indicam quais são as motivações que cumpre ter nestas ou naquelas circunstâncias, quais os objetivos que devem ser perseguidos na vida social, etc. (VERÓN, 1980, p. 53)

A normatização das representações auxilia na sustentação do ciclo de imagens hegemônico, fornecendo os componentes necessários para que o fluxo na utilização de uma mesma forma simbólica possa ser empregado continuamente, mesmo com os . Tal aplicação frequente das mesmas representações e identidades fazem com que haja o reconhecimento identitário, reafirmando o ciclo de imagens simbólicas as quais a sociedade serve-se para tentar fixar a cultura como sendo formada por representações unas. A normatização tenta estabelecer e codificar as condições para a formação cultural dos grupos sociais, unindo regras e estabelecendo padrões.

No entanto, o não reconhecimento da diversidade identitária presente nas sociedades torna a reprodução constante e contínua de formas simbólicas que vão na via oposta às lutas sociais que atualmente presencia-se na sociedade contemporânea. Desta forma, pode-se identificar que há um jogo de poderes sociais, mesmo que não declarado abertamente. O discurso social, seja ele surgido nas relações pessoais ou na mídia, firmam os conceitos culturais que tornam-se normalizados, consolidando, cada vez mais, o ciclo cultural e possibilitando a repetição contínua. Desta maneira, corrobora-se com a visão de que existe um “poder simbólico” que os meios de comunicação e

alguns grupos sociais influentes exercem ao utilizarem repetidamente as mesmas representações. Há assim, um embate entre grupos pela relevância de suas visões buscando perpetuá-las, em uma busca pela hegemonia simbólica.

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, do poder de impor - e mesmo de inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários - embora ignorados como tais - da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. (BOURDIEU, 2010, p. 11-12)

Além do encadeamento factual produzido por meio das matérias publicadas, há também, a tentativa da própria mídia de fixação identitária dos agentes sociais. Com o uso da memória midiática e social, são configurados quais grupos são mais “relevantes” para a sociedade, esclarecendo quais atores sociais se destacam dos demais, aqueles que tem suas imagens protegidas, mesmo quando suas ações são consideradas “fora do padrão” pelos demais. Na impossibilidade de representarem todas as formas identitárias existentes, os meios de comunicação tornaram-se representantes das formas sociais selecionadas por meio de sua linha editorial, seguindo os procedimentos e noções culturais determinadas pela ideologia do veículo.

No entanto, ao seguirem direcionamentos sociais que regularizaram-se como corretos e, nem sempre, seguirem as mudanças vivenciadas pela sociedade, os meios de comunicação determinam que, dentro do corpo social, existem “eles”, os diferentes e nós, os normais, os pertencentes e que tem permissão de falar que as características dos demais não seguem a normalidade e o que se espera. Pela necessidade de seleção, e por estarem diretamente expostos à todos os agentes sociais, é atribuída aos veículos, muitas vezes, a responsabilidade pelas formas simbólicas existentes.

As representações disseminadas pelos veículos demonstram que, ainda que se discuta e se perceba a diversidade, há a necessidade da seleção das identidades que serão representadas e como elas serão empregadas. Deste modo, podem surgir as representações hegemônicas, aquelas que são mais utilizadas e aceitas, reafirmando que há processos de aproximação entre mídia e sociedade, como Braga (2006, p. 31) afirma “A relação principal, que permite afirmar uma processualidade ‘em sistema aberto’, ocorre entre setores da sociedade, por um lado, e ações e produtos da mídia”. Cada cultura tem suas divisões sociais as quais seus agentes sociais vão sendo colocados conforme

as necessidades de convivência os mostram que existem diversos espaços sociais que são ocupados e que na sociedade contemporânea, mesmo que cada vez mais aberto às novas possibilidades, ainda assim, há a existência de normatizações, divisões sociais e regras. Os veículos seguem tais compartimentalizações sociais e, assim, mostram quem são os participantes sociais considerados importantes e quem são aqueles que estão às margens de tal sociedade.

Ao rememorar fatos ocorridos há tempos e formas identitárias que já não estão de acordo com uma ideia dominante, os veículos podem ter como objetivo diversos usos para os ciclos de imagens: humanizar um ator, culpabilizá-lo, expor fatos sobre sua vida, fazer rupturas entre passado e presente, entre outros. Fato é, que a mídia e seu ciclo constante de imagens possibilita que se esqueça ou se lembre de passagens ocorridas no passado, mesmo que não se encadeiem com a notícia atual, inúmeras vezes, acaba se lembrando o que aconteceu. Desta forma, o processo entre mídia e sociedade sistematiza-se cada vez mais, uma vez que, a influência mútua acaba por moldar e aproximar os dois grupos, fazendo com que sua relação estruture-se cada vez mais.

As ressignificações constantes mostram a fluidez dos processos sociais, demonstrando que as tentativas de rigidez representativas, não passam de investidas externas de tornar o corpo social uma estrutura fechada e definitiva que segue apenas uma ou poucas linhas de pensamento. Infelizmente, as mudanças nem sempre são tomadas como verdadeiras e levadas para a “vida real”. Algumas representações acabam ficando no plano teórico, como se na prática e nas vivências não houvesse a necessidade de notar que a necessidade de transformações sociais. Elas são utilizadas para dar sentido à ação social, político, econômico, etc, para que os elementos comunitários possam ser abordados.

Aliás, a grande parte das emissões midiáticas de nosso tempo, assim como a conversa entre as pessoas mais comuns, tem essa característica de repetir, por vezes com variações, o menu de sempre. Isso pode implicar em novos pertencimentos ou na luta para mudar os parâmetros da rede de que se faz parte. Pode, igualmente, fazer-nos compreender porque as pessoas, muitas vezes, oscilam em suas opções de vida ou adotam posições até contra si próprias. Também, isso tem a ver com as rupturas e as “opções” de cada um, que sempre tem um lado individual e outro coletivo. (LOPES, 2004, p. 44)

De certa forma, os veículos midiáticos adquiriram uma primazia sobre as representações e identidades simbólicas que reproduz, criando mitos de acordo com os valores-notícia e hierarquias que segue para a formulação de seus discursos. Uma vez que seus discursos tem uma grande visibilidade e alcançam públicos distintos e variados, podendo influenciar grupos e indivíduos que não são socialmente próximos, havendo um compartilhamento e uma convergência de ideias e pontos de vista. Desta maneira, o público que busca os veículos tem a possibilidade de sentir que é

parte do grupo de “controle” social pois, se seu ponto de vista é semelhante a dos grandes meios de comunicação, ele também tem influência nos meios, evidenciando o contrato social existente. É relevante lembrar que o “controle” simbólico não é feito de forma autônoma, e sim, como parte de um processo dinâmico em que espera-se o retorno das demais partes envolvidas, neste caso, o corpo social.

Podemos, portanto, considerar que há contiguidade entre a mídia e todas as demais atividades da sociedade que podem ser referidas (incluídas) ou penetradas pela mídia e seus processos, e há tensões porque, ao interferir e eventualmente disputar espaço, entram em choque (ou tentam se articular) lógicas distintas de “fazer as coisas”. (BRAGA, 2006, p. 56)

O ciclo de imagens midiáticas pode resultar na constante reiteração das mesmas versões e as mesmas personagens sendo exibidas de maneira contínua e correspondente. É perceptível a dificuldade na produção de mudanças quanto ao tratamento dado às temáticas e aos seus atores. Se na sociedade as mudanças passam por filtros e dificuldades de adaptação, tem-se o mesmo para os canais midiáticos, porém, tais ressignificações não são disseminadas tão rapidamente quanto pode parecer, é preciso tempo e vivência para que elas possam circular. A cultura é fluída mas ao mesmo tempo busca-se sua estabilidade, principalmente ao tratar dos grupos sociais. Em inúmeras situações, as representações não correspondem com a real identidade, no entanto, ela torna-se tão compartilhada que torna-se factível, parecendo refletir a realidade, parecendo que a representação é mais real do que as existências invocadas, como Lopes (2004, p. 50), explana:

As mídias e o público constroem representações de pessoas, em que o mais importante é o que se acredita que elas sejam, e não qualquer informação objetiva sobre as mesmas. Qualquer um que seja muito exposto nas mídias pode se transformar em *persona*, também significando uma espécie de modelo a ser admirado e seguido, alguém que só tem qualidades sobre-humanas, portanto, sobrenaturais.

Todos os discursos, independente de sua fonte, sejam de veículos ou de agentes sociais, têm, presumidamente, como objetivo principal uma forma de dominação, seja de um vasto público ou de um pequeno número de pessoas com quem se convive. Fato é, que por meio de um discurso busca-se uma concordância grupal sobre a mensagem que está sendo transmitida. Qualquer agente social com seu discurso de dominação e com as identidades que dissemina e, caso seja um veículo de comunicação e tenha uma grande visibilidade, podem se tornar fontes de regulação das formas culturais e representações identitárias que irão ter uma visibilidade e as que não serão utilizadas. Todo discurso comporta uma intenção, independente do *locus* que ele advenha, a mensagem que está sendo transmitida é uma fonte de poder, como Foucault (2013, p. 7), aponta: “(...) o discurso

está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”.

É notável que todos podem possuir um “poder” discursivo, uma vez que há intencionalidade em sua divulgação, seja ela informar, influenciar ou qualquer outra forma resultante de uma interação social. Os veículos de comunicação², talvez, tenham a possibilidade de maior influência por sua visibilidade e alcance. Atualmente com os aparatos tecnológicos, como, por exemplo, as redes sociais, uma parcela considerável dos indivíduos podem ter seus discursos lidos e difundidos, podendo ser considerados influenciadores. Todavia, pela questão da credibilidade e devido a possibilidade da checagem de fatos, os meios continuam sendo mais procurados quando busca-se um discurso mais confiável sobre uma questão.

Por assumirem um papel simbólico de mediadores das regulações e convenções sociais, os veículos se tornaram representantes de normas, regras e padrões buscando estar de acordo com os grupos que representam. Como um número significativo de veículos buscam a conformidade com as representações uma parcela “mais relevante” da sociedade e esta parcela tinha uma tendência conservadora, as formas simbólicas reproduzidas mostravam-se, e ainda se mostram, fadadas a seguir formas que delineavam o corpo social com apenas uma ideia do que é certo. Tal ideia segue um padrão tradicionalista e que excluía certas formas identitárias presentes na sociedade. Alguns grupos acabaram sendo representados como “errados” ou como “aberrações” apenas por não seguirem o que era determinados por uma parte da sociedade.

Há um constante aumento no número de meios de comunicação disponíveis e uma rapidez em seu desenvolvimento, tornando mais simples e fácil o acesso às informações e ao que ocorre no mundo. Ficando, também, mais fácil ter acesso a representações e significações diversas, o que pode acarretar em uma massivo número de influências e uma ilusão de que há uma igualdade no tratamento de determinados grupos sociais e temáticas. Mesmo com a midiaticização oportunizando o contato com representações de fontes variadas, as práticas entre mídia e sociedade acabam tendendo a seguirem uma forma padronizada, facilitando o reconhecimento entre um grande número de indivíduos e a mídia, notando-se um processo de reafirmação entre ambos por utilizarem as mesmas formas de representação.

Encontramos, assim, o terceiro sistema em um patamar mais abrangente e abstrato, no qual *processos sociais variados* são moldados por um mesmo padrão cultural de hábitos, tendências e “lógicas”, e por objetivos comuns, ainda que não

² Neste caso, fala-se sobre os veículos de comunicação de massa, especificamente o jornal impresso *Folha de S. Paulo*. Outros veículos podem ou não ter uma grande visibilidade do público.

conscientemente pré-negociados. Trata-se naturalmente de sistema complexo, baseado em relações histórica e socialmente construídas. (BRAGA, 2006, p. 31)

Os veículos de comunicação estão em constante estado de tensão em que precisam equilibrar seus trabalhos, desta forma, tendem a seguir as formas culturais mais reconhecidas nos grupos em que se fazem presentes, juntamente com os interesses políticos e econômicos que cada meio comunicativo possui. Nestes termos, destaca-se a tarefa dos canais de comunicação para disseminar e reafirmar a utilização de normas culturais e, também, buscar seguir seus princípios editoriais e sócio-econômicos. Tal tensão, pode, por vezes, resultar em contraposições entre linha editorial, interesses e a cultura do público, uma vez que, “não é porque certa massa de indivíduos recebe a mesma mensagem que esta massa constitui um conjunto homogêneo. É evidente que há uma certa uniformização da mensagem midiática mas, isto não nos permite deduzir que haja uniformização da recepção da mensagem” (CUCHE, 2002, p.158). Busca-se a uniformização discursiva, mas nem sempre é possível que seja possível a combinação entre todos os fatores, podendo complicar, ainda mais, o envio e a recepção das mensagens.

Há a dificuldade para o entendimento sobre tais grupos, tanto da sociedade quanto da mídia, talvez pela necessidade de ter que conceder uma identidade única para todos e de representá-la de forma fixa, acrescenta-se que “a mídia visibiliza uma política de identidade” (FLAUSINO, 2002, p. 4). Ela atua na disseminação e consolidação de papéis simbólicos, como os de gênero, uma vez que os meios de comunicação são fontes consideradas seguras e que possuem influência no corpo social, assim “a noção de gênero como mercadoria relaciona-se à influência do consumo de mercadorias na construção do próprio gênero, ou na construção de suas representações” (FLAUSINO, 2002, p. 4).

A ininterrupta reprodução social e midiática faz com que os cidadãos sejam coagidos a afirmar uma identidade única perante o contexto social, mesmo que tal identidade não corresponda a quem realmente ele é. Por essa luta constante, a sociedade se vê diante de uma sistematização social, aceitando o uso de dicotomias, por exemplo, como feminino/masculino, macho/fêmea e heterossexual/homossexual, para fundamentar estudos e discussões e explicar uma ampla aceitação de algumas formas de consideração de gêneros e identidades constantes na sociedade.

No entanto, nem todas as formas culturais disseminadas nos veículos de comunicação seguem as ressignificações pelas quais a sociedade constantemente passa. O tratamento de certas temáticas, o uso de determinados padrões culturais e normas sociais dão margem para que uma cultura obsoleta e em desuso continue sendo seguida, disseminada e apreendida por quem tem contato com tais veículos, revelando, talvez, que a própria sociedade, por mais que pareça estar em

constante processo de modificação, outros fatores influenciam as formas simbólicas que são reproduzidas, tanto pela mídia, quanto pela sociedade.

O ciclo de imagens negociadas entre mídia e sociedade tornou-se tão arraigado que as identidades se confundem, tomando-se como verdadeiras e as formas de representação transmitidas por meios e pessoas que não os próprios representados. Com a tentativa de fixidez identitária com que a mídia e a sociedade tendem a trabalhar, as representações simbólicas transmitidas e que circulam são sempre as mesmas, não dando oportunidade para que se perceba que as situações são diferentes e que as representações devem ser feitas de acordo com tal fato e não, com os padrões midiáticos massivamente propalados.

Textos culturais são parte integrante de nossa identidade. Eles se formam, entre outras circunstâncias, nas práticas e vivências cotidianas, em uma trama de significados praticamente infinita na qual cada indivíduo é uma espécie de ponto de entrelaçamento, quase um nó. Esses textos culturais, no sentido pensando, por exemplo, por Yuri Lózman, referem-se aos conjuntos de elementos que, organizados, produzem algum tipo de sentido. (MARTINO, 2010, p. 67)

Há troca constante de “forças”, entre corpo social e mídia, ambos tem influência um sobre o outro, tentando sempre demonstrar como tratar das temáticas sociais. Por mais que exista a possibilidade dos veículos serem polifônicos e cederem espaço para todos os grupos sociais, tal polifonia é seletiva e nota-se que há mais repetição de representações e grupos nos meios do que a presença de todas as vozes sociais, tornando o contrato entre mídia e sociedade algo que reitera representações e que nem sempre busca a adequação das formas simbólicas.

Mídia e sociedade estão em processo de interação³ constante, tal processo abarca demais processos internos e não é algo fechado ou estático, acompanhando os ritmos de midiatização e ressignificações culturais. Há assim, articulações diversas que influenciam na maneira com que os processos ocorrem, como a maneira com que os agentes sociais têm contato com a mídia, a forma como a midiatização ocorre nas sociedades, a disposição para as ressignificações pelas quais as culturas passam e que podem ou não ser aderidas e outros aspectos que podem intervir nos processos entre meios e sociedade. Sendo mídia e sociedade delineados por processos diversos que delineiam-se por meio da normatização e normalização dos aspectos culturais, poderia-se notar, então, que há, sim, diferenciações entre a maneira com que determinados grupos e temáticas são abordados tanto pela sociedade, quanto pela mídia?

³ Braga, 2006.

1.3. Comunicação e os grupos designados “minorias”

Estar presente nos discursos disseminados pelos veículos de comunicação, não significa ser representado da maneira com que o próprio indivíduo ou grupo se reconhece, ou ainda, ser retratado da mesma forma com que outros elementos que são normalizados pela cultura, o são. Há também, a noção de que nem todos os agentes sociais seguem as padronizações mais utilizadas pelo corpo social e que serão produzidos discursos sobre eles, podendo, estes, ser inclusivos ou não, expor lutas, dar espaço de fala aos grupos que nas últimas décadas receberam a nomenclatura de “minorias sociais”.

Ao mesmo tempo em que a exposição midiática possibilita a visibilidade, ela também pode destacar a fluidez de pretensas e significativas diferenças entre os diversos agrupamentos sociais, frequentemente reiterando a condição de subalternidade de alguns em comparação a outros. Com isso, os veículos midiáticos exibem uma diversidade de imagens, aumentando a gama de representações e identidades que veicula, mesmo que a maneira com que representem determinados grupos, principalmente grupos “minoritários”, seja nutrida por estigmas em série.⁴ Desta forma, questiona-se a viabilidade de estar presente no espaço midiático massivo sendo representado de forma diferente da originalmente pretendida.

Questiona-se, ainda, se, mesmo que a representação seja, de alguma maneira, equivocada, a abertura para sua presença nos grandes meios de comunicação seria, ainda assim, passível de possibilitar uma receptividade, podendo esta, ser negativa ou positiva, para sua discussão, trazendo suas questões para o grande público, mostrando sua presença no corpo social ou, apenas reiteraria estigmas e discriminações.

A democracia comunicativa - ao contrário da democracia deliberativa, que parte do princípio de que a crítica e o dissenso são perigosamente disruptivos, criando divisões que precisam ser superadas - espera a diferença, a discordância e o conflito. O objetivo do discurso, nessa nova versão da democracia, não é a identificação mútua, mas o reconhecimento e o abranger das diferenças. Só isso permite uma forma de compreensão que encoraja a “transformação que os teóricos deliberativos recomendam, mas não exige o tipo de identificação enfática que esses teóricos descrevem como necessária. (SILVEIRINHA, 2005, p. 59)

Uma das funções atribuídas a mídia é a de conferir visibilidade às instituições, indivíduos e grupos sociais, no entanto, tal visibilidade é seletiva, uma vez que não é possível abarcar todas as representações e identidades e, muitas vezes, não é de interesse dos veículos fazê-lo. Todavia, toma-

⁴ Goffman, 1988.

se como regra que o que não é representado na mídia é algo inexistente na sociedade, como se apenas o que é veiculado pelos meios de comunicação massivos estivesse presente no contexto social. Esquece-se que existem múltiplos grupos e identidades nas sociedade e quem nem todos estão presentes nos meios e, em inúmeras ocasiões, quando são representados, suas identidades são expostas de forma não condizente com a realidade do tempo e espaço atuais, sendo utilizadas formas simbólicas que não mais correspondem com a realidade e com o espaço que eles buscam ou possuem na sociedade. Como Rodrigues (2012, p. 237) destaca “O fato de termos hoje à nossa disposição a instituição midiática faz com que aquilo que não seja objeto de sua intervenção mediadora não tenha existência socialmente reconhecida”.

Tal tendência a exclusão, ou mais propriamente a incorporação marginal, de alguns grupos pelos meios traz à tona a discussão sobre os filtros de seleção e o distanciamento dado a determinados elementos sociais e o destaque dado a outros. Ou ainda, aos papéis que são destacados acerca dos agentes sociais, quando apresentados pela mídia. Tende-se a dar um destaque diferenciado para participantes de grupos influentes, políticos e pessoas consideradas famosas, seja por sua profissão ou por outro motivo que ocasionou sua fama. Por outro lado, participantes de grupos considerados “minoritários”, mas também outros indivíduos ou grupos, além de não receberem um tratamento como os outros elementos, são, tendencialmente, representados de forma estigmatizada, preconceituosa ou excludente.

O espaço midiático é considerado, desde suas formas de seleção e produção, como um meio interacional, não só com os demais membros da sociedade, como também, com a sua cultura e as regras que são escolhidas para serem parte de sua linha editorial. Desta forma, a partir da linha editorial e das escolhas ideológicas de cada veículo, desenvolvem-se processos de reconhecimento dos significados que estão nos produtos midiáticos. Como todos os demais agentes sociais, os meios de comunicação participam dos sistemas de significação culturais. Os elementos culturais que circulam na sociedade, seja em qualquer forma, via cultura oral, mídias digitais ou físicas, são parte de um jogo de significados e significações em que há a possibilidade de infinitas formulações circularem, no entanto, pelas diversas escolhas que cada grupo social faz, há aqueles predominantes e outros que são considerados “diferentes” e, conseqüentemente, serão reproduzidos de tal forma, até que ocorra uma mudança. O espaço midiático permite que se descubra quais são as representações correntes e quais não são. Assim como a própria sociedade, a mídia tende a reproduzir significações que mostram-se mais habituais, buscando não entrar em confronto com os grupos que pretende alcançar.

O espaço de interação funciona como uma situação de mercado linguístico, que tem características conjunturais cujos princípios podemos destacar. Em primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Para compreender o que pode ser dito e sobretudo *o que não pode ser dito* no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores - é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. (...) Outra característica ainda: o jornalista exerce uma forma de dominação (conjuntural não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de <<objectividade>> e de <<neutralidade>>. (BOURDIEU, 2010, p. 55)

A sociedade dispõe-se a utilizar conceitos de “normais” e “anormais”⁵ para que possa agrupar e “avaliar” seus indivíduos e, a partir de tais formulações produzem diferenças entre os que seriam “iguais” e os que seriam “diferentes”, neste caso, nem todos os diferentes se destacariam apenas por não estarem de acordo com as normatizações sociais, mas também por estarem em evidência de outra maneira, tornando-se marcados por alguma outra ação que exercem. Os “normais”, aqueles que foram escolhidos e legitimados como tendo as características esperadas, em contraposição, são apresentados as luzes da positividade ética, moral e social. Demonstra-se assim, que os influentes na sociedade também o são na mídia, sendo mostrados como “heróis”, ou indivíduos que se sobressaem aos demais. Em casos que envolvem problemas ou situações que escapam do esperado, eles podem ser considerados “vítimas” ou, depois de algum tempo, voltarem a ser indivíduos considerados como todos os outros, tirando-se a aura de “pessoa especial” com a qual foram envolvidos. Alguns indivíduos são considerados tão aquém da dita “normalidade” que tornam-se representados como sendo “monstros” ou “aberrações”.

Ao notar que alguns indivíduos recebem destaque em comparação aos demais, seja de forma positiva ou negativa, os meios de comunicação podem buscar sua inserção em seus produtos, representa-os, acompanhado suas atividades, colocando-os nas matérias que veicula e mostrando como são pessoas importantes, muitas vezes, sendo utilizados como exemplos para os demais. Tais identidades dos que se destacam e dos normais são negociadas e aderidas tanto pela mídia quanto pela sociedade, que continuam disseminando tais representações e reafirmando-as. Estabelecendo, também, o contrato existente entre mídia e sociedade, em que as identidades que circulam em ambas, são criadas e propagadas por esta e aquela, em ciclos de representações em que há influência e interesses das duas partes envolvidas.

O contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica - jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das

⁵ Foucault, 2010.

leis da natureza. Ele é, num registro duplo, infração às leis em sua existência mesma. O campo de aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer “jurídico-biológico”. Por outro lado, nesse espaço, o monstro aparece como um fenômeno ao mesmo tempo extremo e extremamente raro. Ele é o limite, o ponto de inflexão da lei e é, ao mesmo tempo, a exceção que só se encontra em casos extremos, precisamente. Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido. (FOUCAULT, 2010, p. 47)

O conceito daquilo que é “diferente” e inusual se disseminou de tal forma, que surgiram normas que delineiam o que pode ser considerado “estranho” e quais casos seriam vistos como exceções a regra. Desta forma, a pluralidade social, ao invés de ser concebida como algo positivo, algo que agregaria elementos positivos ao corpo social, tornou-se fórmula para a exclusão e o julgamento, ocasionando, inclusive, violências de ordens diversas, não só físicas, como psicológicas, entre outras. A diversidade passou a ser representada por muitos agentes sociais como sendo algo negativo, que não seria necessário. No entanto, com as ressignificações sociais, ela passou a ser vista como algo necessário para o desenvolvimento social.

Mesmo com a diversidade e com certa abertura aos temas que em outros momentos foram considerados polêmicos, a sociedade, incluindo a mídia, continua aprisionada em uma ininterrupta busca pelo embarreamento do que uma pessoa é ou o que ele deve ser. No entanto, as culturas padronizam o que é “natural” e o que não é, tais padrões são disseminados por períodos mais ou menos longos e qualquer busca por uma mudança na forma de pensamento e das padronizações socialmente conhecidas e disseminada são, muitas vezes, renegadas e muitas pessoas resistem à entendê-las e aderi-las, mesmo que tais identidades venham sendo construídas e modificadas ao longo do tempo.

Alguns grupos, principalmente os considerados minoritários, podem sentir que não são retratados de forma igualitária aos demais grupos, uma vez que nem sempre são procurados pelos meios para que possam expor suas formas identitárias. Assim, acabam sendo representadas/os pela mídia de maneiras que não se aproximam da realidade, com a utilização de termos obsoletos, que foram formados em uma época que tais grupos tinham menos ou nenhuma representatividade na sociedade e sofriam com mais exclusão e preconceito do que sofrem ainda hoje. Em outros termos, são utilizados para a construção de alteridades.

A identidade surge na atual concepção das ciências sociais, não como uma essência intemporal que se manifesta, mas como uma construção imaginária que se narra. Os referentes de identidade se formam, agora, mais do que nas artes, na literatura e no folclore – que durante séculos produziram os signos de distinção das nações -, em relação com os repertórios textuais e iconográficos gerados pelos meios eletrônicos de comunicação e com a globalização da vida urbana. (CANCLINI, 2001, p. 148)

Em relação às mudanças que vem sendo processadas no contexto social em relação às identidades dos grupos com um histórico penoso na busca por seu direito de representação, a mídia demonstra certa dificuldade em se adaptar e transmitir as formas mais assertivas e que admitam uma maneira de tratamento uniforme e igual para todos os indivíduos, não importando sua identidade de gênero, orientação sexual ou qualquer outra característica. A representatividade que alguns grupos alcançam por meio de suas lutas nem sempre vem acompanhada do debate e da problematização pelos demais grupos. Estar na mídia, ser parte do processo de midiaticização não necessariamente significa que a maneira com que os agentes sociais são representados será modificada. Muitos elementos sociais tem suas representações disseminadas da mesma maneira durante longos períodos, muitas vezes, não passando por nenhuma modificação. Principalmente quando a visibilidade é feita “em termos”, não raro, algum grupo ou indivíduo é considerado fora dos padrões normativos sociais sendo tais padrões produzidos sem que eles sejam incluídos na formulação identitária, sem que sua voz seja citada. Tal fato não contribui para que a visibilidade seja feita para superar padronizações feitas por outros grupos.

A visibilidade, em diversas ocasiões, faz com que o distanciamento que já se faz presente nos conceitos de “normal” e “anormal” sejam fortalecidos, deixando claro a existência de diferenças entre os agentes sociais, com isso, suas representações acabam por reforçar tais ideias. Nem sempre estar no centro dos processos midiáticos e, conseqüentemente, sociais, significa que diferenças identitárias e representativas estejam superadas, em inúmeros casos, o fato de ser citado e fazer com que discussões emirjam, resulta no aumento do preconceito e em acusações para com os grupos e indivíduos que são considerados “diferentes”, legitimando a ideia de que exista uma ideia hegemônica e que aqueles que não se adequam a elas, serão marginalizados, mesmo que sejam representados, sua representação poderá continuar seguindo a ideia predominante. Pode-se afirmar que, por mais que haja uma crescente abertura para que se promova a abertura para os grupos considerados minoritários, há ainda, a dificuldade em ultrapassar os conceitos dominantes ainda disseminados.

Não se trata, explica Spivak, de inverter essas oposições, mas acabar com elas. Não basta trazer para o centro o discurso da periferia ajustando-o ao discurso, aos interesses e às políticas do centro. Isso não desconstrói as oposições binárias centro/ margem, mas legitima ainda mais a divisão de superioridade na medida em que as práticas marginais são apropriadas como parte das políticas do centro para manter sua dominação a partir da domesticação dos discursos e práticas marginais dentro de duas próprias estruturas e cânones como centro. (MARTINO, 2010, p. 133)

Antes de discorrer sobre a imagem simbólica das travestis reproduzida pela mídia, algumas discussões preliminares se fazem necessárias. Por serem produtos que passam por variados processos para que se tenha um resultado final, os textos midiáticos podem transmitir a impressão de efeitos de uma realidade absoluta, quando, na verdade, eles estão buscando uma forma de compartilhar determinada identidade cultural sobre algum objeto para seu público e, nesse processo, contribui também para a arquitetura das alteridades.

Ao abordar certo tipo de assuntos, como a identidade de gênero e a orientação sexual, os meios de comunicação podem transmitir a impressão de uma tentativa de normatização e de obedecer padrões que há muito vem sendo seguidos pela sociedade, muitas vezes, não conseguindo abordar ou acompanhar as mudanças que vem ocorrendo. No entanto, temos também um aumento da presença de diversos grupos sociais na mídia, podendo indicar que a mídia tem buscado uma tentativa de se adequar ao que o corpo social vem vivenciando.

Estou convencida de que é relevante refletir sobre tudo isso. É relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam, e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças, e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres.

Sei que a sociedade trata desigualmente esses sujeitos e valoriza diferentemente essas práticas. Sei que tudo isso é atravessado e constituído por processos de classificação, hierarquização, de atribuição de valores de legitimidade e ilegitimidade, que sujeitos são acolhidos ou desprezados conforme as posições que ocupem ou ousem experimentar. Sei que tudo isso está, seguramente embaralhado com questões de poder. (LOURO, 2007, p. 204).

A midiaticização possibilita que os agentes sociais possam estar em contato com representações de diversas ordens, uma vez que os veículos, por meio de sua polifonia tem acesso e podem reproduzir vozes diversas, alcançando públicos que, por meios mais “diretos”, como conversas e grupos específicos, não teriam contato facilitado com tais representações. No entanto, a busca por vozes que saem do senso comum, do “já esperado”, nem sempre é colocada em prática. Diversos fatores podem influenciar na procura por fontes que não se inserem no que já é costumeiro, a dificuldade em encontrá-las, a recusa a conceder entrevistas ou, um dos elementos que tem grande influência na maneira com que os jornalistas conduzem seus produtos, a linha editorial dos veículos.

A partir da linha editorial, estes sendo os quesitos necessários para que um fato seja selecionado como apropriado para ser trabalhado e veiculado, os jornalistas refinam a classificação para produzir suas matérias. Todos os dias ocorrem um infinito número de acontecimentos que

podem ser classificados como dignos de veiculação. No entanto, não havendo a possibilidade de publicar todos, faz-se necessário o uso de elementos que diferenciem o que é noticiável do que é “comum”. Cada veículo formula sua linha editorial de acordo com atributos que considera essenciais para ceder espaço para a publicação de uma notícia. Um item muito presente quando se discute os critérios que fazem um fato se tornar notícia, é sua excepcionalidade quando comparado com outros. No entanto, outros fatores parecem ter uma influência maior, uma vez que, temáticas inéditas nem sempre são abordadas nos veículos, podendo-se entender que nem sempre se tem espaço para conteúdos que não seguem alguns padrões normatizados, principalmente quando se diz respeito a hierarquia dos indivíduos envolvidos.

Wolf divide os “valores notícia” em cinco critérios: a) substantivos; b) relativos ao produto; c) relativos ao meio; d) relativos ao público; e) relativos a concorrência. Dentro destes critérios, ele agrupa os atributos que contribuem para que um determinado acontecimento da realidade seja ignorado, selecionado ou destacado como notícia. Citando inúmeros autores, Wolf fala do nível hierárquico dos indivíduos envolvidos, impacto sobre a nação, proximidade, quantidade de pessoas envolvidas, significância futura, novidade, recenticidade ou atualidade, e interesse público (critério abstrato e difícil de ser definido, segundo ele). Estes “valores-notícia” não são igualmente importantes, sua hierarquia e combinação variam de lugar, circunstância e meio de comunicação. A noticiabilidade de cada fato parece ser produto da complementariedade e reciprocidade de seus atributos. (MOTTA, 2012, p. 701)

Mesmo com tamanha diversidade e com certa abertura aos mais variados temas que já foram considerados como “tabus”, a sociedade e os veículos continuam aprisionados em uma constante busca pela limitação de quem uma pessoa pode e deve ser, refletindo isto na maneira com que se constroem as representações. Tal tentativa de limitação faz com que, muitas vezes, os cidadãos se deparem com a obrigação de ter que afirmar uma identidade relativamente uniforme perante os demais, mesmo que esta não corresponda a quem realmente ele é. Por essa luta constante, percebeu-se uma sistematização social, aceitando o uso de dicotomias, como certo/ errado, bom/ mau e legítimo/ ilegítimo, os quais legitimam as práticas sociais. A mídia com seus múltiplos canais de transmissão de representações simbólicas utiliza-se de determinados padrões para caracterizar indivíduos e agrupamentos, aplicando conceitos maniqueístas para dividir e selecionar os agentes sociais. Aqueles tidos como “minorias” são alvos de minuciosos julgamentos de ordens diversas, podendo serem sociais, políticos e, até mesmo, gramaticais.

A despeito dessa multiplicidade de identidades, a mídia tenta fixar determinadas identidades. O que parece ocorrer na mídia é: o que é agora é o que sempre foi. E a forma como elas exercem a sexualidade deve ser mantida. Identidades de gênero e identidades sexuais, ao contrário do que a mídia constrói, não são tão determinadas e evidentes. O processo de reconhecimento inscreve-se nas diferenças e em como

implica na instituição de ordens do discurso, visto não haver relações de poder sem luta por hegemonia. A mídia quer sempre consenso, por razões mercadológicas. (FLAUSINO, 2002, p. 3)

Os grupos minoritários lutam para reconhecerem-se nos produtos midiáticos e perceberem-se representados positivamente nos grandes veículos de comunicação, como Flausino (2002, p. 3) sintetiza “Reconhecer-se numa identidade midiática é resposta, em termos de audiência, a uma interpretação da realidade e resposta que confirma a aceitação de pertencimento a um grupo social”. Com esse ciclo em que identidades e identificações não são alinhadas, os grupos considerados minoritários até podem ser representados pela mídia, o que não significa que eles se sintam integrados com certa fluidez e positividade no ambiente cultural.

A representatividade e a visibilidade são temáticas muito abordadas no que diz respeito aos grupos considerados minoritários. Apesar da atual discussão sobre o espaço que tais grupos alcançaram e de suas lutas. Ter espaço não significa ter voz, estar presente nas discussões sobre si mesmos, ou ainda, poder expor a maneira como desejam ser tratados. Mesmo com a possibilidade da polifonia da mídia, a partir da análise da representação de grupos e indivíduos que são excluídos por sua maneira de ser, entende-se como a polifonia é seletiva, pois há o espaço, mas não há a vontade ou o esforço de buscar tais vozes e fazê-las serem ouvidas. Continua-se utilizando as representações já embutidas na cultura, mesmo quando acredita-se que, atualmente, há uma busca maior pela igualdade dos indivíduos.

Nestes termos, questiona-se: apesar de a mídia, circunstanciada pelo contexto nacional postar-se como defensora e disseminadora dos princípios democráticos, ela está cumprindo esse compromisso? Entender a questão de como as “minorias” estão sendo focadas por um dos principais veículos de comunicação do país é o desafio desta pesquisa. O próximo passo, ainda voltado para a construção do contexto, refere-se ao campo acadêmico- conceitual pertinente à sexualidade e a posição em que foi alocada a questão da travesti e da travestilidade.

2. Sexualidade e Gênero

Dentre o vasto repertório de temáticas sociais, algumas são circundadas pela parcimônia e o cuidado, podendo dificultar o debate; as questões sobre sexualidade e gênero podem ser englobadas em tal grupo. As discussões sobre gênero e sexualidade têm espaço na sociedade, mas, ao mesmo tempo que há a permissividade para que o debate esteja presente nos círculos sociais, percebe-se que ele é repleto de normatizações e tentativas de se estabelecer regras, podendo ter-se a impressão de que sua discussão deve ser produzida de forma encoberta e disfarçada. Mais do que as teorias que circulam sobre a temática, o que fica em evidência são as práticas culturais dos indivíduos e, conseqüentemente, discursivas que delineiam a questão sobre o tema de sexualidade e gênero no período da modernidade tardia.

Sexualidade e gênero são objetos que possuem múltiplos desmembramentos e questionamentos. Ao iniciar as leituras teóricas sobre tais assuntos, foi notável a diversidade de discussões e pontos de vistas que os envolvem. Sendo temáticas que tiveram um crescimento teórico, deparamo-nos com sua fluidez, um ponto positivo pela possibilidade do contato com princípios provenientes de campos teóricos variados. No entanto, faz-se necessário destacar que não pretende-se aqui fazer conceituações e descrições limitantes sobre o assunto, por mais que a teoria pareça nos encaminhar para definições unânimes. Porém, ao não desejar restringir definições, corre-se o risco de deixar as fronteiras teóricas sem esclarecimento, desafio que objetiva-se ultrapassar.

Pretende-se neste capítulo, discutir sobre sexualidade e gênero e, principalmente, abordar as questões que envolvem as travestis, buscando elucidar sua representação na esfera acadêmica e a forma como elas próprias, as travestis se identificam.

2.1. Sexo e Gênero no Contexto Social

Até o século XVIII “vigorava o modelo conceitual sobre o corpo humano como possuindo um sexo único no qual o gênero, masculino ou feminino, era reconhecido pelo ‘grau de evolução’ fisiológica da pessoa” (LEITE Jr., 2011, p. 52), é possível notar que o gênero já recebia a concepção de algo essencialmente ligado a natureza biológica dos indivíduos, mas não a única. A partir do século XVIII, os elementos biológicos dos corpos passam a ser a principal invocada nas justificativas de gênero e sexo. Até então, a maneira com que os indivíduos se formavam, por meio de roupas, adornos e posicionamentos sociais, eram considerados os principais códigos de correspondência de gênero, não havendo sendo demarcada a separação entre sexo e gênero. O corpo

formava o todo e este não tinha uma divisão explícita ente psique e corpo físico. A partir de casos ocorridos, como o do Cavaleiro d'Eon de Beaumont⁶, a sociedade passou a questionar sobre as posições sociais dos indivíduos.

Uma das formas de representação que as sociedades contemporâneas consideram relevante é aquela com que cada um constrói seu corpo. A partir dele, cada um representa e reflete sua forma de se sentir, de se perceber e de entrar em acordo com a imagem que deseja transmitir aos demais. A sociedade naturalizou padrões para que seus participantes buscassem se encaixar e se reconhecer. No entanto, determinadas normatizações ultrapassam o nível externo da cultura, da vivência em grupo, e passam a ser tentativas de guiar a forma como cada indivíduo deveria se reconhecer. Travestis e transexuais são indivíduos que não se identificam com os padrões e normatizações de gênero produzidas pela sociedade para o gênero que lhes foi designado no nascimento. Tais noções sociais identificariam quem são as “mulheres” e quem são os “homens”, principalmente, por seu aparelho reprodutor e genitais e pelas demais características produzidas pela biologia própria de cada corpo, recebendo a nomenclatura de “feminino” e “masculino” para agrupar os corpos que tem suas formas biológicas semelhantes. Não se deixando limitar pelas normas sociais para sua anatomia, as travestis podem fazer as modificações e transições corporais que consideram necessárias para atinjam o objetivo de ter o corpo externo como reflexo do seu interior, de sua maneira de se sentir, cada uma/um a sua maneira, sem regras para tais modificações.

Uma das representações identitárias que são alvo de grande preconceito são as formas que cada indivíduo utiliza para se apropriar de seus modos de se sentir e se identificar e como externaliza isso em seus corpos, se expressando para os demais. Por mais que o corpo de um indivíduo seja apenas dele, é possível notar que isto tornou-se apenas um conceito teórico socialmente disseminado, uma vez que a partir das normatizações culturais, os grupos sociais organizam quais características cada indivíduo deveria seguir a partir de seu gênero biológico, esclarecendo que nem sempre o modo como a pessoa se percebe é considerado como aceitável pelos demais. Desta forma, os indivíduos passaram a performatizar seus corpos, refletindo a maneira como o corpo social julga ser correspondente ao gênero.

Na sociedade contemporânea, naturalizou-se que o corpo deveria ser identificado como pertencente a um dos dois gêneros: o feminino e o masculino. A partir da biologia dos corpos foi criado tal binômio e, teoricamente, indivíduos com determinadas características biológicas e

⁶ Leite Jr. (2011, p. 57-58) discorre sobre a história do Cavaleiro d'Eon de Beaumont que espalhou um boato sobre si mesmo de que era uma mulher vestida de homem e assim o rei o obrigou a se portar como uma mulher, quando faleceu o médico legista confirmou que ele, na verdade, era anatomicamente um homem. Todavia, o cavaleiro não aceitou perder suas honras militares por ser uma mulher.

corporais seriam classificados como pertencentes a um deles. A partir disto, normas e padrões sociais foram formulados para que os indivíduos agissem e se portassem quando em grupo.

A norma governa a inteligibilidade social da ação, mas não é o mesmo que a ação que ela governa. A norma parece ser indiferente às ações que ela governa, e com isso quero dizer apenas que a norma aparenta ter um estatuto e efeito independente das ações governadas por ela. A norma governa inteligibilidades, permitindo que determinadas práticas e ações sejam reconhecidas como tais, impondo uma grelha de legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que será e do que não será reconhecido como domínio do social. A questão acerca do que estará excluído da norma estabelece um paradoxo, pois se a norma confere inteligibilidade ao campo social e normatiza esse campo para nós, então estar fora da norma é continuar, em certo sentido, a ser definido em relação a ela. Não ser totalmente masculino ou não ser totalmente feminina é continuar sendo entendido exclusivamente em termos de uma relação a “totalmente masculino” e “totalmente feminina”. (BUTLER, 2014, p. 253)

O discurso biológico delineou os dois gêneros mediante as peculiaridades e semelhanças do aparelho genital e demais particularidades biológicas dos indivíduos, com isso, os grupos sociais puderam utilizar-se das justificativas fisiológicas para a delimitação de atitudes e posicionamentos considerados como sendo “masculinos” ou “femininos”. Ao longo do tempo, as maneiras de definição social do “feminino” e do “masculino” foram sendo exigidas nas mais diversas categorias e divisões presentes no corpo social. Fazendo-se necessário o conhecimento de um indivíduo como sendo “homem” ou “mulher” para que se pudesse definir seu poder, seus privilégios na sociedade, para que fosse possível saber se as ideias da pessoa deveriam ou não ser consideradas, entre outros.

A partir da divisão de gêneros foi possível delimitar os papéis que cada grupo e indivíduo poderia desempenhar no âmbito social, esclarecer quem tinha mais poder na existência coletiva. O poder não resultava apenas das questões monetárias ou de idade, mas da área política e epistemológica⁷ da sociedade, aonde os corpos anatômicos e sexualizados recebiam uma atenção específica e crescente. Assim, a concentração de poder era definida por identidades e gêneros, o masculino postava-se acima do feminino, tanto que muitas pessoas não viam razão para que um homem quisesse “se tornar” uma mulher, uma vez que perderia os privilégios que lhe foram dados por meio de seu gênero biológico.

Até o século XVIII e o novo modelo médico conceitual de dois corpos e dois gêneros distintos mas ao mesmo tempo complementares, a diferença entre homens e mulheres era uma questão de hierarquia fisiológica, social e espiritual, onde uma característica refletia e confirmava a outra. (LEITE Jr., 2011, p. 54)

⁷ Jorge Leite Jr., 2011, p. 64

O que ocorre não é uma situação de igualdade, pois homens e mulheres recebem papéis sociais diferentes e travestis, transexuais, pessoas não-binárias, e outros indivíduos que não se encaixariam nas categorias utilizadas para as divisões sociais, não receberiam nenhum papel, sendo, cada vez mais, afastados das vivências. A partir do século XIX, a sociedade passou a se preocupar cada vez mais com as divisões dentro do corpo social e como estas deveriam se refletir nos conceitos de família pré-estabelecidos, que seriam formadas por um homem cisgênero⁸, uma mulher cisgênero e seus filhos.

Os elementos culturais e sociais passam por transformações, mudanças e redefinições ao longo do tempo e conforme a sociedade se vê diante de necessidades e estruturações que anteriormente não estavam presentes e as incorpora a sua organização. Ao longo dos tempos muitas mudanças foram sendo produzidas no que concerne os discursos sobre sexualidade e gênero. A temática já foi circundada por aberturas e impedimentos, o corpo social passou, ainda passa e continuará passando por etapas e períodos que delineiam os discursos que serão produzidos sobre as práticas sexuais e de gênero. Em cada época mostra-se ou esconde-se algo no que diz respeito ao tema. No entanto, muitos conceitos por mais que sejam modificados e passem por discussões e novas conceitualizações ainda perduram em sua forma antiga. A sociedade é, ao mesmo tempo, fluída e rígida, com isso, nota-se e discute-se a ideia de que nela algumas formas culturais são facilmente transpostas enquanto outra sofrem com uma tentativa de fixidez e de que há apenas uma forma de interpretação plausível e aceitável.

Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. (BUTLER, 2014, p. 253)

Fato é, que os discursos sociais hegemônicos foram elevados a posição de meios de regulação, desconsiderando, por vezes, as subjetividades existentes, tornando-os formas de sujeitar os agentes sociais a normas e regras fixas, como se a sociedade necessita-se de homogeneidade. Esquece-se em diversos momentos que nem todos os aspectos da vida estão ligados aos ambientes macro, e que os indivíduos tem suas próprias maneiras de se assujeitar às normatizações impostas pela sociedade. Mesmo não assujeitando-se ao esperado a regulação ainda se faz presente, uma vez

⁸ São considerados cisgênero os indivíduos que se identificam biológica e culturalmente com as normas sociais ocidentais. Assim, um homem tem os caracteres sexuais conhecidos como sendo masculinos, como o pênis e se porta, mesmo que não totalitariamente, com os signos estabelecidos para o gênero masculino. E a mulher os caracteres sexuais conhecidos como sendo femininos, como vagina e ovários, e se porta com os signos disseminados como sendo femininos.

que para ser considerado como um indivíduo “diferente” também é preciso ter algo como parâmetro. A sociedade carece de estruturas simbólicas para seguir; no entanto, a dinâmica social instiga a multiplicação de falas colaborando com a desconstrução daqueles discursos que almejam serem únicos e imperantes, nestes termos, a polifonia sobre a sexualidade e seus desdobramentos conceituais constitui-se.

É perceptível que as discussões e análises da sexualidade tornaram-se objetos de estudos, como também, mais uma forma de reforçar para os agentes sociais os mecanismos de controle e normatização da sociedade. Apesar das redefinições sociais pelas quais as sociedades já passaram, a época em que se vive e os discursos que são reproduzidos sobre o sexo remetem ao período do século XVII e do período vitoriano focado por Foucault (2014, p. 7) com apenas algumas ressignificações:

Diz que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e as coisas eram feitas sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. (...) Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala.

No modernidade tardia⁹, é presenciado um misto da tentativa de sujeitamento das práticas, uma vez que elas estão, cada vez mais, sendo reveladas e expostas, chegando ao conhecimento social. E, ao mesmo tempo, tenta-se produzir limitações e espaços específicos para sua discussão e exposição. A dificuldade de discorrer sobre o sexo, suas práticas e a identidade de gênero continua presente no corpo social moderno, mesmo que haja um movimento contrário que busca normalizar e trazer para a superfície social a discussão sobre as diversas formas de experimentação e identificação existentes, uma vez que, não é possível que todos vivam e se sintam da mesma forma. Ainda assim, na sociedade contemporânea há, não somente, uma tentativa de restringir o tema como, também, a busca por uma normatização das práticas sexuais e de gênero, para isso, foram sendo construídas regras sociais numa tentativa de homogeneizar e delinear as identificações que os indivíduos possuem.

⁹ O período da modernidade tardia é utilizado por teóricos como Giddens, Beck e outros. Souza (2010, p. 83), ao teorizar sobre o período da modernidade que estes e outros autores descrevem, explica “Modernidade, modernidade tardia, modernização reflexiva são tentativas de construção de uma teoria da sociedade que seja também um diagnóstico de nosso tempo. Um diagnóstico problemático em que os avanços tecnológicos são acompanhados de ameaças à subjetividade, à liberdade e à criatividade”.

A partir da submissão ou não às regulações tradicionais, a sociedade tende a classificar seus agentes de acordo com a divisão entre “normal” e “anormal”, mesmo que as características utilizadas como justificativa de tais rótulos pretendam ser objetivas e variem, há em cada época novos elementos e necessidades que instigam disputas de poder. Há a categorização e hierarquização das características que incluirão ou excluirão os indivíduos dos grupos sociais de acordo com a adaptação dos indivíduos com normas. Os “inadaptados” tendem a ser penalizados pela maneira com que se sujeitam à sociedade. Prevalece na sociedade a ideia de que cada indivíduo é livre para fazer suas escolhas e interpretações, porém, há também a limitação de tal liberdade, uma vez que, tende-se ao seguimento das regulações e normatizações disseminadas e, aqueles que não identificam-se com as características que são socialmente hegemônicas, podem estar sujeitos a entrar em disputas com os demais para que possam ter seus processos de construção aceitos.

O anormal é uma criação histórica levada a cabo pela sociedade burguesa. Ele não é um desvio de um hipotético tipo original nem uma aberração da natureza, antes a construção teórica e prática de uma sociedade fundada na normalização dos indivíduos. O anormal foi criado por um discurso sobre a anormalidade pois, como observou Foucault, discursos são práticas que sistematicamente formam os objetos de que falam. (MISKOLCI, 2002/2003, p. 121)

Os limites dos sujeitos estão nas dimensões sociais em que eles se encontram, as suas peculiaridades precisam, de alguma forma, convergir com padrões que circulam no ambiente social, estando ou não de acordo com o esperado para tal indivíduo. O corpo define-se como espaço social e político, a partir dele não apenas as atitudes próprias de cada indivíduo são delineadas como as dos demais em relação a cada um também o são. O corpo instigou formas de discurso não apenas do indivíduo, mas também, do social. Ele é “o efeito de uma construção social e cultural” (LE BRETON, 2013, p. 18), por mais que a sociedade produza um discurso em que se valorizam as características pessoais de cada um, suas construções e interpretações, demonstra-se, também, que existem limites para que sejam produzidas as dimensões pessoais do indivíduo. É notável que a impressão de que o ser “homem” e ser “mulher” depende, primeiramente, das características culturais e sociais que envolvem tais experiências e, posteriormente, a identificação de cada indivíduo com determinado gênero. A partir do nascimento de um indivíduo são apresentadas para ele marcas e atitudes esperadas para o gênero que lhe foi designado, havendo uma “vigilância” social em busca dos que se identificam ou não com tais normas de gênero.

Percebe-se assim a ideia de que os limites entre o que é ser homem e mulher devem ser constante e rigidamente mantidos e vigiados, sob pena de uma perigosa mistura ocorrer, ainda que as transgressões a estes limites sejam um constante chamado ao

prazer proibido, representado pela fascinante e eroticamente carregada figura do hermafrodita. (LEITE JR., 2011, p. 49)

Há, nos grupos sociais, estruturas representacionais e identitárias que serão implementadas; algumas tornam-se formas hegemônicas de regulação de poder, enquanto outras são marginalizadas ou mesmo excluídas do tecido cultural abrangente. Aqueles que não se encaixam ou não concordam com as formulações dominantes são considerados como “desviantes” ou “rebeldes”, não tendo credibilidade frente aos outros indivíduos que preferem seguir as normas soberanas.

No entanto, não foi considerada que antes de ser designado como sendo “homem” ou “mulher” e ensinar um indivíduo quais são os delineamentos para seu gênero, é necessário que ele se identifique com seu corpo e com tais regras. Naturalizou-se que apenas pelos genitais e pelas características que o próprio corpo produz, um indivíduo deveria seguir regras e normas sociais que foram feitas por outras pessoas para tal gênero. Esquece-se que, como diversas outras formas simbólicas, o corpo também é uma construção social, que cada indivíduo tem o direito de fazer dele o que acreditar ser o melhor e que siga suas próprias formas de ser e sentir.

As representações sociais atribuem ao corpo uma posição determinada no seio do simbolismo geral da sociedade. Elas nomeiam as diferentes partes que o compõem e as funções que desempenham, explicitam-lhe as relações, penetram o interior invisível do corpo para aí registrar imagens precisas, elas situam seu lugar no seio do cosmos ou da ecologia da comunidade humana. Este saber aplicado ao corpo é imediatamente cultural. (LE BRETON, 2013, p. 17)

Por um longo período, os indivíduos que não sentiam identificação com seus corpos biológicos, com os elementos designados como sendo de seu “gênero de nascimento” e que não estavam confortáveis com as convenções sociais que diziam o que cada um poderia ou não fazer com seus corpos, se mantiveram enclausurados em si mesmos, guardando suas identificações. Os preconceitos e estigmas àqueles que demonstravam não estar de acordo com os ideais que se tornaram costumes na sociedade eram, e ainda o são, de diversas ordens chegando, inclusive, à violências verbais e físicas, a exclusão e ao abandono familiar. A sociedade mostra, em inúmeros casos, que não seguir as “regras” estabelecidas tem consequências e que os indivíduos que insistem em condutas que vão de acordo com suas próprias identificações sofrerão as consequências, sendo sempre lembrados de que não pertencem ao grupo dos considerados “normais”, mesmo que todos tenham características que os diferem dos outros. A diversidade parece ser tolerada apenas até um ponto limite. A partir da ideia do diferente e do normal, surgem os estereótipos, as marcas sociais que farão com que ocorram divisões de tratamento, inclusive, sendo reiteradas e reproduzidas pelos meios de comunicação.

Formaram-se modelos culturais para exemplificar quais ações os indivíduos deveriam seguir para que estivessem em conformidade com o que era normalizado. As normas passaram a ser transmitidas pelas gerações, sendo formuladas e reformuladas de acordo com o momento histórico e as necessidades que se apresentavam. Houve, e ainda há, uma tentativa de rotinização da vida dos agentes sociais para alinhar as atividades da vida social, no entanto, a rotinização tornou-se em classificações cíclicas em que os indivíduos devem se encaixar nos padrões hegemônicos que foram sendo utilizados pela sociedade. A tentativa de organizar os grupos sociais em formas alinhadas para uma convivência mais harmoniosa é algo válido para as sociedades, no entanto, confunde-se integrar a vida social com o total controle e tentativa de assujeitamento de todos os aspectos das experiências dos indivíduos, suas interpretações e identificações.

As rotinas da vida cotidiana são fundamentais até mesmo para as mais elaboradas formas de organização da sociedade. No decorrer de suas atividades diárias, os indivíduos encontram-se uns com os outros em contextos situados de interação - interação com os outros que estão fisicamente co-presentes. (GIDDENS, 2009, p. 75)

Uma das formas identitárias alvo de preconceito são as formas encontradas por cada indivíduo para se apropriar de seus modos de se sentir e se identificar e como externaliza isso em seus corpos. Na sociedade contemporânea, naturalizou-se que o corpo deveria se identificar com um dos dois gêneros: o feminino e o masculino. A partir da biologia dos corpos foi criado tal binômio e, teoricamente, indivíduos com determinadas características biológicas e corporais seriam classificados como pertencentes a um deles. A partir disto, normas e padrões sociais foram formulados para que os indivíduos agissem e se portassem quando em grupo.

Os discursos sobre sexo e gêneros passaram a ser sujeitos mutuamente, formulando-se uma conexão entre os gêneros existentes e as práticas esperadas deles na área sexual e social. A sociedade ocidental contemporânea erigiu-se a partir das práticas heteronormativas para gênero e sexo. O esperado dos indivíduos na modernidade tardia é o interesse pelo gênero oposto, ou seja, casais seriam formados apenas por homens e mulheres e a partir disso viriam os padrões para as práticas sexuais dos casais, partindo do princípio de que casais heterossexuais tem a possibilidade da reprodução, dando-se a entender que, por tal motivo, casais seriam apenas homens e mulheres juntos. A partir de tal ideia, tenta-se reduzir a complexidade acerca da identidade de gênero e da orientação sexual, tornando o discurso sobre sexualidade e gênero reduzido e limitado ao corpo e a reprodução, novamente retornando para o caráter biologizante que nota-se nos discursos sobre as temáticas. Considera-se que, mais importante do que se apresentar e se comportar da maneira com

que cada um se identifica e se percebe, é estar de acordo com o que o corpo social acredita ser o modelo ideal e que deveria ser obrigatoriamente seguido.

2.2. Conceituação de sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, papéis de gênero e marcas de gênero

Após a realização de leituras e busca por uma bibliografia que contemplasse explicações que esclarecessem tais diferenças, acredita-se que é importante discutir brevemente a fluidez existente no tratamento sobre as temáticas. Ao lidar com questões tão complexas, é possível perceber que é necessário não falar sobre “certos” e “errados”, uma vez que busca-se aqui tratar da diversidade e da amplitude de significados e formas simbólicas. Por mais que sejam necessários os esclarecimentos sobre cada elemento, sabe-se, também, que o campo dos estudos de gênero e sexualidade está em um constante movimento, por este motivo, não parece correto mostrar significados fixos, mas sim, definições que estão em trânsito, em constante movimento na modernidade tardia.

Algumas divisões sociais passaram a ser utilizadas como mecanismo de disciplinarização dos indivíduos, buscando fazer com que houvesse uma homogeneidade no funcionamento social com todos os indivíduos agindo de maneira igual. Logo, os que não seguiam as regras, deveriam passar por métodos de correção pois, as normas sociais existem para serem seguidas e não para serem contestadas, uma vez que, “a norma desvaloriza o existente para corrigi-lo” (MISKOLCI, 2002/2003, p. 110). As divisões e normalizações de que, supostamente, existiriam modos “certos” e “errados” de agir de acordo com ideais culturais tornaram-se pensamentos disseminados nas sociedades e, mais do que isso, passaram a ser considerados como exemplos únicos de agir.

A sociedade vai se delineando e ressignificando pelo surgimento e aplicação de diversas normas e padrões. No entanto, tais regras ultrapassam a convivência em grupo e, muitas vezes, tentam definir como cada indivíduo deve se sentir e com o que deve se identificar. Ainda hoje, há quem acredite que as identidades de gênero e sexo se baseiam unicamente ao não estarem de acordo com as normas sociais que conectam biologia com identidade de gênero, as travestis tornam-se alvos de discursos preconceituosos, que as/os acusam de inverter os “valores sociais”, quando elas/ eles apenas querem ser respeitados por suas identidades.

O corpo e a maneira com que cada um identifica-se com e por ele tornou-se uma propriedade do todo social, com regras e normas para o que cada um poderia ou não fazer dele, como ele deveria ser construído, sem que se antecipasse que nem todas as pessoas se identificariam

com seus corpos e, principalmente, com as normas que foram criadas para ele. O corpo externo, isto é, a conformidade física, passou a ser considerado uma ferramenta de aprisionamento. Ao invés de ser a vitrine da individualidade de cada um, refletindo os sentimentos e forma de ser de cada ser humano, ele tinha que ser um exemplo do acompanhamento de uma conduta social imposta pela sociedade em uma tentativa - falaciosa, diga-se - de harmonia e entendimento entre os que fazem as normas e aqueles que as seguem.

Ainda que sejam disseminados modelos hegemônicos de que homens e mulheres¹⁰ deveriam se atrair e aqueles que não seguem este padrão seriam “diferentes” e fora dos padrões, a identidade sexual de um indivíduo, assim como as demais formas de construção social que tem-se, não é algo que se possa delimitar e escolher, ela varia de acordo com cada pessoa e, por mais que haja a tentativa de cerceamento e fixidez das formas com que os sujeitos vivem, a identidade sexual não é algo que se possa escolher ou que se possa negar, cada indivíduo a vive de acordo com suas vivências, seus sentimentos e maneiras de externalizar suas vontades, não tendo como saber por quem cada um se sentirá atraído, por tal motivo, por mais que diversos grupos tentem normalizar e definir o que seria o “certo”, até para a identidade sexual de cada um, não há como segui-las sempre ou se identificar com o que é normatizado por outros.

Mesmo tornando-se “senso comum” as confusões entre gênero e sexualidade, tal fato não deixa de ter implicações significativas para a cultura. A identidade sexual e de gênero de um indivíduo é uma das maneiras pelas quais cada um se constrói; ao serem alvo de preconceito e serem considerados como fora da “normalidade”, abre-se precedente para o julgamento do outro. Por tal motivo, é importante mostrar como a diversidade social é factível, seja ela qual for, e que a constante tentativa de definir “normalidade” e “anormalidade” apenas pela forma com que cada um encontrou para se expressar e se identificar, contribui para a disseminação de discursos e práticas preconceituosas e para o poder que alguns acreditam possuir para julgar os demais.

É relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres. (LOURO, 2007, p. 204)

O sexo de um indivíduo diz respeito aos aspectos biológicos, anatômicos, fisiológicos e demais itens que resultam dos sistemas hormonal, gonadal, morfológico e dos diversos elementos

¹⁰ Aqui fala-se de homens e mulheres cisgênero.

químicos que cada pessoa possui. Tais quesitos relacionam-se, principalmente, com as formas reprodutivas que do sujeito. A partir destes itens, o corpo da pessoa vai se definindo pela “química interna”, pela maneira como os hormônios e demais aspectos se manifestarão em cada um. Ao nascer, os indivíduos são definidos como sendo de determinado “sexo” a partir da avaliação visual de seus genitais. De acordo com o discurso médico-científico e cultural moderno, existem três nomenclaturas para a classificação do sexo de um personagem: o feminino, aqueles indivíduos que possuem vagina, ovários, óvulos e que recebem o gameta e são as “incubadoras” de embriões; o masculino, aqueles indivíduos que possuem pênis, saco escrotal e espermatozoides; e o intersexo, quando o indivíduo pode possuir genitais e características biológicas de ambos os sexos.

A orientação sexual, ou sua identidade sexual, difere do que se considera como sendo o sexo. Enquanto o sexo diz respeito ao sujeito como sistema biológico e de reprodução, a orientação sexual é a maneira como cada sujeito exerce sua sexualidade, seus desejos, vontades e atrações. A partir da atração por outro indivíduo, cada um desempenha suas práticas sexuais, envolvendo-se com outra, ou outras pessoas. Enquanto sexo é sobre cada um em si, a orientação sexual é sobre um indivíduo em relação aos demais e como demonstra suas afetividades e afeições. Uma pessoa é considerada heterossexual, quando sente-se atraído pelo “sexo oposto”; homossexual, quando sente-se atraído por pessoas do “mesmo sexo”; bissexual, a atração por pessoas de “ambos os sexos”, estas três classificações são as mais conhecidas e utilizadas na sociedade, no entanto, existem outras, como assexual e panssexual.

A sexualidade por mais que seja considerada como questão pessoal, não é, uma vez que os demais participantes de um mesmo grupo querem saber por quem o outro sente atração e, a partir disto, muitos julgamentos, estigmas e preconceitos são praticados. O que muitos não concordam é que a identidade sexual não siga a heteronormatividade compulsória que se busca ter como modelo do que é “normal”, assim, a homossexualidade acaba sendo taxada como uma prática que seria fora dos padrões e, mais ainda, algo que poderia ser controlado, como se fosse uma escolha, não uma dinâmica pessoal.

Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada. (LOURO, 1997, p. 27)

As normas e regras que são produzidas repetem a ideia de que sexo e gênero são um mesmo objeto e, mais ainda, que são elementos que são definidos sem que um indivíduo possa refletir sobre sua própria identidade, sendo designados como sendo de um “sexo” ou de um “gênero” por outra

pessoa que apenas observou seus genitais. As normatizações seriam “consequências” de se ter nascido com determinado aparelho genital e, a partir disto, os demais aspectos identitários já estariam definidos, sendo pré-determinados apenas por um aspecto biológico. A partir de um binômio a forma como cada um deveria agir, viver e, inclusive, pensar seriam definidas por aspectos culturais e sociais que foram sendo formulados e aceitos a partir da ideia de que os grupos sociais devem ser regulados para que se possa viver em sociedade. Espera-se que os indivíduos se adequem às regras hegemônicas disseminadas e não que a sociedade viva sua diversidade de acordo com as formas de cada um se perceber e se sentir.

Assim, as normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, materializando-se nos corpos, marcando o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz uma “generificação”. Não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se faça sentir como tal. Daí seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto de imposições algo aparentemente “natural”. (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 260)

O gênero diz respeito ao reconhecimento que cada indivíduo faz de si mesmo, como cada pessoa se vê, se percebe e, a partir dos discursos e formas culturais que são disseminadas para os gêneros no grupo ao qual pertence, pode se identificar como sendo “mulher”, “homem”, “travesti”, “transexual”, “pessoa não-binária”, entre outras nomenclaturas existentes na atualidade e que estão sendo aderidas para definir o gênero dos indivíduos, Louro em entrevista concedida a Dias (2014, p. 479) explica que em suas problematizações sobre gênero entendeu que os indivíduos não possuem gênero, que “Fazemos gênero o tempo inteiro, somos fazedores de gênero”. No entanto, por mais que a sociedade se depare com “necessidades” e exigências de definir e encaixar seus indivíduos em grupos, de assujeitá-los a noções de que existem dois gêneros que foram naturalizados como normais, o *ser* de determinado gênero alinha-se em questões subjetivas que as próprias marcas e papéis de gênero presentes na sociedade não conseguem abarcar, como será discutido posteriormente.

Nas classificações de gênero tem-se, também, os indivíduos considerados cisgêneros e os transgêneros. Cisgêneros são considerados os indivíduos que são designados de determinado gênero ao nascerem, homem ou mulher, de acordo com seus genitais e, ao entrarem em contato com as normatizações definidas como sendo de cada gênero pela sociedade, se identificam com elas e vivem de acordo com elas. Transgêneros são pessoas que não se identificam com as normatizações para o gênero que foram designados ao nascerem e optam ou desejam viver e agir de acordo com o gênero com o qual se identificam. O termo é um modo “guarda-chuva” para fazer referência aos indivíduos que não baseiam suas experiências nas formas normativas fixadas no corpo social como

travestis, transsexuais, *cross-dressers* e outros indivíduos que não seguem as padronizações sociais definidas para os gêneros.

Assim como a sexualidade, a identidade de gênero não é fixa, variando a partir de diversos elementos pessoais e sociais, as interpretações e leituras que cada um faz da cultura, o que cada cultura considera como sendo pertencente aos gêneros. Se tais considerações são aderidas pelos agentes sociais, as construções que são feitas a partir da maneira como cada indivíduo e sociedade se ressignifica ao longo do tempo e das vivências, como Louro (1997, p. 28) explana:

“Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe...”

Trabalha-se com a binariedade também para se referir a identidade de gênero dos indivíduos, encaixando-os em uma das duas classificações habituais: homem ou mulher e, a partir disto trabalha-se com os dois de maneira a opo-los, como se fossem sempre contrários e não pudessem trabalhar de forma igualitária, apenas em forma de “disputa”, sempre se diferenciando um do outro.

Nota-se como a imagem exterior do corpo passou a ter uma relevância maior na sociedade do que características intrínsecas ao sujeito, por vezes, sendo considerada como principal atribuidora de identidade. Mesmo que seja a partir do corpo que os agentes sociais possam se reconhecer, a construção deste só ocorre a partir da exteriorização daquilo que os indivíduos sentem e percebem na cultura em que vivem. Os corpos passaram a ter a necessidade de satisfazer as demandas simbólicas que a sociedade impôs. Ele não é “apenas” a ferramenta pela qual o pessoa se expressa e se relaciona com o exterior mas, também, deve corresponder a determinadas expectativas sociais que foram formuladas visando a interação social.

O corpo não limita-se a sua própria materialidade, nele estão refletidos fatores externos, ele deve externalizar não apenas o modo com que a pessoa se identifica, mas mais do que isso, isso deve ser feito de acordo com o que a sociedade determinou como sendo condizente ao gênero que lhe foi designado. O corpo é uma realidade social e política, existem normas sociais que esperasse que sejam seguidas e, mesmo quando não são, tal ato mostra-se político. Do corpo e de suas construções, seguindo ou não as formas pré-determinadas, partem os demais significados sociais que uma pessoa terá contato.

Problematizar a noção de que a construção social se faz sobre um corpo significa colocar em questão a existência de um corpo *a priori*, quer dizer, um corpo que existiria antes ou fora da cultura. A identificação ou a nomeação de um corpo (feita no momento do nascimento, ou mesmo antes, através de técnicas prospectivas) dá-se, certamente, no contexto de uma cultura, por meio das linguagens que essa

cultura dispõe e, deve-se supor, é atravessada pelos valores que tal cultura adota. Nesse sentido, seria possível entender, como fazem algumas vertentes feministas, que a nomeação do gênero não é, simplesmente, a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir esse corpo – em outras palavras, o corpo só se tornaria inteligível no âmbito da cultura e da linguagem. (LOURO, 2007, p. 209)

Além das divisões entre gênero, sexo e suas formas identitárias, permeiam a sociedade os papéis e as marcas de gênero, outras formas de normatizar as ações dos indivíduos em sua vida social e individual. A partir dos conceitos de gênero e sexo, formularam-se regras e normas que definiriam, não apenas as atrações que cada agente social deve sentir e a maneira como cada um deve se sentir em relação ao próprio corpo, mas também, a postura que cada um deveria adotar de acordo com seu gênero no contexto coletivo. Mais do que se identificar como sendo de determinado gênero ou como tendo certa orientação sexual, os papéis e marcas de gênero delineiam o posicionamento social da pessoa enquanto indivíduo que convive em determinadas cultura e segue, ou não suas normatizações.

Mais do que a rotulação de homem e mulher a partir do aparelho genital, os papéis e marcas de gênero situam o que um indivíduo poderia ou não fazer a partir de tais definições, suas atitudes e posicionamentos, principalmente, no âmbito da convivência social. No entanto, os papéis e marcas de gênero tornaram-se regras que foram sendo marmorizadas e, ao invés de auxiliarem em determinados casos dos relacionamentos sociais, passaram a ser utilizadas como meio de criar obrigações para os agentes sociais e cercear a individualidade de cada um. Ampliaram-se, então as desigualdades e preconceitos de gênero com a justificativa de que determinadas ações e posicionamentos não eram pertencentes a um dos gêneros dicotômicos. Houve a sistematização dos atos sociais em nome da reiteração das normas de gênero, criando-se uma fronteira entre os gêneros, fixando representações simbólicas para homens e mulheres.

No entanto, não é correto afirmar que toda normatização aprisiona as pessoas, uma vez que há a possibilidade de não segui-las, há muitas subjetividades presentes nas normatizações, em suas interpretações e em como elas são colocadas em prática juntamente com a construção da identidade de um indivíduo. O poder, neste caso de selecionar quais atitudes e elementos culturais são definidos como sendo de determinado gênero, pode ser utilizado como forma de repensar os padrões sociais ao invés de apenas reiterá-los. Por mais que haja o pensamento no âmbito macrosocial, em que segue-se a ideia da existência de formas limitantes para uma convivência social harmoniosa, há, também, a possibilidade de redirecionar as normas.

Para compreender como se constituem identidades e práticas sexuais e de gênero, bem como para perceber a “força” e eficiência de pedagogias culturais, provavelmente, será mais adequado pensar o poder como disseminado,

multifacetado e produtivo, em vez de lidar com uma noção de poder centralizado, unidirecional ou meramente repressivo. (LOURO, 2007, p. 216)

Os processos de ressignificação pelos quais os grupos sociais passam, apresentam para os agentes sociais representações objetivando o assujeitamento destes como forma de regulação de identidades e buscar um sentimento de vínculo nos indivíduos que fazem parte daquela cultura. O gênero é uma das formas culturais de dar significado simbólico aos indivíduos quando em sua coletividade de origem, uma vez que, as diversas culturas não compartilham de significados semelhantes para suas práticas, como Hall (2016, p. 20) sintetiza “acima de tudo, os significados culturais não estão somente na nossa cabeça - eles organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos”. Tal afirmação mostra-se real quando fala-se em papéis de gênero nas sociedades. O aumento dos estudos sobre gênero trouxe para os campos teóricos novas temáticas e discussões com que trabalhar, transmitindo para a sociedade novas visões e possibilidades sobre o assunto, contribuindo para mudanças sociais

As formas identitárias são subjetivas e dependem de fatores individuais e coletivos, tornando-se complicada a definição e a tentativa de um cumprimento hegemônico dos agentes sociais. A busca por assujeitar os indivíduos a normatizações rígidas apenas demonstra como a construção de sexualidade e gênero é pessoal e depende dos aspectos internos de cada indivíduo não sendo possível seguir de maneira rígida formulações produzidas a partir de ideias de outrem.

2.3. Travestis

Com as contínuas ressignificações que pautam a vida social, os grupos considerados como minoritários passam a perceber que, necessariamente, não precisam aderir às regras e normas produzidas pelos grupos majoritários. Assim, buscam meios de mostrar que são participantes do sistema social e que não se contentariam com os espaços cedidos por aqueles que não os consideravam como “anormais”. Muitos deles tem um histórico repleto de estigmas criados e reiterados ao longo da história, buscando formas de julgá-los como sendo indivíduos “anormais”, sendo inseridos em contextos de segregação social.

Ora, o indivíduo a ser corrigido também tem em comum com o monstro esta outra diferença: sua taxa de frequência é evidentemente muito mais elevada. O monstro é, por definição, uma exceção; o indivíduo a ser corrigido é um fenômeno corrente. É um fenômeno tão corrente que apresenta - e é esse seu primeiro paradoxo - a característica de ser, de certo modo, regular na sua irregularidade. Por conseguinte, a partir daí vai se desenrolar também toda uma série de equívocos que vamos encontrar por muito tempo, depois do século XVIII, na problemática do homem anormal. Primeiro o seguinte: na medida em que o indivíduo a ser corrigido é muito frequente, na medida em que é imediatamente próximo da regra, sempre vai

ser difícil determiná-lo. De um lado, é uma espécie de evidência familiar, cotidiana, que faz que possamos reconhecê-lo imediatamente, mas reconhecê-lo sem que tenhamos provas a dar, a tal ponto ele é familiar. Por conseguinte, na medida em que não há provas a dar, nunca se poderá fazer efetivamente a demonstração de que o indivíduo é um incorrigível. (FOUCAULT, 2010, p. 49)

São consideradas travestis, aqueles indivíduos que, no nascimento, são designados como sendo do gênero masculino pelas características e marcas biológicas e corporais, mas que, não se sentem de acordo com os traços biológicos e as normas sociais formulada para tal gênero, identificando-se com as formulações sociais e culturais consideradas do gênero feminino, como a maneira de comportar-se, o uso de vestimentas, o corpo. Desta forma, buscam maneiras de realizar transições para que estejam de acordo com o gênero com o qual se identificam, o feminino. Tais procedimentos podem ser cirúrgicos, estéticos, hormonais, de vestimentas, ou qualquer outro que as aproxime de suas identidades. No entanto, extensos segmentos da sociedade excluem as travestis por considerar que elas sejam uma “ameaça” para a ordem social pois pretendem “inverter” os papéis reguladores da sociedade. O que não se tem percebido, é que gênero não é uma escolha, mas uma construção social, na qual os grupos implementam interpretações da cultura e, a partir da junção delas com seus sentimentos, externaliza em versões de construção corporal, inclusive, de sua identidade, como Leite Jr. (2011, p. 122) explana: “Percebe-se então que a construção social do que pode ou não ser reconhecido como corpo, sexo ou ser humano é um jogo de relação entre poderes que se organizam, embatem e criam resistências dentro das normas de gênero”.

No entanto, antes que a sociedade se utilizasse de tal definição geral em uma tentativa de delimitar as travestis e sua identidade, outras formas de categorização de travestis e dos indivíduos que não se identificam com as regras dominantes que buscariam definir a parte biológica de seus corpos, como Benedetti (2005, p. 24) comenta:

As dimensões culturais e simbólicas dessas práticas e ideias não encontram espaço no quadro explicativo estritamente formulado a partir de paradigmas “duros”, mais pertinentes às ciências exatas e biológicas. A não-consideração das dimensões coletivas e sociais que criam e conformam essas realidades também contribui para reduzir a explicação do fenômeno a uma “culpa” ou a fatores estritamente individuais, o que é, num certo sentido coerente com a ideologia judaico-cristã de nossa sociedade.

Desde a Antiguidade, ocorrem discussões e definições sobre aqueles indivíduos que possuem “dois sexos”, designados como intersexo, popularmente conhecidos como hermafroditas ou andróginos, ocorrem nas sociedades. Naquele período eram considerados seres mitológicos, ocupando posições sociais superiores por serem seres completos e perfeitos. Por isso, a divisão em dois seres foi considerado um marco da Idade de Ouro da humanidade. Já na Grécia, “a

ambiguidade genital era motivo de sacrifício da criança” (LEITE Jr., 2011, p. 37) pois, era considerado como algo negativo, uma forma de pena enviada pelos deuses. Os hermafroditas eram “considerados monstros e executados, queimados, suas cinzas jogadas ao vento”. (FOUCAULT, 2010, p. 57)

A partir do Renascimento e das ideias de Descartes passou-se a fixar a compartimentação do indivíduo entre corpo material e uma alma imortal. No entanto, mais do que o ideal da divisão dos corpos, Descartes contribuiu para o conceito de racionalidade do ser humano, não distinguindo gênero para tal divisão, “o foco não é mais uma suposta superioridade fisiológica e espiritual do masculino em relação ao feminino, mas a habilidade de bem utilizar o pensamento de maneira racional, e isto os dois sexos podem conseguir, pois este é um dom dado por Deus em igual proporção para ambos” (LEITE Jr., 2011, p. 50). As mudanças trazidas pelos pensamentos renascentistas e racionalistas resultaram em ressignificações para as sociedades que antes acreditavam na união completa do corpo e da alma, influenciando em toda a estrutura social.

A figura do hermafrodita baseava-se, e ainda se baseia, na estrutura genital de dois gêneros ou sexos em um mesmo corpo, podendo suscitar confusão na estrutura social por não saber se determinado indivíduo seria “homem” ou “mulher”. Inicialmente partia-se do conceito da superioridade masculina e de que as mulheres seriam seres “imperfeitos” para, posteriormente, com a “inclusão” da mulher como participante do corpo social a divisão dos “sexos” ou “gêneros” ser transmitida para as configurações sociais. Mesmo assim, a divisão baseada no corpo físico dos indivíduos era ponto inicial para que um indivíduo fosse considerado como sendo um “homem” ou uma “mulher”.

Como é possível notar, a psique dos indivíduos passou a ser considerada como elemento importante nas definições identitárias sociais, no entanto, ainda assim, havia, e ainda há, a necessidade de apresentar algum componente “físico” ou, facilmente perceptível para demarcar as diferenças entre homens e mulheres. No século XVIII, os bailes de máscaras tornaram a figura das travestis mais conhecidas e populares, como Castle (1999, p. 196) sintetiza “a cultura do século XVIII como um todo pode também ser chamada, sem exagero, de cultura do travesti”, uma vez que os indivíduos participantes dos bailes de máscaras tornaram a ideia da troca de vestimentas entre os gêneros mais popular e trouxeram à tona a possibilidade de expressar a identidade com que cada um realmente se identificava, mesmo que ela não estivesse de acordo com determinados padrões sociais, uma vez que, já na época, as divisões entre homens e mulheres já eram existentes. O uso das vestimentas do gênero oposto era uma “manipulação das aparências e ao mesmo tempo uma estratégia privada e uma instituição social” (CASTLE, 1999, p. 196).

Nesse processo, houve a necessidade de se encontrar marcas corporais que tentassem definir “verdadeiramente” homens e mulheres, partindo para a seleção de elementos semelhantes nos

corpos para que fosse possível produzir grupos com características que os unissem. A exteriorização da identidade tendo o corpo apenas como uma “matéria-prima a modelar” (LE BRETON, 2013, p. 28) não mais era suficiente na demarcação da hierarquia social e dos papéis que as divisões fixavam. Por mais que o corpo externo reflita a maneira com a qual os indivíduos se percebem e que, na modernidade tardia, principalmente, ele seja passível de modificações de diversas ordens, é fato que ele também resulta de identificações culturais e de leituras sociais. Algumas marcas corporais são aceitas, como *piercings* e tatuagens, já outras como as modificações feitas para adequar o corpo a forma com a qual cada um se identifica ainda gera discussões e tentativas de limitações.

As discussões não mais eram pautadas entre o “castigo” ou a “benção” que um indivíduo com dois “gêneros” ou “sexos” teria, mas sim, em um indivíduo com “sexo e gênero definidos” se fazendo passar pelo outro gênero, as questões cristãs que permeavam as definições entre homens, mulheres e hermafroditas já não mais cabiam na sociedade. A biologia tornou-se a maneira encontrada para o esclarecimento do gênero dos indivíduos. O discurso biomédico, a partir do século XVIII, tornou-se o mais utilizado e o que tornou-se culturalmente confiável para tratar do gênero e sexualidade dos indivíduos. A partir da medicina, mas não apenas dela, disseminou-se formas idealizadas sobre quem seriam os homens e as mulheres e quais seriam as características que os definem. Logo, os indivíduos que não se identificavam com nenhum gênero de maneira única, conhecidos até então como pseudo-hermafroditas¹¹, termo surgido no século XIX, “não são mais encarados como sinais divinos ou seres encantados, mas homens ou mulheres ‘incompletos’ em duas diferenciações, humanos ‘desviados’ de uma ‘ordem natural’, pessoas ‘falhas’ em sua evolução orgânica” (LE BRETON, 2013, p. 28).

O que antes já havia sido considerado divino e sagrado, passou a ser biomedicalizado, dividido e, considerado fonte dos discursos sociais e, frequentemente, de espetacularização. A identidade dos indivíduos, que em outras épocas era baseada apenas em sua maneira de vestir-se e portar-se, mesmo que a ideia da divisão de corpos já fosse um dos pilares nos quais as pessoas se baseavam para saber como agir, passou a ser invadida pelos demais. Tornou-se comum que um médico olhasse para os genitais dos recém-nascidos e alegasse que ele era de determinado gênero pois tinha um pênis ou uma vagina. As características sexuais eram o indício de que um indivíduo deveria seguir as normatizações sociais para um gênero apenas por esta característica, o fator de identificação e de formação de sua psique ficaram em segundo plano.

Gradativamente, durante a primeira metade do século XX, o conceito de um “verdadeiro sexo” verificável em algum órgão do corpo ou função fisiológica vai

¹¹ Jorge Leite Jr., 2011, p. 61

sendo substituído pela ideia de um “sexo prevalecente” que assim, torna-se então o “verdadeiro”. A regra então para descobrir este sexo em alguém já adulto ou pelo menos não mais bebê passa a ser a composição do “todo” de uma pessoa e o que mais a equilibra para o lado feminino ou masculino, envolvendo gônadas, caracteres e funções sexuais e, cada vez mais, a influência psíquica. (LEITE Jr., 2011, p. 86)

O discurso biomédico “acolheu” os hermafroditas, classificando-os de acordo com seus graus de “anormalidade”. Surgiram classificações psíquicas, como os conceitos de neuroses sexuais e antipatia sexual, diagnósticos de transtornos e outras formas de expressar a ideia de que aqueles que não estão de acordo com um único gênero são considerados como desviantes da “normalidade”. Com os constantes progressos médicos, a sociedade foi se baseando em sua multiplicidade de possibilidades para tentar justificar que nem todos os indivíduos seguem o que é cultural e socialmente designado para seu gênero definido por seus caracteres sexuais. Fato é que, mesmo na modernidade tardia, o discurso biomédico continuou, e segue sendo utilizado, para justificar fatos que não dependem apenas do corpo físico mas que, por diversos motivos culturais, como a necessidade de hierarquizar a sociedade e a busca por manter uma homogeneidade social, necessitam que se parta de algum princípio material para que sejam formulados.

O corpo também tornou-se objeto de discussão na mídia, uma vez que tudo o que era representado mostrou-se limitado, havendo muito mais o que explorar e o que falar. No entanto, as construções anteriores não foram utilizadas para abrir mais possibilidades de representações do corpo. Elas continuaram sendo vistas como as únicas formas corretas para se representar um indivíduo, sendo que os transgêneros foram tratados como pessoas com “complexos”, que não sabem o que querem e teriam problemas psicológicos. A parte exterior tornou-se o canal pelo qual muitos indivíduos são identificados, no entanto, você se construir de acordo com sua identidade sem estar de com a normas sociais para seu corpo biológico tornou-se motivo para que alguém sofresse preconceitos e estigmas. A sua representação própria também precisaria estar de acordo com as regras sociais para que se fosse aceito. O corpo tornou-se um dos elementos identitários alvo de rigidez e de formulações limitantes para que se fosse representado de maneira igualitária, caso contrário, a representação seria, e ainda é, feita de acordo com ele de qualquer maneira, não considerando-se a identidade própria.

As representações sociais atribuem ao corpo uma posição determinada no seio do simbolismo geral da sociedade. Elas nomeiam as diferentes partes que o compõem e as funções que desempenham, explicitam-lhe as relações, penetram o interior invisível do corpo para aí registrar imagens precisas, elas situam seu lugar no seio do cosmos ou da ecologia da comunidade humana. (...) O corpo parece evidente, mas, definitivamente, nada é mais inapreensível. Ele nunca é um dado indiscutível, mas o efeito de uma construção social e cultural. (LE BRETON, 2013, p. 17-18)

A partir da ideia de que nem sempre um indivíduo se percebe de acordo com as formas identitárias e culturais disseminadas para suas características sociais, foram surgindo novas classificações além da ideia de um hermafroditismo “verdadeiro”. No entanto, conforme novos estudos e teorias surgiam sobre sexualidade, gênero e identidade individual e social, mais subjetivas, complexas e desorganizadas eram as tentativas de aplicá-las nos grupos sociais, pois buscava-se uma aplicação uniforme em todos os indivíduos. A medicina foi avançando em seus estudos e mais classificações e divisões que justificassem os motivos pelos quais alguém não seria um homem ou mulher “verdadeiro”, ou seja, que segue os conceitos sociais e culturais designados para tais gêneros. No entanto, as mudanças que ocorriam não separavam o corpo, mente e aparência (LEITE Jr., 2011, p. 97) fazendo com que, posteriormente, houvesse uma dissociação entre eles para que se justificasse que sexo, gênero e os demais elementos que concernem estas temáticas não eram um elemento único nos indivíduos.

Após um extenso percurso analisando os indivíduos e concebendo teorias sobre aqueles que eram considerados “diferentes” do que se esperava, a questão sobre sexualidade e gênero tomaram novos rumos, onde passou-se a indagar o que era ser “homem” e ser “mulher”, não apenas com base nos caracteres sexuais mas com outros elementos sendo considerados essenciais e, mesmo assim, não há uma forma única de definir tais questionamentos. Porém, afastar-se da biologização dos corpos como princípio fundamental de delimitar identidade de gênero e, também, orientação sexual já é romper com os discursos tradicionais, mesmo que tal fato ainda seja muito utilizado na modernidade tardia. Passou-se a considerar não apenas os órgãos genitais e demais elementos biológicos dos corpos, como também suas interpretações de si próprios, suas formas de reconhecimento próprio diante dos elementos culturais considerados como sendo de determinado gênero, seus desejos e vontades.

Herdamos as categorias criadas para a instituição da sociedade burguesa, mas hoje sabemos que não há natureza biológica determinante e tanto sociedades como indivíduos existem numa história de desigualdades e contradições. Apenas a re-historicização das categorias criadas pela sociedade burguesa pode livrar-nos da inversão de causa e efeito contida na interpretação naturalizante de nossa sociedade. Os anormais nada mais são do que construções sociais naturalizadas, as quais derivam de relações de poder que atribuem a eles uma posição de inferioridade e submissão na ordem social.

Nossos corpos socializados trazem o passado ao presente e contribuem para a manutenção das categorias sociais e da hierarquia imposta pelo padrão de normalidade burguês. Assim, a desigualdade de poder chega aos indivíduos nos seus próprios corpos e no uso destes, dos prazeres e capacidades reprodutivas. (MISKOLCI, 2002/2003, p. 123-124)

Os conceitos usuais disseminados como pertencentes a cada gênero já não tem mais tanta influência quanto em outras épocas. Há o questionamento sobre tais regras, mesmo que pouco, e a tentativa de desmistificar determinados conceitos que estão inseridos nos sistemas de gênero e sexo

que vão sendo transmitidos através das gerações. Não pretende-se aqui discutir as origens do uso do termo gênero, uma vez que seria necessário entrar em questões diversas, como discussões e teorias feministas, psicanalíticas e de outras correntes que trouxeram a luz inúmeros questionamentos sobre o feminino e o masculino na sociedade contemporânea. Algumas discussões serão necessárias, tanto neste breve histórico sobre travestis quanto nas análises de material.

Ainda que os limites discutidos na sociedade da modernidade tardia sobre o que define o ser “homem” e o ser “mulher” tenham se expandido, deixando as fronteiras entre os gêneros mais fluidas, a tradição instalada na sociedade da necessidade da divisão e nomeação dos grupos sociais, incluindo aqueles que eram considerados fora dos padrões ou do socialmente esperado dentro do binômio culturalmente disseminado, continuou sendo utilizado. A partir do entendimento, ou da tentativa de uma compreensão, de que nem todos os indivíduos se identificam com os conceitos socialmente conhecidos do que é ser “normal” é que pode-se conceber a ideia de que, o uso de um binômio como tentativa de abarcar todas as particularidades dos indivíduos, mostra-se algo reducionista e que mais exclui do que colabora para a diversidade social.

O conceito de gênero provocou grandes transformações e deslocamentos tanto no nível político e das relações entre homens e mulheres, cujas novas dinâmicas são incontestáveis, como no pensamento e na elaboração teórica sobre o social. A partir da formulação e da utilização do conceito de gênero, a antropologia e as ciências sociais passaram a conquistar e explorar novos temas e objetos, imprimindo às análises novas interpretações sobre as diferenças entre homens e mulheres, sobre o corpo, o sexo e as relações sociais. (BENEDETTI, 2005, p. 26)

As travestis subvertem as ideias de gênero biológico e, também, a ordem social, ao seguirem suas vontades e identificações e delinearem suas vidas e seus corpos de acordo com suas próprias identificações. Elas não se importam com o que a cultura fixou como sendo “masculino” e “feminino” e vivem de acordo com suas próprias formulações de gênero, não se deixando afetar pelas regras culturais, ficando, muitas vezes, “entre” os gêneros. Assim, elas desafiam o que a sociedade impôs e afirmam suas identidades, mesmo assim, elas tendem a seguir, como todos os demais indivíduos, algumas normas de gênero da cultura em que vivem, neste caso, o gênero com o qual se identificam, aperfeiçoando-as da forma que desejam. As travestis utilizam-se da gama de marcas de gênero presentes na cultura e, a partir delas, externalizam em seus corpos as construções internas que produzem.

Trata-se de uma cortina de fumaça que consegue, de maneira eficaz, desviar a atenção e obscurecer o fato de que as travestis são ‘condensações’ de determinadas ideias gerais, representações e práticas do masculino e do feminino. Meu argumento, portanto, é que ao invés de simplesmente inverter um conjunto de ideias, representações e práticas, virando-os de cabeça para baixo carnavalescamente, o que as travestis fazem é elaborar determinadas configurações

de sexo, gênero e sexualidade que sustentam e dão significado às concepções de ‘homem’ e ‘mulher’ no Brasil. Travestis cristalizam tais noções; aperfeiçoam e completam tais noções, para usar um termo utilizado pelas próprias travestis ao se referirem a suas práticas corporais. (KULICK, 2008, p. 26)

Travestis são constantemente consideradas como “homens que se vestem de mulher”, uma maneira reducionista e que constrói a estereotipação de que sexo biológico seria o principal meio de normatização da identidade de gênero. No entanto, as travestis não desejam apenas “serem” mulheres; elas buscam o que as faz sentir femininas, traduzindo tal desejo em seus corpos físicos e, também, na maneira como agem e portam-se diante dos demais. Sendo assim, o mais apropriado é tratá-las pela maneira com que se apresentam, e não de acordo com a sua designação biológica, no masculino, como popularmente persiste-se quando se diz respeito às travestis.

Porém, as travestis não se caracterizam apenas por usar roupas de mulher. A principal característica das travestis de Salvador, e de todo Brasil, é que elas adotam nomes femininos, roupas femininas, penteados e maquiagem femininos, pronomes de tratamento femininos, além de consumirem grande quantidade de hormônios femininos e pagarem para que outras travestis injetem até vinte litros de silicone industrial em seus corpos com o objetivo de adquirir aparência física feminina, com seios, quadris largos, coxas grossas e, o mais importante, bundas grandes. A despeito de todas essas transformações, muitas das quais irreversíveis, as travestis não se definem como mulheres. Isto é, apesar de viverem o tempo todo vestidas como mulher, referindo-se umas às outras por nomes femininos, e sofrendo dores atrozes para adquirir formas femininas, as travestis não desejam extrair o pênis, e não pensam em ‘ser’ mulher. Elas não são transexuais. Ao contrário, afirmam elas, são homossexuais - homens que desejam outros homens ardentemente e que se modelam e se completam como objeto de desejo desses homens. (KULICK, 2008, p. 21-22)

As travestis não buscam afirmar-se como pertencentes exclusivamente a um dos gêneros que compõem o sistema binário já tão conhecido e disseminado na cultura em que vivemos. Elas possuem um gênero próprio, são travestis. Assim como homens e mulheres cisgêneros podem utilizar-se de suas interpretações próprias sobre o feminino e o masculino para refletirem tais formas culturais em sua individualidade, as travestis não delimitam suas identificações a um único gênero. O reducionismo de que um indivíduo deve seguir apenas um gênero e, a partir disto, utilizar-se de normas culturais para definir como irão viver e, principalmente, como isso será transmitido em suas ações e em seus corpos não é adotado pelas travestis, que utilizam-se das ambiguidades para se construírem, como Silva (2007, p. 33) afirma “O (sic) travesti brinca com o essencial. Assim se confunde elementar com a própria natureza das coisas. Por isso suscita tanta raiva e tanta admiração: revela em estado cru a gestação do desejo - logo, do eu”.

Havendo limites obsoletos entre gêneros, as travestis os ultrapassam, e provam que o “normal” e o “anormal” são conceitos subjetivos e que a cultura pautada e justificada pela biologia. As travestis deixam claro que as tentativas de normatizar os indivíduos e os classificar de acordo

com suas atitudes em nada contribui para a sociedade, principalmente, quando tal categorização é produzida a partir da forma com que cada um vive, por mais que haja uma busca por unir os indivíduos por semelhanças. E, mais ainda, que o poder resultante da divisão entre tais classificações não mais serve para excluir indivíduos dos grupos sociais, por mais que ainda se tenha a manutenção das normatizações e a tentativa de exclusão dos considerados desviantes.

Esse processo de classificação e controle que denominamos de normalização só alcançou seus objetivos através do desenvolvimento, a partir do século XVIII, do que Foucault denominou de bio-poder, um conjunto de práticas e discursos que constituem a sociedade burguesa através do foco nos corpos e na vida. Seu desenvolvimento se dividiu em estágios. Inicialmente, ele agiu pela analogia entre sociedade e corpo. Foi aí que surgiu a “população” e seus fenômenos passaram a ser alvo de contagem pelos governos: o número de habitantes, a taxa de natalidade, de mortalidade, a expectativa de vida, a incidência de doenças e a frequência do desvio comportamental. (MISKOLCI, 2005, p. 13)

Travestis podem ser rotuladas por uma parcela social conservadora, a partir de uma identidade estigmatizada e preconceituosa, repleta de estereótipos. As exclusões e preconceitos a todos os indivíduos que são considerados participantes de grupos minoritários, não foram e nem são facilmente transpostos. Por mais que se busquem tratamentos igualitários, ainda existem representações que continuam sendo utilizadas e que estigmatizam os demais, uma forma de diminuí-los, não considerando as formas pelas quais eles devem ser tratados. Se identificar como sendo de um gênero é considerado, muitas vezes, mais importante do que a própria identidade do indivíduo, sendo utilizada como um dos alicerces para tentar definir quem uma pessoa “é”.

Por não seguirem as normatizações de gênero e, mais ainda, por evidenciarem que nem todos seguem as regras sociais consideradas normais e que a naturalização de comportamentos e ações não resolve as questões acerca do comportamento humano, as travestis sofrem com violências de diversas ordens, física, psicológica, entre outras. Há a coerção social de que cada indivíduo se encaixe em algum grupo social, em apenas um gênero, em padrões de acordo com a biologia.

Por se identificarem com o gênero feminino, em diversas situações sociais, as travestis sofrem com o preconceito e a exclusão, uma vez que muitos indivíduos crêem que gênero é biológico e que aqueles que possuem um aparelho reprodutor com pênis, deve seguir as normatizações sociais construídas e disseminadas para o gênero masculino, não aceitando que nem todos se sentem identificação com seus corpos e representações que deveriam transmitir ao corpo social a partir dele. Por tais motivos, as travestis são vítimas de julgamentos de ordens diversas no corpo social, podendo estas serem sociais, políticas e, até mesmo, gramaticais. A partir da ideia de que as travestis não estão de acordo com a cultura vigente, as diversas tentativas de afastá-las da

convivência, fizeram com que as travestis esperassem da sociedade apenas reações negativas com relação a elas, inclusive de indivíduos que também sofrem com preconceito e julgamentos.

Travestis sabem muito bem que todos os brasileiros são habituados desde cedo com os estereótipos depreciativos a seu respeito, e sabem que, país afora, até os próprios *gays* tendem a desprezá-las e condená-las. Em razão dessa experiência quase diária com a discriminação e a hostilidade, travestis sempre esperam de qualquer desconhecido uma reação preconceituosa, mesmo que este se comporte civilizadamente. (KULICK, 2008, p. 31)

Nem todas as travestis desejam se submeter a cirurgia de redesignação genital, tal procedimento é apenas uma das maneiras as quais as travestis podem recorrer para que sintam que pertencem ao corpo que possuem. Desta forma, hormônios, DNA, e todas as demais estruturas biológicas são apenas para definir os papéis na reprodução. Gênero, assim como o sexo, são construídos pela cultura, as pessoas não nascem sabendo como se perceberão, por quem sentirão atração, quais serão suas identificações e como se sentirão em seus corpos. A biologia que é constantemente considerada como o princípio das normatizações sociais, a partir dela muitas regulações foram criadas. No entanto, o sexo biológico não é a fórmula que define um indivíduo e todas as representações que dele se faz.

Mais do que um “verdadeiro” sexo cromossômico, gonadal, hormonal, endócrino, psíquico ou jurídico, são as roupas, cabelos, adereços corporais, jeitos e trejeitos que, cotidianamente, expressam as normas de gênero e definem, à primeira vista, quem é “Homem” ou “Mulher” e o quanto o “masculino” e/ ou “feminino” desta pessoa está de acordo com o esperado de seu gênero performativo. (LEITE Jr., 2011, p. 128)

As travestis são, assim como todos os demais, indivíduos que se identificam com determinadas normas de gênero e outras, não. No entanto, por exporem que a biologia e a normatização de gênero não mais são fatores limitantes para que a pessoa exponha quem é, acabam sofrendo com muitos preconceitos, como Pelúcio (2004, p. 132-133) comenta

No caso das travestis o sexo masculino, anunciado primordialmente pelo pênis, não se coadunaria com o gênero, definido pelo desejo por um outro homem. Assim, para que o gênero seja “inteligível” é necessário atuar sobre o corpo, desconstruindo o masculino, e reconstruindo esse corpo a partir de símbolos do feminino.

Desta maneira, elas desafiam o que a sociedade impôs e afirmam suas identidades, mesmo assim, elas tendem a seguir, como todos os demais indivíduos, algumas normas de gênero da cultura em que vivem, neste caso, o gênero com o qual se identificam, aperfeiçoando-as da forma que desejam.

Ao notar que a maneira com que as representações das travestis são disseminadas no corpo social e como os meios de comunicação tem papel importante na reprodução massiva de tais formas simbólicas, é importante que seja analisada a maneira com que as matérias jornalísticas fazem o percurso das travestis em suas matérias e como são utilizados elementos culturais e sociais para representá-las.

3. Descrição e Análise de material

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, foram coletadas no arquivo *online* do jornal Folha de S. Paulo, hospedado no portal Uol, matérias que citavam os termos “travestis” e “travesti” durante o período entre o ano 2000 e 2014. Inicialmente, não se considerou coletar apenas as matérias que possuíam as travestis como personagens centrais das matérias que estavam sendo reproduzidas. O objetivo principal foi reunir as matérias que mencionavam os termos e, a partir do tabelamento das matérias, buscar constatar semelhanças nas temáticas das matérias e, também, notar se há a visibilidade das travestis nas matérias e a maneira como a identidade tem sido construída pelo veículo e transmitida ao público e sua correspondência com a maneira com a qual as travestis transmitem suas identidades no corpo social.

O período escolhido foi de catorze anos; o motivo que levou a escolha de tal período resultou da busca pelos temas no arquivo *online* do veículo, sendo verificado que apenas a partir do ano 2000 haviam textos jornalísticos em que constavam os termos. Após a escolha do recorte temporal, foi feita a coleta de todas as matérias que citavam os termos, não sendo, neste primeiro momento, excluídas as matérias repetidas. Posteriormente, foram retiradas matérias repetidas e contabilizado o total de matérias, chegando ao número total de 2.464 matérias, dentre estas, 1.458 matérias citavam o termo “travestis” e 1.006 matérias citavam o termo “travesti”.

Após a reunião das matérias, foi elaborado um sistema que possibilitasse o tabelamento e, uma posterior, identificação das matérias por meio de suas temáticas principais, para uma análise conjunta das matérias, destacando-se algumas matérias que mostraram-se com uma relevância específica para uma análise aprofundada. As matérias foram tabeladas uma a uma, com a utilização de alguns de seus dados elementares, como ano de publicação, título, caderno em que foi publicada no jornal agrupadas e, também, com alguns dados que permitiriam seu agrupamento, como o tema principal e a classificação por temática, como, por exemplo, se a matéria abordava o tema sobre violência, saúde, televisão, etc. A partir desta classificação será possível realizar a análise de conteúdo das matérias e buscar constatar quais temáticas foram mais utilizadas ao longo dos catorze anos de análise e se, as travestis estão representadas no veículo midiático e de que maneira tal representação é feita.

As mídias e o público constroem representações de pessoas, em que o mais importante é o que se acredita que elas sejam, e não qualquer informação de natureza subjetiva sobre as mesmas. Qualquer um que seja muito exposto nas mídias pode se transformar em *persona*, também significando uma espécie de modelo a ser admirado e seguido, alguém que só tem qualidades sobre-humanas, portanto, sobrenaturais. (LOPES, 2004, p. 50)

O principal método utilizado para análise das matérias é a análise de conteúdo com base nos critérios propostos por Laurence Bardin (2009). A partir da análise de conteúdo será construído um percurso que guiará todos os passos até que se chegue a um resultado. Para isso, serão necessárias diversas etapas encontradas e que se adequem a análise do material, uma vez que “a análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*” (BARDIN, 2009, p. 33).

Em um primeiro momento, após a coleta das matérias no site do veículo, foi feita uma leitura “flutuante”, ou seja, uma leitura dinâmica e breve que possibilitou a percepção das principais temáticas e do protagonismo ou não das travestis nas matérias. Após este passo e juntamente com as leituras teóricas necessárias para que possa ser produzida uma análise de conteúdo aprofundada, as matérias foram tabeladas, de acordo com o termo e o ano de publicação, por exemplo, matérias com o termo travesti publicadas em 2000, em um sistema com as principais informações, como título da matéria, data de publicação, caderno em que consta a matéria, autor, um pequeno resumo com o tema principal da matéria e sua classificação no sistema de temáticas gerais, como no seguinte exemplo:

Título	Data	Caderno	Autor	Tema	Classificação
--------	------	---------	-------	------	---------------

A partir do tabelamento das matérias foi possível, além da contabilização total de matérias coletadas e do total de matérias em cada ano, reunir as principais classificações para possibilitar a análise, e, a partir delas, discussões sobre os discursos construídos e reproduzidos e se foram produzidas mudanças durante os anos de coleta. Durante a produção das tabelas, foram feitas novas leituras das matérias, neste momento de maneira aprofundada, que geraram questionamentos sobre a maneira com que os discursos foram construídos pelo veículo e por seus jornalistas, contribuindo para as posteriores descrições e análises, sendo feitas seleções prévias de matérias que se destacaram em cada classificação. A partir da frequência com que os temas apareceram e da repetição ou falta de elementos significativos que dessem sentido nas matérias, iniciou-se a etapa das *categorias*, “espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (BARDIN, 2009, p. 39)

A partir da contagem das matérias e dos temas em que foram englobadas, e de acordo com as classificações gerais produzidas durante o tabelamento, foram encontradas quatro temáticas principais que serão descritas e analisadas de maneira mais aprofundada, são elas:

Estigmas e Preconceito	2445 matérias	98% do total de matérias
Visibilidade	800 matérias	32% do total de matérias
Destaque na Mídia	520 matérias	21% do total de matérias
Marginalidade	215 matérias	9% do total de matérias

Para que fosse possível selecionar as temáticas, as matérias foram lidas e categorizadas de acordo com seu assunto principal e demais características e elementos discursivos que colaborassem para sua classificação. Desta forma, foram encontrados quatro grupos principais de temáticas, ressalta-se que uma mesma matéria pode ser enquadrada em mais de uma temática.

As matérias presentes na classificação “estigmas e preconceito” são aquelas se apresentam algum elemento culturalmente disseminado que possa indicar uma diferenciação entre as travestis e os demais indivíduos como, por exemplo, o uso do artigo para se referir às travestis, o emprego de termos como “conhecido como”, o uso do nome de registro, referir-se às travestis que trabalham como profissionais do sexo sem especificar tal fato dando a entender que o uso do termo “travesti” esclarece tal fato.

Já as matérias que fazem parte da classificação “visibilidade” foram selecionadas a partir de temáticas que, de alguma forma, mostram as travestis sem ser de maneira estigmatizante, como em exposições artísticas, filmes, documentários, ou ainda, matérias que abordam direitos humanos, a adesão do nome social, travestis no mercado de trabalho.

A temática “destaque na mídia” englobam matérias de travestis que apareceram em contextos específicos da mídia, como o envolvimento com famosos, travestis conhecidas do público que tiveram destaque por algum motivo.

A classificação “marginalidade” contempla as matérias em que as travestis são, principalmente, representadas de acordo com a visão de que elas seriam pessoas envolvidas com prostituição e formas de violência, como assaltos, brigas, sendo vítimas ou praticantes da ação.

As descrições analíticas serão feitas de acordo com cada classificação que mostrou-se relevante de acordo com a porcentagem de matérias presentes nos catorze anos selecionados para coleta e análise, permitindo, assim, que as mensagens contidas nos discursos jornalísticos possam ser codificadas e unidas por suas semelhanças, possibilitando que temáticas comuns e elementos importantes do discurso e que são reiterados constantemente contribuindo para que a análise seja objetiva. Sendo a finalidade da análise de conteúdo “a inferência de conhecimentos relativos às

condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2009, p. 40).

Após a união de itens significativos, o processo de análise de conteúdo foi possibilitado pelas possibilidades de comparar elementos pertencentes a uma mesma temática, analisá-los em conjunto, notar a frequência no uso de termos que estão ou não de acordo com a cultura vigente, permitindo um direcionamento e categorização que compreendessem a codificação necessária para a produção da análise de conteúdo do material.

O percurso para que se chegue a análise, foi feito a partir da organização de passos, com base nos seguintes itens:

- O recorte: A escolha dos termos e do veículo que seria analisado;
- A tabulação: A produção de tabelas após a leitura das matérias a partir de um modelo prévio;
- A categorização: A divisão em temáticas principais que serão analisadas de forma específica;
- A análise: Análise de conteúdo a partir das divisões, aplicando as teorias utilizadas na perspectiva teórica nas temáticas encontradas nas leituras das matérias.

3.1. A *Folha de S. Paulo*

A escolha do veículo de comunicação *Folha de S. Paulo* foi feita por inúmeros motivos. Primeiramente ele foi selecionado por sua relevância como porta-voz privilegiado da pós-modernidade nacional, tendo um papel importante na trajetória social do país, sendo um dos jornais com maior circulação no Brasil nas últimas décadas e que acompanhou ativamente os processos históricos brasileiros desde 1921. Seu caminho na história brasileira contribui para que se possa compreender também a linha editorial e preferências políticas que o veículo segue.

A *Folha de S. Paulo* foi fundada em 19 de fevereiro de 1921, na capital paulista, por um grupo de jornalistas que se contrapunha ao *Estado De S. Paulo*, liderado por Olival Costa e Pedro Cunha tendo recebido, inicialmente, o nome de *Folha da Noite*. Com as mudanças vivenciadas na sociedade naquele momento, o conceito inicial do veículo era ser objetivo, ágil e ter um enfoque na diversidade social, representando, principalmente, os trabalhadores urbanos, em oposição à *Folha*, que tinha como público principal as elites rurais.

Com a aceitação positiva que obteve a *Folha da Noite*, os donos resolveram dar mais um passo e criaram o jornal matutino *Folha da Manhã*, em julho de 1925, tornando-se um veículo

consumido por indivíduos das classes médias pelos trabalhadores urbanos. Os jornais não possuíam ligação com partidos políticos específicos, apesar de suas principais críticas serem aos partidos republicanos, o que ocasionou na necessidade da escolha quando no final dos anos 1920, optando pelo Partido Republicano de Washington Luís.

Com o enfraquecimento do veículo, Cunha, então único dono das *Folhas*, vendeu em 1931, seus jornais a Octaviano de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida. Os novos donos assumiram nova postura política para o jornal, apoiando as elites agrárias e defendendo os produtores de café. Com tal mudança na linha editorial do veículo, as *Folhas* tentaram conquistar os leitores de seu concorrente, o *Estado de S. Paulo*.

Suas novas atitudes e críticas, o caráter apartidário e que não se dirigia ao governo vigente fez com que os leitores se desinteressassem pelo veículo, ocasionando em uma nova venda, desta vez, para José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Medeiros Queiroga, recebendo a alcunha de *Folha da Manhã*, tendo como linha editorial a abordagem da economia e da política nacional, falando também sobre a modernização social e os problemas da cidade, desta vez, assumindo posicionamentos políticos. Posteriormente, em 1949, Nabantino criou a *Folha da Tarde*, veículo que na década de 60 foi incorporada as outras *Folhas*, dando origem ao jornal *Folha de S. Paulo*.

O advogado Nabantino Ramos implementou novas ideias para o jornalismo do veículo, colocando em prática códigos deontológicos na prática jornalística, causando divergências com os jornalistas que, unindo-se com outros conflitos administrativos, resultou em problemas significativos para o veículo. As desavenças, resultaram em uma nova venda do jornal, sendo comprada por Octávio Frias de Oliveira e por Carlos Caldeira Filho.

Após uma fase inicial de dívidas, os sócios compraram o jornal *Notícias Populares*, e entre 1968 e 1974 modernizaram e aperfeiçoaram máquinas e formularam novos planos para a distribuição do veículo. Após este período, o jornal precisou definir sua identidade e seu posicionamento. Quanto a identidade, o jornal ligou-se às causas em voga, como o movimento das “Diretas Já”, dando espaço para não jornalistas exporem suas opiniões. Para o reposicionamento público, foram feitas modificações no modo de fazer jornalismo, agregando Claudio Abramo, que anteriormente trabalhava em seu rival *O Estado de S. Paulo*, e Boris Casoy em sua redação. Em 1991, Frias Filho substituiu o pai como diretor geral do veículo. Octávio Frias de Oliveira continuou como *publisher* do jornal até sua morte em 2007.

Os novos posicionamentos do jornal resultaram em profundas transformações, com a demissão de jornalistas antigos, novo sistema de impressão, computadores no lugar de máquinas de

escrever, ocasionando em embates culturais entre a nova e antiga geração de funcionários. As alterações foram se sucedendo, havendo constantes modernizações no veículo: seu conteúdo, linha editorial, propostas. A objetividade noticiosa foi um dos principais destaques. Em 1986, a *Folha* foi considerada o jornal líder de circulação no Brasil, inaugurando, em 1995, seu novo e moderno parque gráfico.

O jornal é pioneiro em diversas áreas, foi o primeiro a ter impressão *offset* colorida, em 1967. Em 1983 adotou computadores em sua redação e em julho de 2011, estreou a *Folha Internacional* com notícias *online* em espanhol e inglês.

3.2. Descrição de material

A partir do tabelamento e classificação das matérias coletadas foi possível elencar quatro temáticas principais que serão descritas e analisadas. No entanto, para que fosse possível produzir um contexto para o entendimento das descrições, foram analisadas, primeiramente, as temáticas de marginalidade, estigmas e preconceito para, posteriormente, descrever as temáticas de mídia e visibilidade.

3.2.1. Marginalidade: Travestis ligadas à Prostituição e ao Sexo

Parte-se do pressuposto de que as travestis, como indivíduos que, assim como os demais, buscam seu espaço na sociedade, podem ser representadas de uma maneira desigual aos demais indivíduos do corpo social por algumas de suas características serem consideradas desviantes do que foi normatizado e normalizado pela sociedade abrangente. No entanto, entende-se também, que há uma mudança social na maneira como os grupos, que em outras épocas eram estigmatizados, nestes se encaixando as travestis, estão sendo representados tanto pela sociedade quanto pelos veículos midiáticos. Tendo-se nestas ressignificações pelas quais a sociedade passa, a possibilidade de mudança de discursos e identidades e, também, de reiteração de pensamentos, entende-se a relevância de analisar os discursos midiáticos transmitidos entre o início do século XX até os dias atuais.

Inseridas no contexto da marginalidade, as matérias contêm marcas que podem disseminar discursos que se debruçam em formas identitárias e estereótipos, foram encontradas temáticas que são circundadas por discursos que associam as travestis com alguma forma de representação marginalizada pela sociedade, nestas temáticas estão: o uso da identidade travesti como especificação da prostituição, as travestis como indivíduos que acabam com o viés seguida por uma

parcela da sociedade como sendo a moral e os bons costumes, entre outras maneiras de referir-se às travestis de forma que se entenda que elas seriam pessoas ligadas ao meio considerado subalterno.

Foram encontradas 215 matérias que têm como temática alguma forma de marginalidade, incluindo, principalmente, discursos sobre prostituição e que possam indicar alguma forma de “quebra” da moral e dos bons costumes tradicionais tanto de travestis quanto de cisgêneros. No entanto, nota-se diferenças discursivas quanto a maneira com que o jornal reproduz a representação de prostitutas, diferenciando o tratamento para travestis e “garotas de programa” cisgênero. Já notando-se a maneira com que os textos jornalísticos fazem referência às prostitutas, uma vez que, usa-se a especificação para as “garotas de programa” e para travestis, utiliza-se apenas o termo como forma de identificação, sendo o mesmo que utiliza-se para a maneira como fala-se de sua identidade de gênero, sem outras especificações.

Diversas matérias parecem fazer uma ligação direta entre o uso do termo “travesti” ou “travestis” com o trabalho na prostituição, como no caso do conjunto de sete matérias publicadas no dia 12 de novembro de 2000, no caderno “Ribeirão Preto” que abordavam a temática da prostituição na cidade, é importante notar que as matérias não são creditadas a nenhum jornalista específico, sendo colocada na autoria “Da Folha Ribeirão”. Nelas, além de não haver a especificação de que as travestis citadas trabalham em tal área, pois coloca-se, por exemplo, que “travesti ainda tem cafetão”, podendo transmitir a ideia generalizante de que todas as travestis trabalham com sexo e, como consequência, são gerenciadas por cafetões.

Em outros textos jornalísticos desta mesma série trata-se das “vantagens” e “desvantagens” que as travestis que trabalham como prostitutas teriam e as “vantagens” e “desvantagens” que as garotas de programa cisgênero teriam, como na publicação “Travestis ‘superam’ as mulheres na noite” (12/11/2000) em que cita-se que “De acordo com os [sic] travestis e garotas de programa ouvidos pela Folha, a procura pelos travestis chega a quase o dobro do que a procura pelas mulheres”, incitando, inclusive, uma competição entre as profissionais do sexo, reproduzindo um discurso sobre o público que busca as travestis ser superior ao das “garotas de programa” cisgênero.

Todas as matérias citam travestis, seja de maneira protagonista ou como participantes antagonistas na representação geral dos indivíduos que são profissionais do sexo mas sem a especificação, dando sempre a entender que ao citar o termo já é possível compreender sua profissão, apenas no texto citado anteriormente há a descrição descreve que “Os (sic) travestis de Ribeirão Preto que trabalham nos diversos pontos de prostituição da cidade conseguem mais clientes que as prostitutas”. As matérias tentam ressaltar que as travestis, apesar do uso do masculino em sua referência nos textos, tem mais vantagens que as garotas de programa cisgênero

pois os clientes procuram mais as travestis para fazerem programa, ou ainda, que conseguem os melhores clientes, melhores pagantes e, também, que fazem mais programas que as garotas de programa cisgênero, tendo mais sucesso com sua clientela.

A surpresa contudo fica para o público que prefere travestis e garoto de programa. Quanto aos travestis, eles admitem que em 60% dos programas, eles são ativos, enquanto que os garotos de programas são passivos em 90% das transas. Os clientes dos travestis e dos garotos são na maioria homens casados. (Os clientes que procuram..., 2000, Caderno Ribeirão)

As matérias buscam evidenciar os elementos que fazem uma imagem que as travestis se cuidam, que são desejadas tendo uma clientela maior como, por exemplo, ao usarem falas das travestis mencionando que “querem ser mais bonitas que as mulheres”, ou que elas desejam fazer cirurgias e desejam manter seus “corpos lindos” (Travestis "superam" as mulheres na noite, (12/11/2000), tais falas podem, inclusive, reiterar uma objetificação das travestis, como sendo indivíduos com corpos que se destacam e que trabalham apenas com tais atributos.

É exposta, também, uma forma de representação amplamente disseminada sobre questões que são centro de discussão, como a orientação sexual das travestis, se seriam heterossexuais ou homossexuais. Assim, coloca-se que as travestis são “ativas” em mais da metade de seus programas e que o perfil dos clientes é variado, como “Para Juliana, 25, travesti que trabalha no centro da cidade, em cerca de 60% dos 20 programas que faz semanalmente ele acaba sendo o ativo. “São homens casados, rapazes, tem de tudo”, disse”, fazendo, também, comparações com os garotos de programas cisgênero, como na matéria “Perfil do cliente é bem abrangente” em que fala-se que “Quanto aos [sic] travestis, eles admitem que em 60% dos programas, eles são ativos, enquanto que os garotos de programas são passivos em 90% das transas. Os clientes dos travestis e dos garotos são na maioria homens casados. É notável que, quando trata-se da prostituição, as matérias podem fornecer detalhes, como a especificação de quem seria o ativo ou passivo durante a relação, se os clientes procuram mais travestis ou cisgêneros e os motivos pelos quais elas ainda precisam de cafetões.

Há, especificamente, na matéria “Prostituição no centro é 24 h ao dia” (12/11/2000), a reiteração da ideia de que as travestis seriam indivíduos que fazem “bagunça”, atrapalham o ambiente com o uso da fala de um comerciante: “Para outro comerciante da região, o local nos último melhorou ambiente porque só permaneceram as mulheres e os travestis foram embora”, novamente um discurso que está ligado a uma descrição estereotipada de que a imagem reproduzida das travestis estaria ligada a desordem, mesmo que isso não seja verdade, elas já são consideradas

pessoas que não tem boa índole, que se prostituem, enganam as pessoas, sendo vítimas de violência gratuita, inclusive uma violência discursiva. O jornal diário faz uma abordagem dos profissionais do sexo da cidade de Ribeirão Preto em três categorias distinguindo-os entre: garotas de programa, garotos de programa e travestis. Dando a entender que na classificação de profissionais do sexo, travestis seriam uma categoria “a parte”, mesmo que elas se identifiquem com o feminino e que o jornal se refira a elas no masculino. As travestis estão entre os gêneros, elas fazem as modificações em seus corpos para que eles fiquem com uma identidade feminina, mas há uma tendência que não aja o desejo de extirpar o falo, mantendo uma característica que as ligaria do gênero que foram designadas no nascimento.

Os textos podem retratar as travestis de duas formas: tentando valorizar seu trabalho “diferenciado” ou estigmatizando-as por serem travestis, destacando que seriam diferentes das garotas e garotos de programa cisgênero. As matérias abordam diversos pontos da prostituição na cidade de Ribeirão Preto. Uma das matérias aborda o fato das travestis “levarem vantagem quanto à procura pelos clientes”, dando a entender que o fato de elas serem travestis é um atrativo para conseguirem clientes, mas o fato positivo tem um contra, elas ganham menos pois ainda precisam ter um cafetão. Outra matéria reitera que as travestis “superam as mulheres” novamente levando em conta que travestis e mulheres são indivíduos distintos, inclusive, sendo concorrentes no que diz respeito ao trabalho, no corpo do texto as travestis são tratadas no masculino.

Os textos jornalísticos fazem um jogo de oposições em que características positivas são expostas, como a preferência por travestis, elas serem mais procuradas por clientes, mas ao mesmo tempo, as desvaloriza falando sobre ganharem menos, não serem bem vistas pelos comerciantes. Assim, continuam sendo retratadas de forma estigmatizada, não sendo adotadas formas representativas de acordo com a maneira com as quais elas desejam ser tratadas. Outra característica do discurso reproduzido é o uso do masculino para tratar as travestis, as sete matérias da série utilizam-se do artigo “o” para fazer referências às travestis, podendo reforçar as ideias já transmitidas de que “mulheres” e “travestis” não poderiam estar em uma mesma “categoria”, inclusive, com as travestis não necessitando de especificação para sua profissão.

Há matérias em que há a reprodução da ideia de que a prostituição, tanto de travestis quanto de cisgêneros, seria um “problema crônico”, mesmo quando o texto trata de algo positivo, ao citarem a prostituição, fala-se sobre a necessidade de “correção” para que a situação seja controlada, como na matéria “Edifício Copan será reformado e deverá alojar um centro cultural”, publicada no caderno cotidiano no dia 31 de janeiro de 2001, em que a voz dada ao síndico do famoso edifício paulistano que passará por reforma, comenta que ela só foi possível depois da resolução de questões

internas, citando o caso das travestis e prostitutas que moram no prédio, passando a ideia de que o único problema que um prédio com, aproximadamente, 5 mil moradores teria, seriam essas moradores específicas, que anteriormente não respeitavam regras e agora o fazem:

Prazeres administra o Copan há oito anos e diz que só foi possível chegar à reforma depois de resolver "problemas crônicos" do condomínio. O ponto de prostituição no bloco B, que rendia a fama de "treme-treme", era o principal. "As prostitutas e travestis continuam lá, mas, hoje, há normas de convívio que são respeitadas." (DURAN, S., 2001, Caderno Cotidiano)

A presença de travestis que se prostituem e prostitutas é considerada tão ameaçadora, que as áreas residenciais querem expulsá-las de tais regiões, como é o caso do discurso e da identidade transmitida na matéria de 2 de janeiro de 2000, “Prostituição ameaça publicitária”, publicada no caderno imóveis, nela reproduz-se apenas a voz da publicitária ao falar que as travestis e prostitutas já a ameaçaram de morte, que sempre encontra preservativos na porta de sua casa e que seus filhos presenciam “cenas deploráveis”, apesar da não especificação destas. O texto apenas apresenta apenas uma versão sobre a prostituição em área nobre da cidade de São Paulo, não dando voz para as travestis e prostitutas para que argumentem sobre o que a moradora acusa. Os elementos contidos no texto jornalístico, a voz da publicitária, a maneira como se constrói a imagem das travestis e prostitutas por meio das falas que foram utilizadas, que sua presença desvaloriza a área, que a presença delas apenas cria situações desagradáveis, apenas reiteram preconceitos e visões culturais já conhecidos, o jornal institucionaliza que a exposição da sexualidade e das fantasias em torno dela causam problemas e são vistos com maus olhos pela parcela conservadora da sociedade .

Por mais que ocorra a tentativa de culpabilização das travestis e, também, das garotas de programa, pelo “caos urbano” e que tal discurso seja reproduzido pelos veículos e por alguns círculos sociais, em texto opinativo publicado em maio de 2001, sobre César Maia, então prefeito do Rio de Janeiro, e sua tentativa de “arrumar o caos” tirando travestis e garotas de programa do calçadão de Copacabana e, também, matérias de agosto de 2008, também sobre a tentativa de “transformar a cidade num mosteiro de absoluta castidade” ambos os colunistas, Marcelo Beraba (“Ordem e moral”, 11/05/2001) e Carlos Heitor Cony (Perguntas não-inocentes, 7 de agosto de 2008), respectivamente, opõem-se ao discurso amplamente reproduzido de que as áreas de prostituição deveriam ser banidas e que aqueles que combinam programas com travestis e prostitutas deveriam ter as placas de seus carros expostas no Diário Oficial ou na internet.

No entanto, apesar do discurso dos colunistas parecer mais liberal do que o das matérias citadas anteriormente, a preocupação deles é com a política e com a privacidade, utilizando-se das

travestis apenas como um exemplo para argumentação, pois a identidade transmitida das travestis ainda é a mesma que a culturalmente conhecida. O colunista Carlos Heitor Cony, mostra-se indignado com a possibilidade de exporem aqueles que buscam travestis que se prostituem e garotas de programa mas, ao falar sobre a abordagem às profissionais, ele cita a “indispensável tarefa de ‘chercher la femme’ ou equivalente masculino, no caso do travesti” reproduzindo o uso do masculino ao falar sobre travestis, mostrando que não há preocupação com as travestis e prostitutas, mas apenas com a violação dos direitos das pessoas de buscarem os serviços de travestis e prostitutas, podendo, inclusive, parecer que não há preocupação nenhuma com o fato de travestis e prostitutas perderem seu local de trabalho.

Há uma outra forma de marginalização ligada ao uso da palavra “travestis”, ligando sua figura ao sexo, não considerando as demais formas de identidade existentes na sociedade e com as quais as travestis se identificam, restringindo-as apenas a prostituição e ao sexo, como se apenas ao citar a palavra “travesti” ou “travesti” já houvesse a correspondência direta, como no texto “Sexo foi termo mais procurado no site de busca Radix em 2001”, publicado em 25 de fevereiro de 2002, no caderno tec. A publicação contabiliza as palavras mais buscadas em site de busca no ano de 2001. Ao listarem os termos mais procurados, já é feita uma conexão da busca pela expressão “sexo” e pela palavra “travesti” como se o único motivo pelo qual alguém buscaria tal termo seria sua conexão com sexo.

A palavra "sexo" foi a mais procurada pelos internautas que visitaram o site do mecanismo de busca Radix em 2001, segundo relatório divulgado hoje pela empresa.

Com 14,19% das pesquisas, o que equivale a 1,4 milhão de consultas, o termo liderou o ranking dos vinte termos mais procurados. Palavras relacionadas a sexo —travestis, contos eróticos e hentai— também figuraram entre as vinte mais buscadas e totalizaram outros 18% de pesquisas. (Sexo foi termo mais...; 2002, Caderno Tec)

O texto “‘Só saio daqui para a Itália’, afirma travesti”, publicada em 22 de junho de 2003, no caderno cotidiano mostra como existem ambientes em que as travestis podem se expor sem sofrerem violências por isso. Iniciando-se com a afirmação de que só na região da Frei Caneca e em seus estabelecimentos uma travesti pode tomar sol na piscina de seu prédio ou andar com seu marido de mãos dadas sem que fiquem olhando, a matéria já demonstra uma abertura para que as travestis ganhem espaço na sociedade e possam andar pela rua sem sofrerem com preconceito, mesmo que seja um local reduzido. No entanto, o texto ressalta que, apesar da região parecer receptiva ao público LGBT, há o preconceito entre os membros do próprio grupo LGBT “O tipo de discriminação na região é diferente, diz Oliver: ‘O problema é gay discriminando travesti e sapatão discriminando gay.’ Tem até cabeleireiro gay que não aceita travesti como cliente” .

Na matéria fala-se, também, da oportunidade de trabalho que as travestis encontraram na Europa, principalmente na Itália. O mercado europeu tornou-se almejado pelas travestis brasileiras como destino para quem deseja acumular dinheiro, como afirma o texto:

Os travestis bem-sucedidos na Itália, na Espanha ou na França são quase que uma lenda na rua. Um corretor disse à Folha ter vendido 20 apartamentos num prédio de 174 para travestis que fizeram dinheiro na Europa. Elas formam uma espécie de casta superior. Moram nos prédios mais novos, andam com carros do ano e passam seis meses na Europa. Nesta época do ano, é inútil procurá-las na Frei Caneca. "Estão todas na Itália. Elas ganham muito mais no verão de lá", conta Fabíola Mebarak, 21. A Frei Caneca, segundo Oliver, virou também o endereço dos gays e travestis que se deram bem no mercado de sexo. Ela, por exemplo, diz faturar de R\$ 4.000 a R\$ 5.000 mensais.

Tem-se, também, exemplos de matérias que expõem o pensamento conservador sobre os contratantes de travestis para fazerem programa, julgando que deveriam ser expostos, uma vez que seriam pessoas “erradas”. Nas matérias “Área nobre faz obra antiprostituição” e “Travesti diz que não sai do local”, publicadas em 15 de fevereiro de 2003, moradores de um bairro nobre de São Paulo pretendem fazer uma reforma nas calçadas do bairro para coibirem clientes de se aproximarem com seus carros das travestis e, mais ainda, instalarem câmeras para exporem na internet os carros que pararem na avenida. Nota-se que as ideias que circulam na sociedade sobre a prostituição ser uma atividade “errada” e a culpabilização das profissionais da área continuam seguem sendo disseminadas pela sociedade e, inclusive, acredita-se que as travestis que trabalham como prostitutas devem ser retiradas de seus locais de trabalho.

Apesar de os moradores apostarem que as obras no bairro irão finalmente conseguir inibir a prostituição, travestis que atuam no local afirmam que não sairão da avenida após a reforma.

"A ideia de colocar câmeras [cujas imagens serão transmitidas pela internet] só trará danos ao bairro. Isso vai ameaçar muitos casamentos", ironiza Midori Amorim, 30, que afirma trabalhar a aproximadamente dez anos no bairro Cidade Jardim.

O travesti, porém, reconhece que parte das reclamações dos moradores é verdadeira -principalmente em relação às queixas sobre violência.

Segundo ele, há um grupo de travestis que rouba na região. Esse grupo, diz Midori, é violento também contra os companheiros de profissão. "Eles nos cobram multa, que, na gíria, significa parte do nosso ganho da noite", afirma. Porém, diz Midori, as rondas policiais acabam prendendo quem não tem nada a ver com isso. "Isso precisaria ser mais justo. Mas, na verdade, essas meninas que roubam têm proteção."

Alguns travestis são protegidos de cafetões que transitam pela região de motocicleta. Eles trabalhariam também com tráfico de drogas, segundo moradores. (Apesar de os moradores apostarem...; 2003, Caderno Cotidiano)

Há também a reprodução do discurso da “moral e dos bons costumes” quando refere-se as travestis, principalmente, quando são ligadas a prostituição. Destacando-se, principalmente, o discurso já disseminado de que travestis causam desordem e tornam o ambiente hostil e impróprio para a convivência e que, por tal motivo, por serem conhecidas por se prostituírem e por serem “exibidas” deveriam ser banidas do convívio social.

Em 3 de dezembro de 2004, a matéria “Moradores do Butantã pretendem expulsar travestis de ruas do bairro”, publicada no caderno Cotidiano, expõe como a sociedade não considera garotas de programa e, principalmente, travestis que se prostituem como participantes do corpo social e pretende tomar decisões sobre suas atividades sem consultá-las e sem tentar o diálogo, tornando as ruas do bairro paulistano “Palco de briga ferrenha” [sic], justificando, inclusive, mudanças na legislação para que elas percam seus clientes e seu espaço de trabalho:

Na última quinta-feira, mais de cem pessoas se reuniram com representantes da prefeitura e das polícias Civil e Militar, entre outros órgãos, para encontrar uma forma de expulsar o novo público da região. Entre as propostas, surgiu até mesmo a idéia de fotografar os carros dos clientes dos travestis para enviar as fotos de maridos infiéis a suas famílias.

"Há quatro meses tenho que tomar Lexotan para dormir, porque elas ficam conversando, dando gritos e rindo na frente do meu portão. E toda manhã tem camisinha no chão da frente da minha casa", diz a comerciante Joana -os nomes são fictícios, a pedido dos organizadores da reunião.

O comerciante João, por exemplo, diz já ter sido vítima de vingança. Ele conta que discutiu com um travesti que estava na frente de sua casa e na manhã seguinte encontrou seu carro -que fica estacionado na rua- com a pintura destruída.

"O nosso papel a gente está fazendo. O problema agora é de legislação. Enquanto ela não mudar, vamos ficar discutindo a mesma coisa", disse o delegado Marcos Gomes de Moura, do 51o DP, no Butantã. (LAGE, A., 2004, Caderno Cotidiano)

No entanto, o texto deu a oportunidade para que uma representante das profissionais do sexo e travesti pudesse mostrar o outro lado da questão, expondo que o diálogo é necessário:

Para o travesti Alcione Carvalho, presidente da ONG Associação dos Profissionais do Sexo de São Paulo, o conflito no Butantã só será resolvido se houver diálogo entre os moradores e os travestis e prostitutas, que devem ser chamados para as reuniões. "As soluções têm que ser encontradas em conjunto. A gente pode ter um trabalho educativo, para ensinar a falar mais baixo, não jogar preservativo no chão, mas para isso é preciso conversa. Se for no grito, ninguém consegue nada e o conflito continuará", diz. (*Idem*)

É possível notar que a temática tem continuidade no ano seguinte, pois, no dia 9 de maio de 2005, foi publicada uma nota na coluna de Mônica Bergamo sobre o presidente da Associação de Moradores do Butantã, mesmo bairro do texto da matéria do ano anterior, solicitar ajuda para acabar com a prostituição no Bairro pois “As prostitutas são atrevidas. Os travestis são um problema.

Precisamos tirar eles daqui", diz." e por esse motivo o policiamento no bairro deve ser intensificado, aumentando a reprodução dos estereótipos que ligam travestis que se prostituem e garotas de programa com bagunça e criminalidade, no entanto, a reiteração é vaga, pois não há justificativa nos atos de tais profissionais para que seja necessário o aumento de policiamento.

Não há, na nota, a presença de qualquer forma de argumentação de que as travestis e as garotas de programa cometeram algum ato infracional, assaltaram algum cidadão, apareceram nuas. Em nenhum momento descreve-se o que é ser "atrevida" e o que é ser "um problema", uma vez que há um amplo espectro de atos que podem ser considerados como problemáticos para alguns e não ser para outros, fazendo com que o discurso disseminado pela jornalista apenas reitere um posicionamento de um grupo e exclua indivíduos já estigmatizados sem que haja uma justificativa para tal fato. Não consta, também, a voz de nenhum representante das profissionais do sexo ou das próprias.

A marginalização das travestis, principalmente no que diz respeito a prostituição, é tão presente na sociedade que reflete nos textos, mostrando, inclusive, sua exploração. As travestis também são vítimas de esquemas que as levam a trabalharem como prostitutas em outros países, sendo vítimas de tráfico humano, como na matéria "Dez são presos por aliciar e traficar travestis", publicada no dia 19 de outubro de 2006, no caderno Cotidiano. É possível notar, também, que, mesmo publicando uma matéria em que as travestis são as vítimas, sua voz ainda não é citada com frequência, como mostra o texto, citando apenas a citação das pessoas que faziam o tráfico.

A Polícia Federal prendeu ontem dez pessoas -seis em Minas Gerais, três em São Paulo e uma em Santa Catarina- acusadas de envolvimento em uma quadrilha de tráfico internacional de travestis.

Segundo a PF, o grupo enviou 40 pessoas para a Europa só neste ano.

A quadrilha aliciava travestis para a prostituição na Itália e na Espanha. Cobrava cerca de R\$ 30 mil pela passagem e uso de pontos de prostituição, além da hospedagem e alimentação. Os travestis tinham os passaportes retidos para que não voltassem ao Brasil. Os acusados responderão pelos crimes de rufianismo (proveito da prostituição alheia), tráfico de pessoas e formação de quadrilha. As penas vão de um ano a oito anos de prisão. A reportagem não conseguiu contato com os presos ou seus advogados. (Dez são presos por aliciar..., 2006, Caderno Cotidiano)

A questão da prostituição em bairros nobres da cidade de São Paulo são publicadas em textos constantemente, no ano de 2007 a temática também foi abordada na matéria "Faixa-fantasma afasta clientela de prostitutas em bairro nobre de SP", publicada no dia 10 de outubro, no caderno Cotidiano. Segundo o texto, foram colocadas faixas no bairro de Moema para inibir que carros parem para abordar garotas de programa, sejam elas travestis ou não, como uma moradora conta: "Moradores das casas vizinhas ouvidos pela Folha dizem que não sabem quem foi, mas que

entenderam o recado. "É para que os clientes de prostitutas e travestis tenham medo de ter a placa de seu carro divulgada", diz Ana Francisco, que mora em frente ao clube". Em outro momento da matéria, a mesma moradora descreve a diferença entre garotas de programa cisgênero e as travestis " 'E sabe que eu acho bom? As meninas [prostitutas] são até comportadinhas, mas os travestis fazem barulho', diz Ana". Tal fala demonstra como há a diferenciação entre as travestis e as garotas de programa cisgênero, mesmo que feita de maneira dedutiva pela moradora e reiterada pelo veículo.

Em texto publicado em 30 de janeiro de 2008, "Brasileiras dominam prostituição em Coimbra, diz Jornal", no caderno BBC Brasil, em que especifica-se que as travestis que estão sendo entrevistadas são "travestis que se prostituem" em Portugal, expondo em seu discurso que não é necessário o uso de generalizações quando se faz o uso do termo "travestis" ou "travestis", pois nem todas as travestis são prostitutas e, assim como os indivíduos cisgêneros, deve-se particularizar no discurso que se está descrevendo travestis que se prostituem, para que o discurso não transmita uma identidade equivocada e que possa englobar todos os indivíduos de uma mesma maneira, expondo um contraponto a todas as matérias que generalizam travestis como prostitutas.

A reprodução unicamente do termo "travesti" como forma de automaticamente se entender que se esta falando de indivíduos que se prostituem está presente na grande maioria das matérias, reproduzindo e reiterando o discurso e a identidade criada em outras épocas. A maneira como travestis e, também, brasileiros são vistos é, inclusive, mencionado por Barbara Gancia em sua coluna ("Viaje a seu risco e Perigo") em 29 de fevereiro de 2008, ao citar que na Europa brasileiros tem fama de traficantes e que travestis se prostituem por "dois tostões", pois quem já viajou para a Europa "sabe do que os brasileiros são capazes quando estão no exterior", repetindo o discurso cultural da prostituição de travestis tanto no país quanto no exterior, como se as travestis apenas pudessem ser descritas como prostitutas.

No entanto, no ano de 2009, é possível notar o início do que pode ser uma mudança na reprodução da representação sobre travestis e prostituição, como na matéria "Buenos Aires contrata ex- prostitutas para combater prostituição infantil", publicada no dia 27 de maio de 2009, no caderno BBC Brasil, sobre projeto criado na Argentina para ajudar no combate a prostituição infantil. No projeto, pretende-se contratar ex-garotas de programas, tanto travestis quanto cisgênero para ajudar no combate a prostituição infantil.

A previsão é que outras dez mulheres e cinco travestis sejam contratados nos próximos dias para se integrar à equipe.

"Como elas conhecem os códigos [da prostituição e da exploração sexual] melhor do que um assistente social, tivemos a ideia de contratá-las. O resultado tem sido positivo. Elas se aproximam dos jovens e afirmam, por exemplo, que agora que têm 30 ou 40 anos veem que não valeu a pena seguir por aquele caminho. Ao contrário", afirmou Sorbello à BBC Brasil. (CARMO, M., 2009, Caderno BBC Brasil)

Mesmo com a utilização do masculino para fazer referência às travestis e a não especificação de que as travestis contratadas trabalharam com prostituição ou os motivos pelos quais elas conhecem os códigos, tal matéria pode dar visibilidade para o fato de que travestis não estão ligadas a prostituição apenas como profissionais da área, mas também podem ajudar as pessoas a saírem dela, ou ainda, a não iniciarem atividades nela.

A prostituição de travestis ganha visibilidade em 2010, quando um programa de televisão faz uma reportagem sobre prostituição e um dos repórteres entrevista travestis que se prostituem e visitou "inferninhos" em famosa rua da capital paulista. Desta forma, ao aparecerem em um programa de televisão e a temática da prostituição dar "melhor ibope", o veículo fez uma breve matéria falando sobre o programa:

O programa "A Liga", da Band, teve a melhor média desde que estreou. O programa, que exibiu uma reportagem sobre prostituição, ficou com média de 8 pontos no Ibope --cada ponto equivale a 60 mil domicílios na Grande São Paulo. Já Débora Vilalba foi até o bairro de Vila Mimosa, bairro do Rio de Janeiro conhecido como "shopping do sexo", e Rafinha Bastos entrevistou travestis e visitou "inferninhos" da rua Augusta, em São Paulo. (Com repórter se "prostituindo", "A Liga"...; 2010, Caderno lustrada)

Ao expor como a prostituição funciona por diversos pontos de vista, o programa de televisão mostrou que nem tudo é como os demais podem imaginar, ajudando a abrir os olhos do público para a questão, desta forma, o jornal, mesmo que pretendendo falar sobre o ibope do programa, pode contribuir para que as pessoas pensem sobre a temática e saibam sobre ela.

Aos poucos, a questão da prostituição de travestis abre espaço para que as travestis tenham suas falas reproduzidas no veículo e, também, as situações que passam diariamente, como no caso de uma travesti que aliciava outras travestis, na matéria "Polícia prende suspeito de manter 11 travestis em cárcere em SP", publicada em 20 de outubro de 2011, no caderno Cotidiano. A matéria mostra que travestis podem ser obrigadas a trabalhar como prostitutas e viverem em condições mínimas sendo, inclusive, ameaçadas pelas próprias travestis que as aliciam, mostrando que as travestis podem passar por situações como qualquer outro indivíduo, podendo tanto cometer crimes, neste caso, aliciando pessoas, como também serem vítimas de aliciadores.

Policiais militares prenderam na madrugada desta quinta-feira um travesti suspeito de manter outros 11 em cárcere privado em um sobrado na avenida Miruna, em Indianópolis, zona sul de São Paulo.

A polícia chegou ao local após receber informações da polícia do Amazonas, que recebeu uma denúncia o irmão de um dos travestis. Ele procurou a diretoria de direitos humanos do Amazonas para dizer que o irmão havia sido agenciado pela internet e que, devido a condições financeiras, morava em uma casa e era obrigado a trabalhar para o aliciador. (...)

Segundo a polícia, em casos como o do amazonense, os aliciadores pagavam a passagem de avião. Em São Paulo, cobravam o dobro do valor pago pela passagem aérea e também a estadia na casa, que possuía apenas colchonetes velhos para os travestis dormirem.

A polícia informou também que a dívida cobrada dos travestis ultrapassava o valor que eles deveriam receber pelos programas, obrigando o grupo a ficar na casa até pagar o débito que aumentava a cada dia. (ALVES, M., 2011, Caderno Cotidiano)

No dia 1o de outubro de 2012, uma matéria foi veiculada com a ideia de que “ruas escuras resultam em prostituição” tanto de garotas de programa travestis quanto cisgênero. Não houveram outras matérias sobre a temática, havendo mudanças nas temáticas as quais as travestis são abordadas. No entanto, ainda sim, não houve a voz das travestis na matéria, havendo apenas a reclamação dos moradores sobre sua presença, podendo dar a entender que a culpa da prostituição é das travestis.

A noite nos bairros na periferia de São Paulo fica ainda mais escura devido aos problemas de iluminação pública, a falta de postes e lâmpadas que não funcionam. O Vigilante Agora encontrou problemas em 26 ruas de 14 bairros mais periféricos. A prefeitura informou que já passou por todos os pontos visitados pela reportagem. Na rua Estevão Dias Vergara, no Parque do Carmo (zona leste de SP), as lâmpadas são de pouca luminosidade e comprometidas pelas árvores.

Resultado: moradores reclamando da presença de prostitutas e travestis.

"Sempre foi assim. Como fica escuro, alguns motoristas estacionam na frente de casa para fazer os programas", afirmou um morador que não quis se identificar. (ITALIANI, R., 2012, Caderno Agora)

Em 9 de junho de 2013, também foram veiculadas matérias sobre a temática de travestis que aliciavam outras travestis a prostituição. Podendo-se notar mudanças na forma como a prostituição e as travestis são representadas, uma vez que, apesar do uso do masculino e da não especificação de que as travestis seriam garotas de programa, há um outro lado nos casos, mudando-se um pouco os discursos que as representam apenas como pessoas ligadas a atividade da prostituição em si.

Policiais civis prenderam um suspeito sob acusação de tráfico de pessoas após encontrarem 51 travestis em uma casa na zona norte de São Paulo na manhã de sexta-feira (7).

(...)

Os travestis vieram do Pará para a capital e foram aliciados por outro travesti, de acordo com a polícia. O grupo foi encaminhado a 1a Delegacia de Liberdade Pessoal do DHPP, onde prestaram depoimento e o caso está sendo investigado. (Suspeito de tráfico de pessoas é preso em SP...; 2013, Caderno Cotidiano)

Um dos exemplos da mudança na representação da temática, mesmo que produzida em algumas matérias e não suspensa de maneira total, é a abordagem da situação sobre da

vulnerabilidade a violência de travestis que se prostituem. Na matéria “Profissional do sexo fica mais vulnerável à violência, diz polícia de Ribeirão Preto”, publicada em 23 de março de 2014, no caderno Cotidiano Ribeirão Preto, o texto descreve a situação de garotas de programa travestis e cisgênero que trabalham nas ruas de Ribeirão Preto e precisam conviver com violências e preconceito diariamente. Ao tratarem das questões sobre a violência que as pessoas que trabalham como profissionais do sexo passam, abre-se a oportunidade para a reflexão sobre a profissão e para a mudança na representação da prostituição como “vida fácil”, como o trecho:

A violência sofrida pelas garotas de programa em Ribeirão Preto (313 km de São Paulo) ocorre, em geral, pela vulnerabilidade à qual estão submetidas nas ruas da cidade. A avaliação é da delegada Luciana Camargo Renesto, da DDM (Delegacia de Defesa da Mulher).

De acordo com ela, o fato de, muitas vezes, as prostitutas ficarem sozinhas faz com que sejam vítimas da violência.

"Elas sofrem muitos roubos e furtos porque ficam sozinhas nas ruas, em locais de fácil acesso. É uma profissão historicamente insegura", disse a delegada.

Segundo ela, é difícil oferecer proteção para as prostitutas devido às características da profissão. "A exposição atrai criminosos, mas ao mesmo tempo se não se exporem elas não realizam os programas."

(...)

Segundo Regina Brito, diretora do Seavidas (Serviço de Estudo e Atenção à Violência Doméstica e Abuso Sexual), o órgão tem baixa procura de garotas de programa.

Porém, isso não ocorre porque elas não sofrem violência, mas por falta de denúncias.

O serviço, oferecido pelo HC (Hospital das Clínicas) da USP (Universidade de São Paulo) de Ribeirão Preto, atende mais de 300 pessoas vítimas de violência sexual por mês.

Menos de 10% das pessoas atendidas são garotas de programas.

"Não é porque elas são menos violentadas, mas porque há muito preconceito. Há pessoas que acham que, por serem prostitutas, elas não são estupradas", disse Regina.

As próprias prostitutas têm receio e evitam procurar apoios médico e psicológico.

Para a diretora do serviço, o medo e o preconceito escondem a violência sofrida por elas.

"Infelizmente, prostitutas e travestis convivem com violência diariamente. Estão acostumadas e têm dificuldade em pedir ajuda", disse. (Profissional do sexo fica mais vulnerável...; 2014, Caderno Cotidiano Ribeirão Preto)

Tal trecho mostra ao público como a prostituição pode gerar violência e como é necessário que haja conscientização sobre ela, resultando em respeito às profissionais do sexo. As travestis, além de terem sua imagem relacionada com a prostituição de maneira imediata, como se o uso do termo que as identifica resumisse tal informação, são também consideradas pessoas desconfiadas, muitas vezes esquecendo-se os motivos que poderiam levá-las a isso, ao citar que elas convivem em ambientes violentos diariamente, o veículo colabora para que elas sejam compreendidas, ao menos um pouco.

3.2.2. Estigmas e Preconceito

As travestis sofrem com estigmas e preconceitos de ordens diversas além da visão de que são indivíduos ligados a marginalidade, principalmente a prostituição. No entanto, outras formas de estigmatização e preconceito podem ser representadas e reproduzidas pelos veículos midiáticos, muitos podendo resultar em violências de naturezas diversas, podendo as travestis serem vítimas ou praticantes de tal violência, existindo, inclusive, a violência discursiva quando são ligadas à estereótipos resultantes de épocas em que sofriam ainda mais preconceitos do que ainda sofrem. Inseridos no contexto dos estigmas e do preconceito, foram encontrados 2.445 textos, com as temáticas principais de violência, tentativa de humor com travestis, atos de preconceito, e, principalmente, o uso do masculino para se referir as travestis, uma das principais formas de marcar a estigmatização e não aceitação das travestis como sendo do gênero feminino, entre outros.

No texto “Turquia reprime prostituição de homossexuais, transexuais e travestis” (17/11/2000), as travestis são retratadas como sendo pessoas ligadas as atividades do sexo e a doenças sexualmente transmissíveis e que, por tal motivo, deveriam trabalhar em locais fechados, evidenciando que o preconceito não está apenas presente no Brasil, como também em outros países. Nesta matéria apenas é considerada a opinião de fonte oficial do governo, não tendo a opinião de alguma fonte de grupos GLBT, grupos que dão apoio a profissionais do sexo, ou mesmo, das pessoas que estão sendo abordadas na matéria. Outro ponto importante, é que o diário destaca que o que está sendo informado na matéria foi transmitido por meio da imprensa do país, se calando sobre a questão. Há uma fala do ministro turco do interior em que diz que é necessário registrar todos que trabalham na prática, no entanto, as profissionais que são biologicamente mulheres não foram citadas como possíveis trabalhadoras ilegais, apenas homossexuais, transexuais e travestis, como se apenas estes pudessem ser portadores de doenças sexualmente transmissíveis ou trabalhar de maneira ilegal, apesar da tentativa de mostrar que apenas se deseja legalizar a profissão e evitar o trabalho ilegal. Não houve uma tentativa de complementar a matéria com informações sobre prostituição e travestis no Brasil ou, mesmo na Turquia, ficando apenas uma nota informativa sobre a situação que estava sendo vivida no país.

Há também a incorporação de uma ótica de que elas são pessoas de caráter suspeito, como na matéria publicada em 9 de setembro de 2000, no caderno ilustrado, com o título “Livro ‘Os Vermes’ traz à tona os bastidores do poder” o colunista Marcelo Rubens Paiva entrevista os autores de um livro inspirado em Brasília, no poder disputas políticas. Ao serem perguntados sobre a realidade das personagens, um dos autores diz que:

Muitas biografias dos nossos políticos são baseadas em fatos reais. Mas tem histórias reais, que contaram para a gente, que são melhores do que a gente escreveu, como a de um político que fez uma festa de travestis, dizendo que eram travestis apoiando o inimigo. Não dá para concorrer. A realidade é melhor. (PAIVA, M.R., 2000)

Com esta fala, pode ter-se a impressão de que travestis apenas participam de festas e que sua índole é duvidosa, sendo necessário sempre desconfiar delas.

Outros textos apresentam a ideia do envolvimento das travestis com a criminalidade resultando no reforço da ideia de que, caso elas sejam, vítimas ou culpadas por algum ato de violência ou ilícito, não será algo surpreendente. Travestis, assim como qualquer outro indivíduo podem se envolver com crimes, praticar atos de violência, como, por exemplo, assaltos. No entanto, a forma como são retratadas, muitas vezes, pode dar a entender que sua conduta deverá ser essa. Na matéria “Economista é preso por matar travesti”, publicada em 17 de novembro de 2001, uma travesti foi morta por um homem por, supostamente, assaltá-lo junto com outra travesti que fugiu. O economista andava armado por saber que “frequentemente travestis cometem roubos na avenida Indianópolis”, sua esposa tentou justificar

Segundo a mulher de Cordeiro, a administradora N.A., 39, ele estava armado na saída para o supermercado por saber que frequentemente travestis cometem roubos na avenida Indianópolis.

De acordo com a Polícia Militar, chega a ser rotina a ocorrência de assaltos na região. A maioria das vítimas, afirma a polícia, é de possíveis clientes, surpreendidos ao parar o carro para conversar com os travestis que ficam na avenida.

"O que acontece aqui é uma vergonha. Além de se masturbarem em frente a casas de famílias, eles [os travestis] assaltam", conta N., que diz já ter testemunhado vários crimes e socorrido vítimas.

Segundo ela, a família veio de Brasília e mora há quatro meses numa casa na alameda dos Guaicanãs, a poucas quadras da Indianópolis. "Mas pretendo me mudar daqui na semana que vem." (O economista José Nivaldo..., 2001)

Ao dar visibilidade para tal voz, o jornal concorda que uma pessoa então poderia ser morta, por cometer atos desrespeitosos em público. A polícia comentou que os assaltos se tornaram frequentes na região em possíveis clientes, no entanto, em nenhum momento fala-se de outras pessoas que trabalhariam na área e poderiam cometer crimes, apenas das travestis que se prostituem. E, também, que as travestis são pessoas que praticam atos “imorais” em público e, por tal motivo, poderiam sofrer com violências diversas, naturalizando uma ideia que abrangeria indiscriminadamente todas as travestis.

Um estigma que as travestis são, inúmeras vezes, culpabilizadas juntamente com os/as homossexuais, é o de indivíduos que contraem DSTs, que são sexualmente vulneráveis, que não se cuidam quando se relacionam ou que se relacionam com diversos parceiros. Desta forma, quando

surgiu uma tese de doutorado sobre a temática, que reitere tal ideia culturalmente aceita, o jornal reproduz tal discurso com a justificativa do estudo, como na matéria “Travestis aumentam risco de Aids”, publicada no dia 29 de abril de 2001, no caderno Cotidiano:

Aproximadamente 40% dos travestis que se prostituem em São Paulo são portadores do vírus da Aids. A revelação vem da pesquisa feita por João Luiz Grandi, aprovada como tese de doutorado pelo Departamento de Enfermagem da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

Nos oito anos da pesquisa, que foi realizada no Centro de Referência DST/Aids da Vila Clementino, Grandi observou uma taxa anual de infecção de 7% nessa população. Já entre os homossexuais não-travestis, a taxa de infecção constatada na pesquisa é de 1,5%. (Travestis aumentam risco de Aids, 2001, Caderno Cotidiano)

Na matéria “Butantã "sacode" no ritmo dos caminhões”, publicada em 20 de outubro de 2002, no caderno imóveis, fala-se sobre as consequências da prostituição de travestis e garotas de programa em bairro nobre de São Paulo, como tráfico de drogas e violência, mantendo um discurso estigmatizado e preconceituoso, dando-se a entender que esse é o fator principal da violência.

A presença de prostitutas e travestis em algumas avenidas do bairro também preocupa. "O problema não é a prostituição, mas sim o que decorre dela, como a violência e o tráfico de drogas. Já houve até caso de tiros na porta de um morador", afirma José Airton dos Anjos, 44, diretor do Centro Comunitário do Conjunto Residencial do Butantã. (AOQUI, C.; BARBOZA, N., 2002)

Ao transmitir tais conceitos, o jornal reitera uma identidade que liga quem se prostitui a concordância com violência e, ainda mais, a participação em atos violentos e na criminalidade. O uso da ideia de que uma região que tem travestis e prostitutas e, por tal motivo, teria ligação com a criminalidade é amplamente reproduzido pelos meios de comunicação e, como nesta matéria, raramente há a outra versão da história, a forma como as travestis e prostitutas tem ligação com a temática, pois a visão reproduzida nos discursos jornalísticos tende a ser generalizante.

Em outra coluna, do dia 29 de fevereiro de 2004, “Socorro! Meu cachorro se chama Bingo!”, José Simão comenta que o mais engraçado do carnaval são “os” travestis com seus corpos esculturais e vozes de Pato Donald que são o principal produto de exportação do país pois todas morariam na Europa e “Cada país exporta o que tem de melhor!”, ou ainda, fazendo comparação entre a apresentadora Monique Evans e as travestis, aquela seria “mais travesti” que as travestis e o uso do termo “travecas”.

E o mais engraçado do Carnaval são os travestis. Todos com corpo escultural e voz de Pato Donald. E tudo de peitão. Monumento ao silicone. O Carnaval é o recenseamento do travesti brasileiro. É o IBGE das bibas! E todas moram na Europa: Zurique, Genebra, Milão. Milano é o grande hit. "Onde você trabalha?" "Em Miláano." "Onde você dá show?" "Em Milano." Até que o filho de uma amiga

minha perguntou: "E cabe tanto travesti em Milano?". Cabe. É o nosso principal produto de exportação. Cada país exporta o que tem de melhor! (SIMÃO, J., 2004, Caderno Ilustrada)

Novamente, nota-se como as travestis são um alvo constante de tentativas de humor com suas figuras, seja pela mídia ou pela sociedade, havendo um tratamento dúbio entre a visibilidade e o apoio a diversidade e a ridicularização e seu uso em “brincadeiras”. Ao mesmo tempo que o jornal dissemina matérias que descrevem a busca do Ministério Público para cassar um canal de televisão que promove quadros e programas que desrespeitam a dignidade humana, ele permite que seus colunistas utilizam-se de discursos preconceituosos e que necessitam empregar identidades obsoletas que continuam sendo disseminadas no corpo social.

Poucas matérias utilizam-se do feminino para tratar as travestis e consideram-nas pessoas que tem relacionamentos, com sentimentos, baseando-se no estigma já conhecido do masculino e, inclusive, utilizando-se de referência a preferência pelo uso do feminino, soando como se fosse algo fora do comum, como na matéria “Ex-preso luta por visita íntima a travesti”, publicada no caderno cotidiano em 6 de dezembro de 2004. A matéria aborda o pedido de um ex-presidiário que tentava conseguir visitar sua companheira, uma travesti chamada Shirley. A matéria utiliza-se do feminino em determinado momento para referir-se a Shirley, no entanto, antes de tratá-la no feminino, há no discurso uma “justificativa” do motivo desse uso, com a passagem “o companheiro Robson Roberto Silva Santos, 28, mais conhecido por Roberta Shirley Chayenne -um travesti, que prefere ser apontado com artigos, substantivos e adjetivos flexionados no feminino”, o uso desta frase reproduz uma ideia de que uma travesti, uma pessoa que se identifica como sendo mulher, não pode ser tratada de tal forma normalmente, como se ela tivesse que exigir tal feito, reproduzindo preconceitos e estigmas já conhecidos.

Tarde de sábado em Sergipe. Em frente ao Complexo Penitenciário Carvalho Neto, em São Cristóvão (a 25 km de Aracaju), cerca de cem mulheres dispõem-se em fila. A cena é típica dos dias de visita íntima -quando os presos e as suas parceiras têm relações sexuais atrás das grades.

Entre saíotes e batons que adentram a cadeia para a revista prévia está o par de calças e a barba feita de Jeferson Vieira dos Santos, 23, o único homem da fila.

É com essa cena inusitada que sonha o ex-detento Jeferson desde que foi obrigado a deixar a penitenciária de São Cristóvão, há pouco mais de 45 dias, e assim abandonar a quem chama de “amor da sua vida”: o companheiro Robson Roberto Silva Santos, 28, mais conhecido por Roberta Shirley Chayenne -um travesti, que prefere ser apontado com artigos, substantivos e adjetivos flexionados no feminino. Jeferson e Shirley mantêm uma união estável há mais de um ano e meio. Um caso de amor que começou nas ruas de Aracaju, consumou-se na carceragem da Casa de Detenção e agora coloca em xeque o sistema penitenciário e jurídico do Estado de Sergipe.

(...)

A controvérsia começou no dia em que Jeferson, liberado por habeas corpus do flagrante de tentativa de roubo, teve de deixar a penitenciária onde vivia com Shirley havia um ano e meio. "Na hora de me despedir de Shirley, choramos muito", lembra o ex-detento. Jeferson conta que, no mesmo dia, conseguiu levantar o processo da parceira. No dia seguinte, voltou à penitenciária na esperança de falar com Shirley. A entrada foi negada pela direção. Desesperado, Jeferson passou a viajar a São Cristóvão todo dia para, ao menos, ver Shirley pelo alambrado.

Para obter auxílio, bateu na porta da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Sergipe, da Associação Unidas, da Associação dos Travestis de Aracaju, da Vara de Execuções Penais, da Defensoria Pública, de rádios e jornais. "O caso ali era de preconceito."

Na cadeia, Shirley passava por maus bocados. Longe do parceiro, o travesti é um alvo fácil e cobiçado na detenção. Shirley tentou se matar. Jeferson ficou sabendo do episódio e falou com a Associação dos Travestis. "Queriam organizar um protesto em Aracaju", conta ele. A notícia deixou a direção da penitenciária e o Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe) de cabelos em pé. (MENA, F., 2004, Caderno Cidadania)

A questão da prostituição e do aliciamento ultrapassa o pensamento de que travestis podem ser forçadas a trabalhar como prostitutas, sendo mais grave do que isso, chegando no tráfico de pessoas. As travestis também são vítimas de violências físicas, de tráfico humano e de outras múltiplas formas de abusos. No texto jornalístico publicado no dia 16 de junho de 2004, intitulado "Após crítica, Brasil reconhece que tráfico humano é problema grave", a autora descreve a situação do tráfico no país, problema significativo e que continua enganando pessoas que estão em busca de uma vida melhor.

O Ministério da Justiça reconheceu ontem que o tráfico humano é um problema grave no país e que até hoje poucos responsáveis pelo crime foram punidos.

Anteontem, um relatório do Departamento de Estado dos EUA acusou o Brasil de ser muito brando com os criminosos e de não atender aos padrões mínimos para a eliminação do problema.

O documento fala da situação do tráfico humano em 140 países e é produzido por exigência do Congresso dos EUA. (...)

O programa trabalha para modificar o código penal, que não inclui homens como vítimas de tráfico humano. Hoje, muitos travestis brasileiros são atraídos por ofertas em países como a Itália, e acabam explorados. (FLOR, A., 2004, Caderno Mundo)

Apesar do discurso jornalístico parecer reproduzir a violência contra travestis como sendo algo habitual, que ocorre diariamente, em raros momentos reproduzindo textos que façam o público refletir sobre esse tipo de violência; Fernando Gabeira em sua coluna intitulada "O outro lado do Rio, publicada em 09 de abril de 2005, pondera sobre o assassinato de travestis e o descaso social com tal fato, expondo como a sociedade parece estar se acostumando com ação de indivíduos tirando a vida uns dos outros. Ao abordar a temática, Gabeira contribui para que o público perceba como as travestis são constantes vítimas das mazelas sociais sendo, em inúmeros casos, esquecidas e excluídas.

Nessa chacina morreu um travesti, mas pouco se falou dele. Talvez para não dar atenuantes aos criminosos. Matar travesti é quase um ato de rotina. Mencionar esse detalhe retiraria o caráter excepcional dessa macabra operação, que exterminou crianças, trabalhadores e a dona de um bar. Inconscientemente, vamos criando uma camada de defesa contra o horror. As crianças indígenas morrem porque os índios têm a cultura de alimentá-las por último. Mulheres são estupradas porque, de certa forma, provocaram seus agressores. (GABEIRA, F., 2005, Caderno Ilustrada)

As travestis são utilizadas também como um simulacro representativo, sendo modelos de comparação de diversas ordens, normalmente, quando se pretende abordar bagunça e falsidade, como na coluna escrita pelo psicanalista Contardo Calligaris (“Acusação sem endereço”, 23 de janeiro de 2000) em que ele utiliza comenta

Mais especificamente, a vulgaridade acontece quando a ostentação -peça-chave da organização social moderna- é acatada sem seu corolário de mobilidade social. A ostentação perde assim sua função de alimentar a inveja generalizada como motor da competição e, portanto, do desenvolvimento. Ela se torna a caricatura ou o travesti de uma forma arcaica de opressão. Não é difícil entrever que essa conjuntura é tão banal quanto o fato de que as elites da periferia do neoliberalismo se globalizam facilmente sem renunciar às formas (eventualmente arcaicas) de domínio que garantem seus privilégios. (CALLIGARIS, C., 2000, Caderno Mais)

O jornal expõe, também, outras naturezas de violência pelas quais as travestis passam, além da violência física. Em 2007, o veículo publicou matérias que abordam a temática do sistema carcerário brasileiro, em que há a tentativa de prender travestis na mesma cela que homens cisgêneros, não sendo aceitos e ficando em cela com mulheres cisgênero. No caso destas matérias, as travestis são tratadas como homens, sendo notável que as travestis são vistas como homens, não considerando-se sua identidade de gênero, como na matéria “Presas são vítimas de abuso em 5 Estados, diz relatório”, publicada na dia 6 de novembro de 2007.

A violência sexual sofrida por uma jovem presa numa cela com 20 homens em Abaetetuba (137 km de Belém) não é um fato isolado e exclusivo do Pará. Um relatório produzido por entidades brasileiras de defesa das mulheres e entregue à OEA (Organização dos Estados Americanos) em março deste ano aponta situações de abuso e violência contra presas em pelo menos cinco Estados. O Pará não foi citado na época.

No Rio Grande do Norte e na Bahia, as mulheres têm de dividir a cela com travestis e adolescentes homens. O documento relata que, em Mato Grosso do Sul, onde há uma cadeia mista na cidade de Amambai (porém com celas separadas por sexo), um funcionário manteve relações sexuais com uma presa dentro da cela, na presença de dez mulheres.

Há ainda casos de cadeias femininas em que só há funcionários do sexo masculino. (...)

A divisão foi construída há seis meses. Antes, ficavam todos no mesmo pavilhão - mulheres e adolescentes no pátio; homens adultos, nas celas.

Na cadeia de Mossoró (RN), travestis são presos com mulheres pois não são

aceitos pelos presos. E em Mesquita (RJ) e Recife não há carcereiras. A Defensoria Pública de São Paulo diz que não é rara a necessidade de intervenção do órgão para remover detentas em unidades destinadas para homens. Para os defensores, uma das preocupações é ocorrer rebeliões, e, no tumulto, as mulheres serem violentadas. (TOMAZ, K.; PAGNAN, R.; 2007, Caderno Cotidiano)

O veículo dá espaço, no Caderno Opinião, para que o Secretário da Justiça e da Cidadania do Rio Grande do Norte fale sobre o assunto. No entanto, a visibilidade da Coluna do Leitor, lugar aonde consta a nota de esclarecimento, é menor do que a matéria, que foi publicada com espaço e riqueza de detalhes. Desta forma, a representação que é fixada é a da matéria que teve mais espaço e visibilidade do que a nota do secretário.

Prisões no RN

"Em relação à reportagem "Presas são vítimas de abuso em 5 Estados, diz relatório" (Cotidiano, 26/11), reafirmo que não é verdadeira a informação que consta em relatório da OEA de que no Rio Grande do Norte as mulheres têm que dividir a cela com travestis e adolescentes homens. Também não é verdade que na cadeia de Mossoró travestis não presos com mulheres. Surpreso com a notícia, mantive contatos com a Coordenadoria de Administração Penitenciária (Coape), que desmentiu o fato. Não tive acesso ao teor do citado relatório, daí não poder respondê-lo com mais precisão. Caso ele se refira ao preso provisório Eronildo Lima Ferreira, "Jessica", de orientação homossexual, no ano de 2006 ele esteve recolhido à cadeia de Mossoró (até 20/12/ 2006), ficando albergado no setor de celas especiais, separado das demais galerias, como forma de preservar sua integridade física. A cela não foi compartilhada com detentas."(CÂMARA, L. A.; 2007, Caderno Opinião)

O veículo aborda, também, a violência física que as travestis sofrem, podendo ser vítimas de tiros com armas de fogo, violência física e verbal, reiterando o já conhecido preconceito com o qual as travestis são penalizadas. As notícias sobre violência física sofrida pelas travestis, são publicadas constantemente, como na matéria "Travesti morre após ser arrastado por carro na zona sul", do dia 8 de outubro de 2012, em que uma travesti foi vítima de um "suposto" cliente, evidenciando que, além do estigma da prostituição, as travestis também lidam com a dúvida sobre sua integridade física ao trabalhar com esta atividade.

Um travesti de 24 anos morreu após ser arrastado por um carro em um percurso de duas quadras ontem, na zona sul de São Paulo. Segundo a polícia, o travesti entrou no carro de um suposto cliente por volta das 7h. Eles estavam em um hotel, na avenida dos Bandeirantes, quando houve uma discussão e o travesti, Wanderson da Silva, saiu do carro. Ainda de acordo com a polícia, assim que o travesti desceu do veículo, o motorista acelerou. Wanderson, então, se agarrou ao capô do carro e o motorista continuou dirigindo, arrastando o travesti até a alameda dos Piratinins. (CORREA, V., GAMA, M., 2012, Caderno Cotidiano)

Diferentemente da maioria das publicações que não costuma apresentar em seus discursos números sobre a violência contra travestis, nesta matéria, há a voz de um representante de um grupo

LGBT, falando, inclusive, sobre o que está ocorrendo ser um “travestício” e, também, dados sobre a violência, ressaltando inclusive, como o discurso conservador barra a aceitação dos indivíduos LGBTs.

"É um 'travestício' o que está acontecendo", diz o presidente da ALGBT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Toni Reis.

De acordo com levantamento feito pela associação, é o 86o travesti assassinado no Brasil apenas neste ano.

Segundo Reis, os crimes contra minorias sexuais resultam do preconceito social. Em alguns casos, até por parte dos próprios clientes dos travestis que, depois de manter relações sexuais com eles, acabam se arrependendo e cometendo agressões. Para Reis, há dificuldade de combater o preconceito porque ações educativas acabam sendo politicamente barradas por grupos conservadores. (CORREA, V., GAMA, M., 2012, Caderno Cotidiano)

O colunista se utiliza uma forma popular de pensamento de que travestis seriam indivíduos que se disfarçam, que fingem ser algo que não são. O psicanalista, até por sua profissão e como colunista de um jornal de ampla circulação, poderia ter utilizado outra forma de descrição ao invés da forma estigmatizada que se tem no corpo social de que travestis não seriam mulheres partindo apenas do princípio de elas não são biologicamente consideradas como sendo do gênero feminino.

Outro colunista, Luiz Felipe Ponde, em seu texto “Ontologia leviana dos seios” publicado no dia 14 de novembro de 2011, também compara travestis e mulheres, dando a entender que as travestis estão recebendo mais vantagens do governo do que as mulheres, disseminando um discurso que, presumidamente, objetifica mulheres e travestis, resumindo-nas a cirurgias estéticas e próteses de silicone.

O mundo não perdoa a (a falta de) beleza, seja ela visível ou invisível. Por um seio bonito, mata-se e morre-se. No mínimo paga-se caro.

Acho que o SUS deveria pagar cirurgias plásticas para mulheres pobres colocarem silicone nos seios. Por que não? Travestis gozam de cirurgias de mudança de sexo, por que nossas mulheres não deveriam ter o direito de ficarem mais belas? (PONDE, L. F., 2011, Caderno Ilustrada)

No entanto, no dia 21 de agosto de 2003, Contardo Calligaris faz um contraponto e aborda em sua coluna intitulada “Artigo: O casamento gay e a volta da intolerância” sobre travestis e transexuais, quando discute o tema do casamento homossexual, expondo que ser travesti não é algo que se escolhe pois é uma identidade de gênero

Mas não adianta objetar: há uma razão de fundo que alimenta a idealização coletiva do universo gay. Os homossexuais, reprimidos por causa de suas práticas sexuais, só puderam reivindicar respeito e liberdade constituindo-se como grupo definido por sua sexualidade sufocada. Consequência: eles são o único grupo social que

deve sua consistência a uma modalidade comum de desejo sexual. A coesão feminista das mulheres, por exemplo, é decidida pelo sexo biológico e pela discriminação comum no trabalho e na vida de família, não por uma preferência sexual. Travestis e transexuais se definem como grupos a partir da experiência comum de um desacordo entre seu sexo biológico e seu gênero, não por uma preferência sexual. (CALLIGARIS, C., 2003, Caderno Ilustrada)

Já no caderno Mundo, foi publicada em 8 de junho de 2005, a matéria “Elogio ao Egito gera críticas a Laura Bush”, uma tradução de matéria publicada no *The New York Times* citando que a, então primeira-dama, havia dito em visita ao Egito que “esse travesti de democracia merecia aplausos”, dando a entender que a democracia do país seria algo falso, conceito reproduzido não apenas pelo jornal brasileiro, como também, em jornais americanos e canais árabes, resultando em uma ampla divulgação do conceitos de que quando se compara algo com travesti, a ideia é de que não seria algo bem visto, seria algo negativo, não verdadeiro. Ao se reproduzi tal fala no jornal brasileiro, pode-se notar que as travestis são consideradas como pessoas falsas, podendo ser utilizadas como referência para comparações de natureza ofensiva, não só no Brasil como também em outros países.

Um dos estigmas pelos quais as travestis passam é o de que elas seriam “homens que modificam seus corpos para se tornarem mulheres” e, também, por muitas travestis não desejarem a cirurgia de redesignação genital, elas continuariam sendo “homens” por terem pênis. Por tal motivo, se popularizou a ideia de que as travestis poderiam ser tratadas no masculino, uma vez que a sociedade as trata como sendo um “homem no corpo de uma mulher”, os meios de comunicação também reproduzem tal conceito em suas matérias, utilizando o artigo “o” para se referir a elas e, em inúmeros casos, utilizando o nome que consta em seus registros antes de utilizarem o nome pelo qual elas se apresentam.

As travestis se reconhecem como sendo mulheres, elas constroem seus corpos a partir das referências no feminino que receberam da cultura e com as quais se identificam. No entanto, as matérias não as representam a partir da representação própria que as travestis transmitem, elas utilizam-se do artigo masculino “o” para fazer referência às travestis, mesmo que no texto o nome delas esteja no feminino ficando em desacordo com as formas políticas e sociais com as quais as travestis se apresentam. Os textos apresentam o uso dos termos “os travestis”, “um travesti” e o uso do artigo precedendo os nomes no feminino ficando, por exemplo, como “o travesti Juliana”.

O uso do artigo precedendo o nome feminino dado pela própria entrevistada pode mostrar certo descuido do jornalista que escreveu a matéria, uma vez que ela fornecendo seu nome, o artigo concorda com ele. Logo, pode ficar subentendido que o uso do masculino é forçado, como se fosse

escrito no masculino de propósito para reforçar que as travestis não nasceram sendo designadas como sendo mulheres, logo não se deve referir a elas como sendo de tal gênero, mesmo que sua identidade de gênero seja feminina.

Mesmo quando as travestis são entrevistadas e fazem referência a si próprias no feminino, o discurso jornalístico tende a citá-las no masculino, como, por exemplo, no texto “Polícia procura serial killer que usa disfarce de enfermeira no México”, publicada em 28 de outubro de 2005, uma travesti entrevistada se refere as demais como “garotas”, o jornal coloca uma observação de que estas são “os [sic] travestis” podendo transmitir a representação de que o uso do feminino para travestis não é usual.

Os travestis e transexuais --cuja maioria trabalha envolvida em prostituição no México-- ofereceram ajuda à polícia para capturar o assassino, conhecido no país como o "Mata velhas", mas disseram também que a ação da polícia realizada ontem violou seus direitos civis.

"Eles chutaram e bateram nas garotas [os travestis]", disse Alma Delia, 45, um travesti que passou pela revista policial ontem. "Jogaram gás lacrimogêneo e nos levaram para a delegacia", afirmou. (A polícia do México..., 2005, Caderno Mundo)

Há a ampla utilização no discurso jornalístico do termo “conhecido como” nas matérias que falam sobre travestis, passando a impressão de que há a obrigatoriedade de citar o nome de registro das travestis em discursos jornalísticos. Na matéria “Zona Sul: Travesti é morto na Av. Indianópolis”, publicada em 27 de junho de 2008 no caderno cotidiano, o nome de registro da travesti é citado primeiramente para depois utilizar-se do nome social da travesti, como mostra a passagem “Segundo a polícia, o assassino desceu de um carro e disparou contra a cabeça de José Rodeck, 20, conhecido como Soraia”, apesar do registro da travesti não ter sido modificado e constar ainda o nome que foi dado por seus pais, ela utiliza-se do nome Soraia, não sendo necessária sua reprodução pelo jornal, uma vez que ela não o utiliza.

O travesti Élcio Bento Barbosa, 30, conhecido como Kate, foi morto anteontem à noite, por volta das 20h30, com vários tiros na favela Santa Cruz, no centro de São José dos Campos. É o quarto homicídio de travesti do ano na cidade.

Segundo o diretor do Gapa (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids) de São José, Luciano Toledo, no ano passado nenhum travesti foi assassinado na cidade. Toledo disse que o Gapa deve encaminhar uma representação ao Ministério Público pedindo que a Justiça tome providências com relação ao aumento de crimes contra homossexuais. (O travesti Élcio Bento..., 2001)

O uso do masculino para tratar as travestis é popular e, para elas, pode soar ofensivo, uma vez que elas se utilizam do feminino e, muitas vezes, pedem para que não seja perguntado “seu

nome de verdade”, no entanto, nota-se que, por mais que elas desejem e peçam, os discursos reproduzidos continuam utilizando-se do masculino e do nome de registro.

Outra forma representativa constantemente presente nos textos publicados no jornal e que transmitem uma identidade que estigmatiza as travestis, é a tentativa de utilizá-las como forma de produzir humor e piadas, seja ridicularizando ou utilizando-as como comparação em piadas. O colunista José Simão, muito conhecido e com ampla influência e público, é o principal colunista que usa das travestis em suas colunas, inclusive utilizando-se de termos como “traveca” e mencionando que elas tem “voz de pato Donald”, disseminando uma forma de ridicularização e humilhação das travestis.

O colunista utiliza-se dos fatos cotidianos para escrever suas colunas de humor, no entanto, ele faz piada de tais fatos por meio de trocadilhos e comparações, baseando-se em formas culturais disseminadas que são, muitas vezes, preconceituosas. Imagina-se, que um representante do grupo LGBT, não aplicaria representações que incitem o preconceito e a ironia dos demais grupos considerados minoritários ou de indivíduos que sofrem com estigmas. No entanto, casos que repercutem são repetidamente presentes em sua coluna. Como, por exemplo, o caso envolvendo o jogador Ronaldo e as travestis, o colunista usou um termo popularmente disseminado, mas que soa ofensivo, para produzir um jogo de palavras entre a profissão de Ronaldo e a situação em que se encontrava. Na coluna do dia 7 de maio de 2008, intitulada “Nike lança chuteira com três travas!”, o uso da palavra travas, os pinos que ficam no solado das chuteiras, remetem também a uma maneira popularizada de chamar as travestis.

A gente quer mudar de assunto, mas o povo não quer! Diz que a Nike lançou a chuteira Ronaldo: com três travas na sola! Rarará!

E eu resumo o escândalo Ronalveca em futebolês: ele achou que ia enfrentar a República Tcheca, mas, quando entrou em campo, deu de cara com a seleção do Peru!

E mais uma piada pronta: sabe como se chama o diretor do presídio de Campo Grande acusado de facilitar saída dos presos? LIVRADO! Livrado Braga! Rarará!

Outra piada pronta: o Lula diz que o Brasil é um país sério.

Sério como na charge do Simon Taylor: "Sério que a gasolina subiu?". SÉRIO! "Sério que o feijão e arroz subiram?". SÉRIO!

E adorei a Patrícia Poeta entrevistando o Ronalducho no "Cansástico". Uma lady, finérrima. E as perguntas, bem cabeludas: "Ronaldo, você manteve relações com os travestis?".

Com um tom de voz que parecia que tava perguntando: "Ronaldo, você aceita um dry martini?".

E as travecas estão reclamando do escândalo porque não podem mais trabalhar. Então, o Lula devia aproveitar e lançar mais um programa social: o Bolsa Travesti! Bolsa Traveca! Bolsa com trava!

E o Ronalveca diz que foi um ato isolado. Primeiro que não foi um ato, foram três. E ainda bem que foi isolado, e não no meio da rua. E a última piada pronta: sabe o nome da praça em que o Ronaldo contratou as travecas? Praça do Ó! Rarará!

E sabe por que travesti vota no Maluf? Porque ele só abre avenida e amplia o

mercado de trabalho. Rará! É mole? É mole, mas sobe. Ou, como diz aquele outro: é mole, mas trisca pra ver o que acontece! Antitucanês Reloaded, a Missão. (SIMÃO, J., 2008, Caderno Ilustrada)

O colunista faz menção a travestis nas mais diversas ocasiões, ao falar de carnaval, de política, silicone, e outras temáticas, parecendo haver um padrão na utilização de figuras estigmatizadas por ele. Por mais que ele também se utilize dos acontecimentos da atualidade para escrever suas colunas, os grupos já estigmatizados são sempre lembrados por ele e sempre citados com o humor que beira o ofensivo. Tal reprodução constante em suas colunas publicadas semanalmente são lidas por diversas pessoas, contribuindo para que a reprodução de tais identidades preconceituosas continuem sendo disseminadas.

O jornal mostra também que a criminalidade reflete o preconceito da sociedade contra as travestis e demais participantes do grupo LGBT, como na matéria “Crimes refletem preconceito de boa parte da população”, publicada em 6 de julho de 2010, no caderno Cotidiano. A matéria possibilita que os leitores percebam como a violência circunda a vida das travestis e como os índices são altos.

Devemos pensar em como enfrentar a homofobia e os crimes de ódio que ela motiva. Um esforço importante foi feito pela Fundação Perseu Abramo, ao conduzir em 2009 uma pesquisa nacional.

Disseram sentir "antipatia", "repulsa" e até "ódio" por lésbicas, gays, travestis e transexuais 20% dos entrevistados; cerca de 40% ainda consideram a homossexualidade "safadeza", "falta de caráter" ou "doença".

Homens tendem a ser mais homofóbicos que mulheres, e a homofobia cresce conforme caem os anos de estudo. O que surpreende é que homens jovens, de 16 a 24 anos, são mais homofóbicos que seus pais e quase tanto quanto seus avôs. Entre as mulheres, a homofobia cresce conforme a idade. Assim, se só 1% das mais jovens disseram que expulsariam filho gay ou filha lésbica de casa, 14% dos homens nessa faixa etária disseram o mesmo.

Os poderes públicos devem dar sinais claros de que gays, lésbicas, travestis e transexuais merecem o mesmo respeito e amparo legal. Justiça e Executivo vêm tomando medidas importantes, mas o Congresso parece hesitar em aprovar projetos como o que abre o casamento independentemente da orientação sexual ou o que criminaliza a homofobia. (CARRARA, S., 2010, Caderno Cotidiano)

3.2.3. Destaque na Mídia

Foram classificadas 512 matérias como tendo discursos que unem a representação das travestis envolvidas nas temáticas de personalidades da mídia e televisão, principalmente.

O caso que mostrou-se mais relevante abordando um indivíduo famoso com travestis é o caso do jogador Ronaldo Nazário que, em 2008, se envolveu em uma “confusão” com travestis e o fato teve uma repercussão que transmitiu identidades diversas. No dia 28 de abril de 2008, o diário *Folha de S. Paulo* publicou a primeira matéria que abordava o caso, com o título “Após bate-boca

com travestis, Ronaldo vai para delegacia no Rio”. No texto, a jornalista descreve o fato desde o início, a versão utilizada, inicialmente, foi a dada pelo jogador e pela travesti ao delegado, no entanto, apenas uma parte das versões de ambos é a mesma, a partir de então, são descritas as explicações tanto de Ronaldo quanto da travesti. Nota-se, que a versão dada pelo jogador é mais detalhada, tendo inclusive o comunicado de sua assessoria de imprensa.

Ao longo das matérias publicadas, é possível notar a crítica ao jogador por seu ato, como se ter um relacionamento com uma travesti, seja ele de qual natureza for, sentimental, sexual, amigável, seja algo inadequado perante a sociedade e a representação que é feita do jogador, como um representante do Brasil, uma pessoa de destaque. Mas, concomitantemente, tenta-se liberá-lo das críticas, mostrando que ele é uma pessoa como todas as demais, que erram e acertam, que tem suas fragilidades.

Nos textos, tenta-se colocar seus feitos como jogador ao representá-lo, citando o número de vezes em que foi escolhido como melhor jogador e seus gols durante as copas do mundo. Usa-se a fala do delegado de que ele “disse que respeitava” quando soube que as prostitutas eram travestis e não “mulheres como ele acreditava”, buscando sinalizar que ele respeita as travestis mesmo que prefira não fazer programa com elas. O jornal buscou depoimentos e comentários de pessoas e instituições ligadas ao jogador, como o time Milan, jogadores como Alexandre Pato, Kaká e Maradona, abordando, também, sua participação em programas de televisão, citando a frase em que ele afirma ser “completamente heterossexual”.

Em recuperação no Rio de Janeiro, após delicada cirurgia no joelho esquerdo, o atacante Ronaldo, 31, do Milan, foi parar na madrugada de ontem numa delegacia, após se envolver em confusão com três travestis.(...)

Segundo o delegado, Ronaldo saiu de uma boate na Barra, onde fora festejar a vitória do Flamengo. Ele teria pego uma prostituta entre 4h e 5h, que teria chamado mais duas amigas para irem ao motel Papillon, no mesmo bairro. Quando o atleta descobriu que todos eram travestis, desistiu do programa. Eles ainda teriam oferecido drogas ao atleta, que não aceitou, segundo a versão para o delegado. Albertino teria tentado chantagear Ronaldo, pedindo R\$ 50 mil para não divulgar à imprensa que ele havia saído com três travestis. Escolhido melhor jogador do mundo pela Fifa em 1996, 1997 e 2002 e recordista de gols em Copas (15 tentos em três edições), teria pago R\$ 1.000 aos outros dois, mas Albertino não teria aceitado a quantia.

"Quando soube que eram travestis, Ronaldo disse que respeitava, mas que não queria. Falaram para usar um pouco de cocaína que ele não iria nem perceber. Mas ele não quis", afirmou o delegado. (TOLEDO, M. 2008, Caderno Esporte)

Além de falar sobre o ocorrido, descrevendo incessantemente como foi que o caso aconteceu, repercutindo durante diversos dias o discurso do delegado sobre o assunto, o jornal

descreveu os problemas que o jogador poderia ter com patrocinadores e com seu time (“Milan prefere não comentar polêmica envolvendo Ronaldo e travestis” 29/04/2008) :

Informado da polêmica envolvendo o atacante Ronaldo, que foi parar numa delegacia no Rio de Janeiro na madrugada de segunda-feira após se envolver em confusão com três travestis, o Milan declarou hoje que não comentará o caso. Um porta-voz da equipe italiana, que tem contrato com o jogador brasileiro, disse que o clube preferia não comentar sobre questões pessoais do atleta. (ANSA, 2008, Caderno Esporte)

Foi abordado também o “abandono” da namorada de Ronaldo quando soube de sua confusão com as travestis, acompanhando todo o percurso do abandono às tentativas de reconciliação, a não participação da namorada em programa de televisão e a notícia da gravidez (“Namorada abandona Ronaldo, após escândalo” 30/04/2008).

O escândalo em que Ronaldo se envolveu, com travestis, no Rio, resultou em separação. A namorada do jogador, Bia Antony, com quem ele morava, deixou, ontem, o luxuoso condomínio de Ronaldo, na Barra da Tijuca, no Rio. (PEREIRA JUNIOR, A., 2008, Caderno Folha Online)

Houve a publicação de críticas ao jogador feitas pelos leitores e publicadas no caderno “Opinião”, ironias feitas por um dos colunistas da publicação, opiniões de leitores e colunistas que o criticavam e o elogiavam.

"Esse episódio envolvendo o Ronaldo é igual a uma mancha de batom na cueca. Não dá para explicar. Dinheiro, fama e amigos influentes vão conseguir livrá-lo de muitas desagradáveis conseqüências que essa sua farra com os travestis poderia lhe trazer. Para nós, porém, ficou a certeza do início de um fim melancólico daquele que já foi um maravilhoso jogador de futebol, encheu o Brasil de alegria e não soube administrar a sua vida pessoal." (FERRAZ, R.G., 2008, Caderno Opinião.)

Já ao abordar as travestis, sua representação foi feita como sendo pessoas que tentaram extorquir o jogador pedindo “uma quantia absurda” de dinheiro para “não contarem o que tinha acontecido”, e que elas confessaram que mentiram sobre uso de drogas e sexo com o jogador para “subirem na vida”, diversas matérias frisaram a questão das travestis terem “confessado a mentira” para a polícia e sobre os “15 minutos de fama”, sendo sempre utilizadas expressões deste mesmo tipo para se referirem às travestis. A culpabilização pela situação recai sobre as travestis, tais expressões e formas de construí-las sempre as descrevem como “aproveitadoras”. Há também uma tendência do jornal a citar que o jogador se disse vítima de extorsão e que se necessário tomaria as medidas legais, sendo “a única vítima” do caso.

Os travestis André Luiz Albertini, a Andréia Albertini, e Júnior Ribeiro da Silva, a Carla, que se envolveram em confusão com o jogador Ronaldo, do Milan,

inventaram ter tido relações sexuais com o jogador para "ganhar seus 15 minutos de fama", disse nesta quarta-feira o advogado Eduardo Swiech, que representa os travestis.

Em depoimento prestado voluntariamente na 16ª Delegacia de Polícia (Barra) na terça-feira (6), Andréia e Carla disseram que, ao contrário do que vinham afirmando, não houve nenhum tipo de relação sexual ou uso de drogas durante as três horas em que ficaram com o jogador Ronaldo em um quarto do motel Papillon, na Barra da Tijuca (zona oeste), na madrugada do dia 28 de abril.

Swiech negou que houve coação ou acordo para que os travestis mudassem a versão sobre o caso e afirmou que os dois decidiram confessar que tinham mentido para "atenuar as acusações". Na terça-feira, o delegado Carlos Augusto Nogueira Pinto, que investiga o caso, disse que é provável que Andréia Albertini seja indiciada por extorsão. Segundo o delegado, Ronaldo disse que Andréia exigiu R\$ 50 mil para não levar o caso à imprensa. (BELCHIOR, L., 2008, Caderno Cotidiano)

Outro fato que merece ser destacado é a coluna do ombudsman do veículo publicada no dia quatro de maio, que discute como a vida dos famosos atrai atenção dos demais e que mesmo que se reclame e critique a falta de privacidade, muitos famosos lucram com a exposição, não apenas das atividades pelas quais são conhecidos e que o veículo agiu dentro dos limites éticos e de bom gosto ao lidar com esse caso pois há a curiosidade do público.

Outros colunistas opinaram, ou fizeram piadas, sobre o caso. Barbara Gancia (“Em Defesa do Fenômeno, 02 de maio de 2008) disse que “as pessoas fazem besteiras” e que “nos dias que correm, é legítimo confundir alhos com bugalhos”, o título de sua coluna é “em defesa do fenômeno”, mais do que tentar defender o jogador, a colunista busca no fato dele ser do gênero masculino a justificativa para a situação em que se envolveu:

E tem mais: chiem os puristas o quanto quiserem, mas, para esta humilde datilógrafa que vos fala, homens são reféns de seus pingolins. Dou um exemplo básico: o sujeito está na praia tomando sol e sente aquela vontade de chupar um picolé de limão. Na hora em que começa a se deslocar na direção do carrinho de sorvete a procura de seu refresco, o pobrezinho avista uma bonitona saindo da água em trajes sumários, com reluzentes gotas de água escorrendo pelo corpo banhado de sol.

Será que nosso herói irá virar a cara e continuar indo a passos determinados em direção ao picolé ou ele acabará sucumbindo aos desejos de seu mestre e mandando a Kibon e a Yopa às favas junto com mulher, filhos, sogra e cachorro a fim de continuar admirando a paisagem? (GANCIA, B., 2008, Caderno Cotidiano)

O colunista José Simão (“Ueba! Ronaldo bate bola na traveca!, 30 de abril de 2008) fez piada com a situação em seus textos utilizando, inclusive, termos depreceativos sobre as travestis e mostrando-se preconceituoso pelo jogador ter se envolvido com travestis, fazendo jogo de palavras com sua condição como jogador:

Chuva de pintos! Ronalducho se envolve em sururu com três travecas e vai parar na delegacia. E como é o nome do delegado? Carlos Augusto PINTO! Então, ele

enfrentou quatro pintos: três dos travestis e um do delegado! E logo três travecas?! Ele não consegue dominar uma bola, vai querer dominar seis bolas? E não é mais bola na trave, agora é bola na traveca. Ronaldo acerta bola na traveca! Rarárá! (SIMÃO, J., 2008, Caderno Ilustrada)

José Geraldo Couto em sua coluna intitulada “Os Bezerrões”, publicada em 3 de maio de 2008, mencionou que a situação não o incomodava, mas sim, a tentativa de Ronaldo de “conciliar tudo isso, de agradar a todos, de não assumir nenhuma de suas facetas até o fim” como se fugisse de suas responsabilidades e quisesse mostrar uma representação de perfeição.

No episódio dos travestis, em vez de dizer "A vida é minha e ninguém tem nada a ver com isso", tentou alegar que foi enganado (levou só três horas para descobrir que não eram mulheres) e depois foi se refugiar na casa da mãe. Uma figura de fato trágica e dionisiaca, como George Best, Paul Gascoigne ou Maradona, ou mesmo um personagem macunaímico como Romário ou Paulo César Caju, certamente teria outra reação. (COUTO, J. G., 2008, Caderno Ilustrada)

Outros jogadores e personalidades do esporte foram procuradas para falarem sobre o caso e darem opiniões, notando-se que as falas sempre tentavam “redimir” o jogador de uma possível culpa sobre o caso. O jogador Pato (“Alexandre Pato defende Ronaldo e diz que jogador é seu ídolo”, 30/04/2008) foi entrevistado e reproduziu a ideia de que, mesmo cometendo o que, popularmente, é considerado um “erro”, Ronaldo continua sendo seu ídolo

"O meu ídolo será sempre o Ronaldo", afirmou Pato ao canal de televisão Sky. "Ele é tranquilo, é um grande amigo", comentou o atacante. Para o ex-jogador do Internacional, Ronaldo, que é seu companheiro de clube na Itália, deve se concentrar em sua recuperação. "Agora ele precisa apenas pensar em cuidar do joelho, deve melhorar e voltar a jogar bola", disse. (ANSA, 2008, Caderno Ilustrada)

Ao analisar o elevado número de citações feita durante o ano de 2008 sobre o caso, mesmo que as matérias estejam abordando outros temas, como novos rumos da carreira do jogador e sua recuperação, nota-se que a memória jornalística não se desvincula do discurso e das representações transmitidas. O caso foi lembrado em diversas ocasiões, mostrando que mesmo que, aparentemente, o veículo tente transmitir a imagem do jogador como uma vítima, o caso continuará repercutindo. Além desse contínuo uso da situação nas matérias posteriores, sendo utilizada anos depois, inclusive, os textos continuam construindo a identidade das travestis da mesma maneira, como a pessoa que enganou e seduziu e depois se aproveitou da situação. Pode-se notar que a identidade tanto do jogador quanto das travestis é construída a partir de ideias socialmente disseminadas. Ele é visto como vítima das travestis ou julgado como alguém que não poderia se envolver com travestis pois seria algo “errado”, e elas como aproveitadoras e oportunistas.

Outro famoso, desta vez o ator Rômulo Arantes Neto, se envolveu em uma situação com uma garota de programa e travestis. Neste caso, a travesti acusou o ator e seus amigos de roubo e agressão, mas o caso foi arquivado, tendo pouca repercussão. Em 10 de maio de 2008, durante a entrevista “Ronaldo caiu na mesma cilada que eu” no entanto, o ator deu uma entrevista em que declarou que:

Os travestis estão muito evoluídos. Eles têm milhões de recursos pra se igualar à mulher. Então, querendo ou não, se você bebeu um pouco, se não está no seu estado sóbrio, isso acaba alterando um pouco a sua... a sua... visão, os sentidos, né? Você acaba se confundindo e só conseguindo enxergar no momento mais nítido, com mais proximidade, menos distância. (BERGAMO, M., 2008, Caderno Ilustrada)

Ele complementa comentando seu pensamento sobre as travestis: “É complicado. É um povo insatisfeito, muito infeliz, então eles vêem isso como uma oportunidade. Às vezes, não é nem por maldade, mas como uma salvação própria.” tal fala reproduz um pensamento reducionista de que travestis querem “ser” mulheres, neste caso, dando a entender que elas desejariam ter nascido biologicamente mulheres, como se ser mulher fosse apenas uma questão biológica. Ao falar que elas são infelizes o ator reproduz outra ideia culturalmente disseminada de que as travestis não seriam felizes por sua identidade de gênero não corresponder com as normatizações da sociedade e, por tal motivo, quisessem chamar a atenção. Mesmo que as travestis que se envolveram em seu caso tenham retirado a queixa contra ele e que uma garota de programa também o tenha acusado, ele apenas foi perguntado pela jornalista e falou sobre as travestis.

O discurso reproduzido nos textos jornalísticos que envolvem alguma situação polêmica com pessoas que por algum motivo são conhecidas de um grande público e geram curiosidade não só sobre seus trabalhos, como também, sobre suas vidas pessoais, tendem a tirar o foco do famoso e colocá-lo sobre outros aspectos, buscando utilizar falas e descrições que destaquem uma forma de culpabilização dos demais envolvidos, principalmente, quando são com questões que exponham detalhes sobre a sexualidade destes, tema que já é controverso, mesmo quando não envolve pessoas famosas. Desta forma, a identidade das travestis em tais matérias as torna culpadas pelas situações que aconteceram, argumentando sobre “desejarem 15 minutos de fama”, destacando que o jogador disse em entrevista que é heterossexual e que o ator acha possível confundir “travestis com mulheres”.

A presença de travestis na televisão, seja em programas ou em novelas é muito disseminada nos veículos de comunicação. Alguns podendo fazer quadros polêmicos e apelativos com a figura de travestis. O colunista Daniel Castro, ao descrever os episódios da série sobre o Carandiru a

matéria “Sobrevivendo no inferno” publicada em 29 de maio de 2005, cita que dois episódios são sobre o amor entre “homens ‘normais’ e travestis, mas não há beijo na boca”, utilizando-se de conceitos popularmente disseminados sobre a normalidade de pessoas que se envolvem com travestis e, também, sobre a polêmica que gira em torno de beijo que não seja de um casal heterossexual na televisão, parecendo que o colunista está se justificando sobre o conteúdo do seriado, mesmo que ele não seja de sua autoria. Ao utilizar tal frase, tem-se a impressão de que homens cisgênero e travestis não poderiam ter relacionamentos e que um beijo entre eles seria algo que teria más consequências para ser exibido na televisão.

Em "O Julgamento" não há sangue, violência, palavrões e gente usando drogas, embora retrate tudo isso. Feito para a TV, mas com linguagem cinematográfica, o seriado é mais light do que o filme. Os dois episódios que encerram a série, os únicos dirigidos por Babenco, tratam do amor entre homens "normais" e travestis, mas não há beijo na boca. (CASTRO, D., 2005, Caderno Ilustrada)

Um caso que teve repercussão e a publicação de sete matérias, entre os dias 24 de outubro e 15 de novembro de 2005, sobre a suspensão do canal “RedeTv!” por descumprir liminar que tirava do ar programa que continha quadros que ia contra a dignidade humana e que expunha e discriminava travestis, homossexuais, bissexuais a ofensas e “pegadinhas”. Ao reproduzir tais matérias, o jornal mostra que o preconceito e a estigmatização podem ter consequências, no entanto, as matérias não buscam dar voz a organizações LGBT, mas apenas fontes oficiais como o Ministério Público e ao canal, não dando visibilidade para que as pessoas que foram envolvidas falem sobre essa visibilidade negativa que tais quadros dos programas têm e como podem afetar suas vidas.

O procurador Sérgio Suiama, do Ministério Público Federal e procurador Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo, protocolou nesta segunda-feira (24), na Justiça Federal, uma ação civil pública em que pede a cassação da concessão da TV Omega Ltda, a Rede TV!.

A ação é baseada, segundo o Ministério Público, em uma série de violações de direitos humanos cometidas pelo programa "Tarde Quente", do apresentador João Kleber, veiculado de segunda a sábado.

O Ministério Público entende que a atração é uma ofensa a dois princípios constitucionais: o direito à dignidade humana e o direito à não discriminação -- nesse caso em relação aos gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e transgêneros, constantemente ofendido nas "pegadinhas" do programa.

Assinada em conjunto pelo MPF e por entidades de defesa dos direitos humanos, entre elas o Intervenientes e o CDH (Centro de Direitos Humanos), a ação pede ainda uma indenização à emissora no valor de R\$ 20 milhões e direito de resposta das entidades ligadas à defesa dos direitos humanos durante a programação da Rede TV!. (MARQUES, C., 2005, Caderno Ilustrada)

Há, ainda, matérias que falam sobre personagens de novelas e seriados que são travestis, mas sem especificações, ou ainda o resumo de capítulos de novelas em que personagens travestis aparecem. Ou também, de situações como a do apresentador Sílvio Santos que confundiu atriz com uma travesti, como contado na matéria “Sílvio Santos constrange Bárbara Paz no ‘Qual É a Música?’”, publicada em 10 de fevereiro de 2002, no caderno Ilustrada, sendo a situação descrita como “saia justa”, disseminando um estereótipo de que ser confundida com uma travesti é uma situação constrangedora e problemática, ou ainda, uma ofensa.

Sílvio Santos pode ser o rei Midas da TV, mas no quesito cavalheirismo ainda deixa muito a desejar.

No "Qual É a Música?" com os participantes da "Casa dos Artistas", exibido no último domingo, depois de encher a bola de Patrícia Coelho e Mari Alexandre, o dono do SBT disse ter pensado que Bárbara Paz fosse um travesti quando a viu pela primeira vez.

Bárbara ficou visivelmente constrangida, mas o cantor Supla, que viu a saia justa, saiu em socorro da moça. (Sílvio Santos constrange Bárbara Paz...; 2002, Caderno Ilustrada)

Apesar da visibilidade que estar na mídia possa oferecer, determinados discursos podem parecer que transformam as travestis em personagens, objetificando-as como “matéria-prima” para quadros, sem que se considere sua humanidade, confundindo-as, inclusive, como “transformistas”, como a nota “Bianca”, publicada em 03 de setembro de 2004, no caderno Ilustrada:

A mando de Sílvio Santos, o SBT abriu em seu site um concurso de transformistas. Pensa em fazer um programa só com travestis _que já são "matéria-prima" do "Gente que Brilha", que ele vem gravando. E, para evitar concorrência interna, Sílvio Santos proibiu o "Programa do Ratinho" de explorar travestis. (CASTRO, D., 2004, Caderno Ilustrada)

Outra identidade reproduzida é a de vítimas de pegadinhas que por serem indivíduos estigmatizados já estariam acostumadas com tal tipo de piadas. Mas, ao mesmo tempo, ao serem identificados preconceitos e violações aos direitos do cidadão, o Ministério Público buscou preservar tais direitos. Neste caso, as travestis, por mais que as matérias falem sobre a tentativa do Ministério Público de preservar a dignidade de travestis, homossexuais, lésbicas, etc, a identidade deles acaba sendo transmitida como de vítimas, enquanto a identidade principal transmitida é a de que o canal e um de seus apresentadores violam os direitos e promovem “baixarias”, tratando as travestis como personagens pormenorizados, muitas vezes, não possuindo nem nome nas novelas e programas que participam, estando ali por uma questão de tentativa de diversidade.

No entanto, duas matérias publicadas em 26 de setembro de 2004 apresentam a possibilidade das travestis terem suas identidades reproduzidas de maneira diferente da costumaz. As matérias “Travesti vira celebridade na TV argentina” e “Globalização leva à aceitação de

travestis, afirma Florencia de la V” mostram a repercussão da atriz mais famosa da televisão argentina ser uma travesti, principalmente pelo histórico de preconceito contra travestis e demais participantes do grupo LGBT

O sucesso de um travesti na televisão argentina é um fato curioso, principalmente para uma sociedade homofóbica que, até 1998, prendia travestis pelo simples fato de estarem vestidos de mulher. Em 1998, porém, o Legislativo de Buenos Aires aprovou o "Código de Convivência", que acaba de ser reformado e que permitiu a circulação de prostitutas e travestis. (DIANNI, C., 2004)

Por mais que sejam textos que abordam uma atriz travesti que não é brasileira, apresenta-se uma identidade diversa das que os veículos costumam reproduzir, incluindo, uma entrevista feita pela *Folha de S. Paulo* com a atriz. O veículo se utiliza de termos que, atualmente, não são aceitos pelas travestis para referir-se a elas, como o masculino e o uso do nome de registro, porém, nota-se que há uma tentativa de dar visibilidade para a travesti e para expor uma outra identidade que não as estereotipadas.

3.2.4. Visibilidade

Foram encontradas 800 matérias que abordam temáticas a visibilidade e a diversidade, como a inclusão no grupo LGBT, direitos humanos e travestis como personagens em produtos artísticos, tais como filmes, documentários e mostras fotográficas. Neste caso, a visibilidade não é necessariamente algo positivo, mas sim, uma forma de abordar as travestis a partir de temáticas “gerais”.

Diversas matérias unem as travestis ao grupo LGBT - sigla para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros em sua maioria, elas mencionam a parada da diversidade, conhecida popularmente como “Parada Gay”. Os textos tendem a abordar sobre o evento de maneira descritiva, seu público, o número de participantes esperados, o trajeto. As matérias, em sua maioria, contém falas dos organizadores dos eventos sobre os objetivos das paradas, algo positivo nas publicações pois tais falas contém informações que podem contribuir para uma mudança na visão sobre o que são tais eventos, quais são os motivos de sua realização e como todos os cidadãos são bem-vindos, não importando sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Os indivíduos travestis aparecem nas matérias de maneira não específica, como participantes do grupo representado pela sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), GLBT, ou GLTTB (Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais). Apesar das paradas serem

dos grupos como um todo e da informação constar no corpo dos textos, chamando as paradas por seu nome correto, os títulos as chamam apenas de “Parada Gay”. Tal forma de referência se popularizou e continua sendo utilizada por muitas pessoas, mas pode transmitir a ideia de que todos os participantes dos grupos da diversidade são homossexuais, ou seja, que eles sentem atração sexual por pessoas do mesmo 'sexo', seguindo suas vontades e desejos e não o que foi normatizado e, ainda é, por alguns grupos da sociedade, que contemplariam que pessoas de gêneros considerados opostos deveriam se relacionar e que aqueles que se sentem atraídos pelo mesmo gênero estariam em desconformidade pois, supostamente, o ato sexual seria para fins reprodutivos. Ao falarem dos grupos LGBT, as matérias se referem também a um evento dirigido para aqueles indivíduos que tem sua identidade de gênero diferente da que lhes foi biologicamente designada quando nasceram de acordo com seus genitais.

A Parada Gay teve início às 14h, com a concentração do público na praça da prefeitura, a poucos metros da Catedral de Maringá. Curiosos acompanharam a movimentação das janelas de prédios vizinhos e de padarias e cafés da vizinhança. Alguns empunhando bandeiras com as cores do arco-íris (símbolo do movimento gay), outros fantasiados, os participantes seguiram um trio elétrico pelas ruas da cidade até o Estádio Regional Willie Davids. Na passeata, de cerca de 1,5 km, encontravam-se alguns poucos evangélicos que, na manhã anterior, haviam participado da Marcha para Jesus. (CARDOSO, L. F., 2012, Caderno Cotidiano)

Na matéria “Homossexuais querem reunir 100 mil hoje na parada gay”, publicada em 25 de junho de 2000, os indivíduos travestis, drag queens e transexuais são considerados como participantes do grupo denominado pela letra T na sigla GLBT, os transgêneros, mas sem ocorrer uma diferenciação entre tais grupos havendo apenas uma breve explicação de que transexuais é o “nome dado àqueles que fizeram cirurgia para trocar de sexo”, o termo “troca de sexo” apesar de popularmente utilizado é equivocado pois os indivíduos não “trocam” de sexo, eles adequam seus genitais por meio de cirurgia de transgenitalização. A não diferenciação entre identidade de gênero e orientação sexual era e ainda é um dos motivos pelos quais diversas pessoas acreditam que travestis, transexuais e transgêneros são homossexuais. As matérias parecem buscar abordar a temática sobre o preconceito, a diversidade sexual e identidade de gênero, no entanto, elas frisam mais as questões referentes aos homossexuais do que as dos demais indivíduos participantes das siglas utilizadas, falando mais acerca das questões sobre a homossexualidade. A abordagem de tais tópicos é importante, no entanto, todos os participantes dos grupos inseridos na sigla LGBT tem questões que unem seus indivíduos e que nem sempre são as mesmas dos demais grupos.

O discurso jornalístico que engloba travestis na sigla LGBT pode suscitar em duas maneiras de transmitir sua identidade: primeiramente, pode fazer com que os indivíduos que não tem um

conhecimento muito aprofundado sobre as diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero as confundam e achem que todos os participantes da sigla são “os mesmos” podendo haver confusões entre suas lutas, suas identidades e a separação que há entre cada letra da sigla. No entanto, mostrar um discurso que as insere na sigla pode transmitir para o leitor a importância sobre dar visibilidade para o grupo LGBT como um todo, sobre o grupo e como eles merecem seu espaço na sociedade como todos os demais indivíduos.

Outra forma notada que permite a visibilidade das travestis nos discursos jornalísticos são os textos sobre as variadas formas de arte que permitem a exposição da identidade travesti. Na matéria intitulada “Exibição de fita nazista polemiza festival”, publicada no dia 11 de novembro de 2000, travestis também são personagens incluídas na sigla da “Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis”, em uma matéria que aborda uma mostra sobre a cultura gay em que foram projetados filmes sobre a maneira como homossexuais eram tratados na época do nazismo. Na matéria, dois entrevistados citam o “culto ao corpo”, “teatralização do corpo” e a “busca pela perfeição física” por parte de homossexuais, apesar da matéria estar falando especificamente sobre a cultura homossexual, podemos fazer uma aproximação com a situação vivida por travestis, que também são, inúmeras vezes, considerados como indivíduos que “teatralizam” seus corpos na busca por uma aproximação com o gênero com o qual se identificam.

No entanto, diversos textos também abordam sobre travestis que foram registradas em filmes e fotos e que tais obras estiveram presentes em festivais e exposições, podendo haver, também, uma ligação entre a visão de que travestis ao não agirem da maneira com a qual foi normatizada para seu gênero biológico pela sociedade, seriam indivíduos “contraditórios” e que geram curiosidade da sociedade fazendo com que se tornem personagens de filmes e fotografias que buscam retratar sua maneira de viver, fato que pode ser considerado positivo, pois é uma forma de travestis exporem sua forma de ser e viver para os demais sem uma visão preconceituosa. No entanto, as matérias não aprofundam a maneira com a qual as imagens foram trabalhadas e os mostra apenas como personagens de tais exposições. É interessante notar na matéria intitulada “‘Parágrafo 175’ ganha prêmio no Festival de Cinema Mix Brasil 2000”, o fato do curta metragem “Engenharia Erótica”, que aborda travestis cariocas, ter ganhado o prêmio por votação do público, algo que demonstra que, apesar de não se noticiar como tal documentário trata o assunto, os espectadores do filme não tiveram preconceito com sua temática e consideraram sua história boa, votando nele.

O jornal tem inúmeras publicações que contam sobre filmes, documentários, séries, personagens, peças de teatro e exposições fotográficas que abordam a temática das travestis e da

travestilidade. A reprodução de matérias que citam tal envolvimento entre travestis e arte mostra-se importante para transmitir ao público leitor a importância de se trabalhar com a temática da identidade de travestis, indivíduos que até pouco tempo eram extremamente excluídos e passaram a ser retratados das mais diversas formas por artistas. No entanto, ao publicar matérias sobre a temática, pode-se também passar a ideia de que as travestis seriam tão diferentes dos demais indivíduos que precisam ser representados artisticamente. Em muitas matérias, como a citada anteriormente, o foco das matérias não é o de transmitir uma forma identitária, mas sim uma propaganda de que as travestis são retratadas em mostras, filmes e documentários por sua forma “diferente” de ser.

Uma das imagens mais perturbadoras de "Julliu's Bar", que passa hoje no Itaú Cultural, está logo no começo: um homem de meia-idade, com traços indígenas acentuados e cabelos grisalhos, fala sobre sua trajetória profissional enquanto conserta em sua oficina um aparelho de som.

Com voz máscula e mãos rudes, ele diz: "Na época em que trabalhava na Telerj, eu ainda me vestia como homem". É como se só então percebêssemos que ele está de vestido de alcinhas e tem seios. É "Janaína, a Índia do Brasil".

Consuelo Lins, a diretora de "Julliu's Bar", tomou conhecimento da existência de Janaína (chamada de Índia pelos amigos) por meio de uma reportagem da **Folha** e resolveu fazer um documentário sobre ela.

Ao procurar a Índia no bairro de Guadalupe (zona norte do Rio), entretanto, Consuelo resolveu ampliar seu projeto e abordar o cotidiano de diversos personagens (em sua maioria travestis) que orbitam em torno do Julliu's Bar, em Nova Iguaçu, considerado o único bar GLS da Baixada Fluminense.

"O mundo que a Índia me abriu foi tão interessante que o filme mudou", resume Consuelo. O documentário mantém o frescor dessa curiosidade, dessa abertura diante do múltiplo e do diferente. (COUTO, J. G., 2001, Caderno Ilustrada)

Outra forma de visibilidade, é abordando a violência que GLBTs sofrem e como tal fato não passa despercebido, sendo, inclusive, denunciado pela Anistia Internacional. O jornal, ao expor a violência que o grupo sofre, sendo importante que se dissemine que no mundo todo, inclusive no Brasil, travestis, homossexuais, bissexuais, e demais indivíduos que não seguem as normatizações para gênero e orientação sexual que são normalizadas pelos demais grupos, mostra como o preconceito ainda se faz presente em diversas culturas, fazendo com que os indivíduos sofram e sejam excluídos. Ao tratar sobre o assunto e mostrar que há instituições que se preocupam com o fato, o veículo mostra tanto que há ainda intolerância pela maneira com que as pessoas são sendo, inclusive, considerados criminosos por suas identificações e desejos e, também, que existe a esperança e a busca pela mudança.

De acordo com a Anistia, milhares de pessoas são torturadas ou maltratadas anualmente em todo o mundo somente por causa de sua orientação sexual, assumida ou suposta.

A organização alerta que, em mais de 70 países e em alguns Estados dos EUA, o homossexualismo é ainda hoje considerado crime, punido com a pena de morte em certos casos.

O relatório da organização apresenta casos de tortura ou maus-tratos a homossexuais, bissexuais, travestis ou transexuais em 30 países, entre eles o Brasil. Segundo Ignacio Saiz, um dos autores do estudo, o objetivo do levantamento é chamar a atenção para o problema e produzir apelos por mudanças de atitudes dos governos e também culturais.

"Existe uma conspiração de silêncio em relação a tortura e maus-tratos a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Com isso, os incidentes têm menos possibilidades de serem investigados", afirma Saiz.

O relatório apresentado ontem enumera cinco tipos de suplícios infligidos aos homossexuais nos países pesquisados. O primeiro deles é a punição legal à homossexualidade, o que torna a perseguição oficial. (WASSERMANN, 2001, Caderno Mundo)

A identidade das travestis não é apenas transmitida por meio de matérias que as estigmatizam ou as mostram como indivíduos que parecem ser fora do comum e por tal motivo merecem destaque. Algumas matérias abordam a temática das travestis como sendo indivíduos que merecem políticas públicas e tem direitos e deveres como todos os demais, podendo, inclusive, participar da política, fugindo do estereótipo de pessoas que são ligadas a apenas atividades como prostituição e criminalidade.

Uma das maneiras de se conhecer a identidade de um indivíduo é por meio de seu nome, quando os governos estaduais permitiram o uso do nome social em documentos como prontuários do SUS, no cadastro do ENEM e, também, permitiram o uso de um novo documento, houveram matérias que abordavam a temática, como na matéria publicada no dia 7 de outubro de 2009, "Transexuais e travestis podem usar nomes sociais em documentos na federal do AP", é possível notar que o discurso jornalístico também pode transmitir conceitos que estão sendo modificados na sociedade, como o uso do nome social em documentos, exibindo para o que o público conheça que as travestis e demais indivíduos que se identificam como transgêneros devem ser tratados pela maneira com a qual se identificam, podendo, assim, contribuir para a mudança em representações obsoletas sobre travestis e transgêneros.

Alunos travestis e transexuais da Unifap (Universidade Federal do Amapá) conquistaram o direito de usar seus nomes sociais (como preferem ser chamados) em documentos acadêmicos como matrícula e carteirinhas a partir de 2010. A decisão da universidade excetua apenas a alteração no diploma, no qual o nome civil é exigido por legislação.

Inédita no país, a medida foi aprovada por unanimidade pelo conselho superior da instituição, a pedido do grupo militante Ghata (Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá).

Em nota, a Unifap diz que, dessa forma, contribui para "promover a inclusão das minorias discriminadas dentro do ambiente universitário". (HENNEMANN, G., 2009, Caderno Cotidiano)

Outros textos jornalísticos mostram a busca por inserir as travestis na sociedade por meio de cursos profissionalizantes e alfabetizantes, já que muitas travestis deixam de estudar pelo

preconceito que sofrem. Na matéria “Curso para travesti une alfabetização e estética”, publicada em 10 de junho de 2003, nota-se uma aproximação da identidade das travestis, pessoas que, muitas vezes, sofreram com o bullying e a inadaptação a escola e pararam os estudos, tendo a oportunidade de voltar e aprender uma profissão como cabeleireira ou esteticista.

Kelly Cristina da Costa e Rafaela Dummont são transexuais, cabeleireiras e, a partir de hoje, professoras. Elas ministrarão, junto com a Prefeitura de Santo André, um curso que mistura estética e alfabetização para 21 travestis e prostitutas.

Lançado ontem, o projeto surgiu a partir de um trabalho feito pela Secretaria Municipal de Saúde para estimular entre os profissionais do sexo o uso de preservativos e o teste do HIV. Os agentes perceberam que, embora não admitissem, muitos tinham escolaridade precária. Para superar a rejeição que um curso de alfabetização teria, a Secretaria de Educação e Formação Profissional do município o associou a um curso de cabeleireiro.

Mas havia outro problema. “Alguns transexuais e profissionais do sexo já frequentavam alguns cursos, mas tinham dificuldade de adaptação”, disse a secretária da Educação, Cleusa Repulho. Foi montado, então, curso específico para este público. O projeto deve durar seis meses e segue a estratégia do Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), de pôr como educador um membro da comunidade atendida. “O problema de alfabetização não é falta de interesse. O preconceito nas escolas é que faz elas preferirem abandonar o estudo”, afirma Dummont. (Kelly Cristina da Costa ..., 2003, Caderno Cotidiano)

Matérias que versam sobre políticas públicas de saúde como, por exemplo, a criação de campanhas específicas de prevenção a AIDS para travestis que se prostituem, ou ainda, matérias como as publicadas entre 9 e 11 de junho de 2009 que abordam a criação de ambulatório específico para travestis e transexuais. As matérias contribuem para que os leitores se aproximem da realidade das travestis ao entrevistarem militantes e pessoas ligadas ao ambulatório para que falem sobre como o ambulatório colabora para o tratamento correto de travestis, como elas passam por situações constrangedoras em consultórios que não permitem o uso do nome social e como tais políticas contribuem para que elas sejam incluídas na sociedade.

Travestis e transexuais já podem contar com um ambulatório para atendimento exclusivo na cidade de São Paulo. Inaugurado nesta terça-feira (9), o centro tem o objetivo de incluir a demanda desse grupo no serviço público de saúde, segundo Maria Clara Gianna, diretora do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids.

De acordo com a diretora, o ambulatório contará com atendimento especializado de profissionais de diversas áreas, como infectologistas, endocrinologistas, proctologistas, urologistas, cardiologistas, nutricionistas, dentistas, equipe de serviço social, psicólogos e psiquiatras. A intenção é realizar cerca de 300 atendimentos por mês.

“É uma nova estratégia que nós, da Secretaria de Estado da Saúde, estamos lançando com o objetivo de implantar serviços semelhantes a esse nos diferentes municípios de São Paulo. Quem sabe um dia nós vivamos uma situação em que as travestis e transexuais possam estar incorporadas na rede básica de saúde”, diz Gianna.

Para a transexual Alessandra Saraiva, militante do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), esse atendimento já deveria fazer parte de todo o sistema de saúde, mas existe muito preconceito.

"Desde a hora da apresentação na recepção, o atendente não permite ou não quer te chamar pelo nome social, ou pelo nome que você se identifica. Isso causa uma confusão muitas vezes com o médico", afirma.

Saraiva conta que passou por situações como essa diversas vezes quando precisou de um endocrinologista. "Eu entrei e sai da mesma maneira, sem nenhum apoio, sem nenhuma informação. Eu sou mais uma das que engrossam o coro de não querer procurar ajuda médica, porque muitas vezes é um constrangimento. A importância desse novo ambulatório é aproximar o travesti do sistema de saúde." (RODRIGUES, F., 2009, Caderno Multimídia)

Outra maneira de promover a busca pela igualdade é mostrando como outros países se portam quando as leis são desrespeitadas, aplicando sanções como consequência ao preconceito que tem como motivação a maneira do outro ser, mostrando que a identidade de cada um não pode ser usada como desculpa para que um indivíduo seja desmerecido, principalmente quando praticado por pretextos que não tem fundamento, como a vivência de cada um. A matéria, permite, inclusive, que os leitores possam refletir sobre a subjetividade dos indivíduos, mostrando que não são preferências que cada um faz, mas são suas percepções sobre si próprios. O colunista Contardo Calligaris faz, em sua coluna intitulada "Transexuais, travestis e afins", publicada em 15 de maio de 2003, uma provocação sobre a maneira como se normalizou ver as travestis.

O artigo 3o da Constituição situa entre os objetivos da República "promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". O artigo 6o estabelece o direito ao trabalho. Conclusão: ninguém pode ser discriminado ao procurar emprego. Agora, se você for mulher, vista-se de terno e gravata, corte o cabelo com máquina três e coloque um bigodinho falso. Se você for homem, vista-se de saltos altos, meia-calça, saia, peruca e maquiagem (sem excesso, claro). Apareça assim na entrevista para um emprego que corresponde a suas qualificações e veja o resultado.

Pois é, a Assembléia Estadual da Califórnia, EUA, baseando-se nos mesmos princípios da Constituição brasileira, acaba de aprovar e submeter ao Senado uma lei segundo a qual será multado em até US\$ 150 mil (R\$ 435 mil) o empregador que discriminar transexuais, travestis ou "cross-dressers" (literalmente: aqueles que se vestem atravessando a fronteira entre os sexos).

(...)

O divórcio entre sexo e gênero se apresenta num leque diversificado. Há o transexual decidido a transformar a anatomia de seu corpo. E há o pai de família que, às escondidas, usa roupa íntima feminina. Entre os dois, estão os sujeitos que recorrem a modificações corporais "leves" (depilações, hormônios, silicone).

Ora, essas experiências distintas, que pressupõem personalidades radicalmente díspares, nos parecem todas indecentes. Por quê?

Os opositores da lei californiana argumentam: o dono de uma loja de artigos religiosos será obrigado a empregar travestis. Se a recepcionista da Sociedade Bíblica fosse Danny DeVito de minissaia, isso seria inconciliável com o decoro do estabelecimento.

Podemos simpatizar, mas pergunto: por que um senhor gordinho de minissaia é mais indecente do que, por exemplo, uma jovem anoréxica? Afinal, ambos sofrem de maneira análoga: não concordam com seu corpo. O senhor gordinho discorda de seu sexo, a anoréxica discorda de seu peso.

Eis a questão, rebateriam os opositores da lei: o senhor gordinho tem um problema não de peso, mas de sexo. Errado: na verdade, ele sofre de transtornos de identidade. E para nós que seus esforços para modificar o corpo têm uma significação sexual. Já que não entendemos a separação entre sexo e gênero da qual

ele sofre, supomos que ele queira sobretudo gozar em dobro, como homem e como mulher. Aos nossos olhos, ele é um sujeito comandado por uma exigência sexual descomunal: um tarado.

Pouco importa que muitos travestis vivam quase castos, encontrando seu prazer em discretas emoções indumentárias. Nosso estereótipo do travesti implica uma sexualidade descontrolada. E invocamos, como prova, a presença maciça de "bonecas" prostituídas nas ruas. É um argumento hipócrita: a prostituição é uma das poucas soluções oferecidas a quem quer viver uma vida travestida. Aliás, é isso que a lei californiana pretende mudar.

Mas vai ser difícil aprender a conviver com o travesti. Pois nosso olhar o erige em representante genérico de uma sexualidade exacerbada que excita a fantasia de todos.

Um anúncio de acompanhantes especiais, na televisão americana, mostra corpos femininos dotados de pênis. Uma voz em off comenta: "O que é você? Um "ele" ou uma "ela"? Não sei, mas você é certamente feito/a para o sexo". Em suma, para que a lei californiana "pegue", quem vai colocar dificuldade não são os travestis atrás do Jockey Club, mas seus clientes. (CALLIGARIS, C., 2003, Caderno Ilustrada)

Expor políticas públicas de inclusão de travestis e LGBTs também permite que os demais agentes sociais tenham contato com a temática e possam perceber e tratar as travestis de acordo com a identificação que elas tem e não de acordo com a forma popularmente consolidada na sociedade. Evidenciar políticas públicas pode proporcionar a visibilidade das travestis, seus direitos como participantes do corpo social e permitir a expansão de sua aplicabilidade e que sejam evitados constrangimentos para as travestis, como no caso da entrega de carteiras de identificação para travestis na cidade de campinas.

A Prefeitura de Campinas (SP) começou ontem a distribuir carteiras de identificação para travestis. O objetivo, segundo a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, é resgatar a auto-estima dos travestis.

Para recebê-la, é preciso ter mais de 18 anos, morar ao menos há três meses em Campinas e apresentar documentos.

O fato é considerado inédito no país pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), por ter origem pública. A carteira, adotada há seis anos em Salvador por associações particulares, resolveu problemas com a polícia, segundo o grupo.

O GGB estima que, no país, 10% da população é homossexual, sendo travestis uma minoria dessa parcela. Campinas tem 300. (Prefeitura dá carteira a travestis, 2004, Caderno Cotidiano)

Constam, também, textos que tratam da participação de travestis na política e o apoio, ou não, das pessoas a suas candidaturas. A matéria "Travesti lança candidatura em São João da Boa Vista", publicada em 30 de julho de 2000 transmite uma identidade que sai dos padrões com os quais os leitores podem já estar acostumados, de travestis que se prostituem ou que se envolvem em escândalos, retratando uma travesti que é popular em sua cidade, utilizando em alguns momentos o artigo feminino, contribuindo para que o público note que a identidade travesti não está apenas ligada aos estereótipos construídos, sendo pessoas como qualquer outra.

Fernanda é proprietária de um salão de cabeleireiro e faz shows como transformista. Em sua cidade, é uma espécie de líder dos travestis. Segundo ela, isso acontece por causa de sua história de vida. Fernanda morou na Europa (Itália e Suíça) de 92 a 96, fazendo shows e cortando cabelos.

Fala quatro línguas (português, italiano, francês e espanhol), apesar de ter estudado apenas até a 4ª série do ensino fundamental.

Loira e vaidosa, Fernanda tem uma postura tranquila quanto à sua opção. Disputa a eleição com três nomes -Fernanda Carraro, Adauto Fernandes (seu nome verdadeiro) e Adauto Cabeleireiro.

Também resolveu um problema prático do partido. Ninguém queria ser registrado na Justiça Eleitoral com o número 22.624, por causa dos dois últimos algarismos, associados pejorativamente ao homossexualismo. Ela aceitou o número. (CAMARGO, C., 2000, Caderno Folha Campinas)

No entanto, há matérias que mostram que a visibilidade travesti, que muitas vezes parece estar aumentando, nem sempre é considerada, como é o caso da matéria do dia 23 de fevereiro de 2004, “População é ignorada pelo censo”, nela descreve-se que não se sabe quantas travestis existiam no Brasil até então, pois elas não são consideradas no censo reiterando a ideia social de que travestis são um grupo excluído e que morrem cedo por doenças ou por violência. O discurso jornalístico pode reiterar que as travestis estão à margem da sociedade, porém, há também a busca do jornalista por fontes que mostrem que as travestis não se prostituem por que desejam e que tentem esclarecer as diferenças entre travestis e transexuais, contribuindo para que o público conheça e se informe sobre os transgêneros.

Há, também, mesmo que poucas, matérias que reconhecem as travestis da maneira com que se identificam, mulheres, utilizando o nome no feminino, sem constar o nome de registro, mesmo que utilizando de frase dúbia para falar sobre sua feminilidade, como na matéria “Nosso destino está nas mãos das mulheres”, escrita por Luiz Caversan, publicada em 16 de agosto de 2000, no caderno “Brasil”. Ao ser constatado que existiam mais mulheres eleitoras do que homens, foram entrevistadas mulheres para opinarem sobre “Ainda que limitados aqui pela palavra apenas escrita, vamos ao que pensam algumas mulheres, representativas de diferentes segmentos sociais, sobre o que há demais e o que há de menos, o que falta e o que sobra na cidade de São Paulo”, dentre tais mulheres, uma travesti “Luana, 23, travesti na rua Bento Freitas, que afirma que votará “do ponto de vista feminino” - “Falta cliente! Brincadeira, o que falta é emprego, dinheiro para as pessoas. E o que sobra é gente sem ter o mínimo para sobreviver.”

3.3. Análises

A partir da leitura e do tabelamento das matérias foi possível notar um percurso que permite-se a descrição das matérias por temáticas semelhantes. Após a união dos textos em agrupamentos, foram encontradas características textuais que permitem que se perceba a construção do “ciclo de representações” que a mídia, com sua visibilidade e os demais grupos sociais, com as vivências, experimentações e observações, formam na construção da cultura e na reprodução de formas identitárias e culturais.

O jornalismo, e a mídia como um todo, trabalha com representações identitárias e descrições dos agentes sociais para formular seus textos, neste caso, a representação das travestis. Algumas representações podem ser reiteradas constantemente nas matérias, sendo utilizadas sempre as mesmas, enquanto outras se resignificariam de acordo com a intencionalidade que há por trás do discurso, a mensagem que ele deseja transmitir.

A temporalidade jornalística e como ela fica clara ao se analisar catorze anos de matérias sobre uma mesma temática é um dos fatores que é necessário comentar pois, há sim, um percurso simbólico produzido e que reflete a cultura de cada época. Mesmo que o tempo de análise não pareça longo, durante catorze anos muitas mudanças ocorrem, principalmente com a expansão da mediatização, com o aumento dos canais de interação social que permitem que mudanças simbólicas sejam disseminadas com mais rapidez. Tal temporalidade reflete na maneira com que os veículos abordam os conteúdos sociais, principalmente quando um grupo conhecido por ser rotulado e estigmatizado é abordado.

As travestis sofreram, e ainda sofrem, com identidades resultantes de preconceitos, como Leite Jr. (2011) menciona em seu livro, as representações e formas identitárias disseminadas sobre as travestis são provenientes de fontes que não as próprias travestis, sendo possível notar que não era dada a elas a chance de se expressar, como, por exemplo, nas matérias do ano 2000, que reiteram a ideia de travestis como prostitutas e, como resultado de sua profissão, por estarem vulneráveis e expostas, sofrem violências físicas, ou ainda, que são indivíduos que fazem “escândalo”, que seriam pessoas perigosas. Durante o primeiro ano de matérias analisadas, a representação refletida nos textos jornalísticos focava em construir a imagem das travestis em temáticas, principalmente, ligadas a prostituição, conteúdos sobre ações violentas, escândalos - aqui muitas vezes com as travestis sendo representadas na sigla LGBT, nem sempre sendo personagens principais das matérias -, mesmo assim, sendo feita sua representação. Outras matérias ao discorrerem sobre travestis como personagens de filmes, podem tirar a noção de realidade, da

existência das travestis “no mundo real”, como se elas estivessem distantes da realidade “normal”, podendo ser retratadas em filmes, documentários, fotos e demais formas artísticas.

Conforme os anos vão passando, é possível perceber que as travestis continuam sendo retratadas em matérias com conteúdos que as relacionam com marginalidade, prostituição e violência, como vítimas ou como responsáveis pela ação. No entanto, conforme a sociedade vai passando por ressignificações, é possível notar que as matérias passam a refletir as mudanças culturais, com isso, as matérias que tratam de prostituição diminuem, tornam-se mais pontuais e expõem também outros pontos de vista sobre o assunto, como a vulnerabilidade de estar nas ruas.

A análise das mudanças no discurso conforme a temporalidade das matérias permite que perceba-se, também, que a interação social colabora para a formação da realidade social e isto reflete no modo como os veículos formulam seus discursos. Durante os catorze anos de análise, as matérias passam por mudanças, mesmo que não muito significativas, mas ainda assim, pode-se identificar mudanças. As travestis, aos poucos, vão sendo trazidas para o centro das discussões, tirando-as da “margem” da sociedade, tendo mais visibilidade midiática, cultural e fazendo com que sejam abordados temas com contextos que as tiram daqueles que apenas as estigmatizam. Há o aumento de temáticas que não deixam as travestis na margem social.

Ainda se repetem estereótipos e formas identitárias que não correspondem com a maneira com a qual, atualmente, elas se representam. No entanto, é necessário considerar que no início do século XXI, os agentes sociais tinham menos contato com questões que já tinham um histórico penoso na sociedade. Não pretende-se, ao falar isso, justificar preconceitos e discursos midiáticos que banalizem as travestis, no entanto, é necessário considerar que pela própria sociedade não buscar o esclarecimento sobre as travestis, a mídia refletia em seus textos, ainda mais que hoje, conceitos senso-comum sobre ela, sendo possível perceber tal fato durante a análise dos primeiros anos de matérias coletadas.

Os discursos jornalísticos reproduzem identidades tramadas pela cultura que demonstram como as travestis são rotuladas e, conseqüentemente tem tal identidade disseminada pelos meios de comunicação, como pessoas que estariam a margem da sociedade e que por não se identificarem com o gênero biológico que lhes foi designado e por buscarem viver da forma com a qual sentem que pertencem e de acordo com suas identificações. Assim, teriam que conviver com humilhações e exclusões das mais diversas ordens, passando por dificuldades e tendo que se submeter a atividades profissionais que também eram, e ainda são, culturalmente consideradas “inferiores”, aumentando ainda mais a falta de compreensão de muitos indivíduos que acreditavam estar em uma posição superior a de travestis. Por não receberem muitas oportunidades de emprego em outras áreas, por

sofrerem preconceito e, também, por muitas travestis serem rejeitadas por suas famílias, elas acabam tendo na prostituição a única fonte de conseguir dinheiro. A partir de tal ideia de marginalização e, principalmente, prostituição, sua representação foi sendo disseminada pelos veículos de comunicação como sempre ligada ao ramo, disseminando a mesma visão repetidamente. A reprodução da ideia nos meios de comunicação pode popularizar, ainda mais, tal forma simbólica de tratar as travestis, aumentando preconceitos e dificultando a quebra desta ideia equivocada.

Como nota-se, a representação das travestis como sendo diretamente ligadas a área da marginalidade e da violência é elevada. Inúmeras matérias citam os termos “travestis” ou “travesti” já com o estereótipo de que seriam prostitutas ou indivíduos que se envolvem em escândalos e polêmicas, como se fosse algo subentendido. Algumas formas de representação são, inclusive, continuamente notadas nos veículos, podendo parecer uma falta de cuidado dos veículos e de seus jornalistas em considerar o outro na forma de representá-lo, parecendo, inclusive, um desleixo, pois os meios de comunicação deveriam ser respeitosos e democráticos na forma de representar todos os grupos, pois existem travestis que não trabalham na área do sexo e seriam englobadas pelo uso do termo de maneira genérica.

Como Kulick notou em suas pesquisas com travestis de Salvador:

Sempre que jornalistas e repórteres de televisão entrevistam travestis e perguntam por que se prostituem, elas respondem que são obrigadas a se prostituir porque não conseguem emprego em nenhum outro setor ou ramo de atividade. No Brasil, como em tantos países, não existem leis proibindo a discriminação feita com base na aparência ou na orientação sexual dos indivíduos. As pessoas podem ser demitidas dos empregos ou excluídas de programas educacionais pelo simples fato de serem homossexuais. (...) Pessoas como as travestis - cuja condição de homossexual é inequívoca - têm poucas chances no mercado de trabalho. (KULICK, 2008, p. 192)

Os veículos midiáticos tendem, ainda, a retratar a identidade travesti sempre com uma ligação a prostituição e a marginalidade, disseminando e passando a impressão para seus leitores de que elas apenas teriam tal área como forma de garantir seu sustento, formulando discursos que não especificam a profissão travesti e que as posicionam os leitores para o entendimento de que o simples uso do termo já deixaria clara sua profissão. Tal disseminação discursiva pelo jornal reafirma a normalização que já se tem na sociedade de que travestis apenas poderiam ser prostitutas e que não teriam outra sorte de emprego.

No entanto, a identidade de travestis passou por modificações durante o tempo, tanto entre as próprias travestis que galgaram seu espaço na sociedade, conseguindo espaços para que suas vozes fossem ouvidas e penetrassem, mesmo que um pouco, no corpo social, exigindo respeito e buscando a igualdade, tanto de direitos quanto discursiva. Aos poucos, a normalização que se tinha

no início dos anos 2000, foi se resignificando, o que refletiu nos textos midiáticos. A mudança é lenta, mas ainda sim, notável quando se comparam as abordagens dos anos 2000 com a abordagem de 2014. Ainda são publicados textos com elementos que estigmatizam as travestis, porém há a abertura para formas conhecidas recentemente, formando um “edifício simbólico”, como Lopes (2002) comenta sobre as construções ideológicas e representacionais que ligam passado e presente.

O uso de padronizações identitárias para referir-se as travestis nas matérias pode evidenciar o lado “mecânico” dos meios de comunicação e, principalmente, do jornalismo, que trabalham com repetições das formas simbólicas para que o público possa se identificar. De acordo com as resignificações que o veículo nota que o corpo social passa, ele passa por adequações e modifica seus textos para estarem de acordo com as representações daquele momento, firmando-se como parte efetiva do corpo social. Desta forma, nos primeiros anos do século XXI, era normalizado que travestis trabalhavam com prostituição e que não seguiam as regras da “moral e dos bons costumes”, sendo culpabilizadas por seu trabalho, desta forma, eram feitos perfis sobre suas atividades, elas eram mostradas como “ameaças” às garotas de programa cisgênero, ou então, como tendo suas identidades construídas como “coitadas”, pessoas que estão a margem da sociedade, como se nada pudesse ser feito, não tendo suas falas reproduzidas da mesma forma que os demais agentes sociais. A abertura que o veículo concedia a elas era mínima, sendo feita de forma distanciada.

Com o passar dos anos, as travestis passaram a ser citadas de acordo com outras representações que não as já normalizadas, passando a mostrá-las em discursos sobre direitos humanos, sobre a situação de travestis jovens que são expulsas de casa quando se assumem, a expulsão de travestis que vão para fora do país trabalharem como profissionais do sexo, sendo trazidas para a realidade social. Contudo, matérias estigmatizantes ainda estão presentes, mostrando a dubiedade existente na própria cultura que, por mais que mude, conserva resquícios do passado, desencadeando processos de produção de realidade e dos processos de interação que fazem com que as mudanças sejam legitimadas ou não.

A disseminação de textos culturais criam tais percursos de narrativas simbólicas sobre as travestis, os meios não apenas informam sobre um determinado fato específico e autônomo, mas também, destacam quais formas identitárias e representações seriam mais relevantes dentre a pluralidade de identidades existentes em uma cultura e que são utilizadas pelos grupos para definir a si próprios, outros grupos e indivíduos. As sociedades tendem a buscarem definições que possam abarcar e estar de acordo com o pensamento de uma parcela expressiva dos seus integrantes, muitas vezes, desconsiderando as minorias. Tal fato, faz com que não só o corpo social trate os indivíduos

que são considerados “diferentes” do que a sociedade tomou como referência e estipulou como sendo “normal” de maneira desigual, mas que isso seja reproduzido, também, pela mídia que toma as representações sociais como caminhos significativos para suas narrativas.

Os ciclos de representações entre meios e demais grupos sociais fica evidente quando nota-se as mudanças pelas quais as matérias se formam. Durante os anos de análise, vê-se a repetição de formas simbólicas e identitárias, mas também, o surgimento de matérias que discorrem sobre direitos humanos, convivência social e educação, por exemplo. Mesmo com a utilização de termos que podem soar ofensivos ou equivocados, as travestis passam a ser mais “humanizadas”, sendo tratadas como agentes sociais que são.

Uma das formas simbólicas que podem ser identificadas de diversas formas nos discursos presentes nas matérias analisadas é apropriação e o uso dos corpos e a questão de identidade de gênero são perceptivelmente utilizadas, mesmo que de maneira indireta e subentendida. Culturalmente, estabeleceu-se que os indivíduos deveriam ter que se encaixar em normas pré-estabelecidas, no entanto, cada indivíduo é diferente a sua maneira e tem suas próprias identificações, a genitália não demonstra se a pessoa se identificará com o gênero masculino ou feminino, ela apenas esclarece sobre o sistema reprodutivo do indivíduo. A necessidade de agrupamento, faz com que marcas corporais sejam utilizadas para identificar os indivíduos. Tal uso de classificações reflete nas matérias analisadas, que usam de termos e marcas normatizadas como masculinas para se referir às travestis, pois a própria sociedade utiliza-se dos traços biológicos para definir “homens” e “mulheres”. Pode-se, assim, ver nas matérias o uso de artigos masculinos, nome que consta na identidade e demais marcas culturais.

Nota-se que o corpo também é alvo constante dos processos de acusação sociais, fazer o que se deseja com ele, ressignificá-lo de acordo com vontades e identificações próprias nem sempre são bem vistas na coletividade, já que tende-se a pensar que o indivíduo deve seguir as normas já conhecidas, que levam em consideração outros elementos culturais. Logo, um indivíduo que se identifica como sendo de um determinado gênero, ao se apropriar de marcas culturais consideradas de outro gênero, é visto como uma pessoa fora dos padrões

Como Cucho (2002) cita, sendo a identidade difícil de determinar, o jornal reflete tal dificuldade nas matérias. Por mais que as travestis assumam em si as marcas femininas e masculinas, não cabe ao jornal tratá-las da forma como convém ao veículo. Algumas matérias, inclusive, reiteravam que há diferenças no tratamento destes profissionais pela sociedade, diferenciando “mulheres” e “travestis” em determinadas ocasiões de seu trabalho. O jornal, em alguns momentos, pode deixar subentendido que as travestis teriam mais e melhores clientes, diferenciando-os dos garotos e das garotas de programa, inclusive falando sobre serem “os ativos”

durante o programa, ou ainda, que “mulheres” não precisam de cafetões e travestis, sim. Todas essas formas de representação reiteram um preconceito e um estigma que as travestis carregam, que mais do que estar entre gêneros, elas seriam profissionais do sexo, sem necessitar que tal fato fosse mencionado, apenas ao dizer “travestis” a ideia já estaria subentendida.

Assim, estamos agora em condição de compreender, quando as travestis dizem a um jornalista que trabalham como prostitutas porque não há outra opção de emprego, elas estão apresentando apenas uma parte do quadro. Conheci muitas travestis que estavam empregadas, mas abandonaram o emprego ao perceberem que podiam ganhar mais dinheiro com a prostituição (KULICK, 2008, p. 195)

A normatização foi reiterada pelas culturas, sendo utilizada pelos veículos de comunicação, ao longo das redefinições culturais e das formatações que o espaço-tempo exigem que ocorram. Aqui fala-se sobre a sociedade ocidental com a qual tem-se mais contato e possibilidade de conhecimento cultural e identitário, houve a necessidade de uma organização para que os indivíduos seguissem certos conjuntos de regras que permitissem uma vivência conjunta. No entanto, alguns componentes tornaram-se formas institucionalizadas de criar rótulos e normalizar os conceitos de indivíduos “normais” e indivíduos desviantes a partir de um conjunto de ideias hegemônicas que conseguiram, inclusive, ditar o que é considerado “errado” por uma oposição das representações que já estão estabelecidas no corpo social e são utilizadas como ponto de partida para as divisões entre certos e errados, como Miskolci (2009, p. 153) propõe sobre a teoria da complementariedade desenvolvida por Derrida “A complementariedade mostra que significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico”.

As matérias apresentam formas simbólicas conhecidas, evitando que sejam feitas explicações e que as matérias se alonguem na caracterização das travestis, optando pelo uso de representações facilmente reconhecidas, podendo reiterar a polifonia seletiva dos meios, que podem dar oportunidade para vozes e representações diversas mas acaba utilizando-se das mesmas sempre. Não raro, as matérias são formuladas com discursos que confundem sexo, gênero e as demais divisões e normatizações que surgiram a partir de tais conceitos, podendo resultar em textos que disseminem tal necessidade de definição única, refletindo na sociedade a partir do contrato simbólico firmado.

Tal procura faz com que, muitas vezes, os cidadãos se deparem com a obrigação de ter que afirmar uma identidade “esperada” perante aos demais, mesmo que esta não corresponda a quem realmente se é e mesmo que as pessoas passem constantemente por situações em que sua forma de

agir precise corresponder com a situação e não com os padrões de gênero socialmente construídos. Por essa luta constante, vimo-nos diante de uma sistematização social, aceitando o uso de dicotomias, como feminino/masculino, macho/fêmea e heterossexual/homossexual, para fundamentar estudos e discussões e explicar uma ampla aceitação de algumas formas de consideração de gêneros e identidades constantes na sociedade.

Pode-se compreender, como Flausino (2002, p. 4) comenta “O ato de consumir determinados produtos da mídia denota o acordo com as representações ali encontradas”, logo como a própria sociedade não se abre para as mudanças na forma de representar os grupos minoritários, os veículos de comunicação também não as fazem, continuando o ciclo cultural vigente. Tornou-se tão normalizado uma visão singular das travestis, que os jornais continuam reproduzindo-as, esquecendo-se de se atualizar. Eles mesmos continuam consumindo e, conseqüentemente, fazendo-se consumir representações identitárias que mostram-se fixas, mesmo que eles, como porta-vozes da modernidade tardia, tenham a possibilidade de colaborar para a mudança de visão.

A frequente representação das travestis como pessoas ligadas a prostituição e a quebra da “moral e dos bons costumes” presentes na sociedade, continuamente disseminada nos discursos jornalísticos, mostra como não é apenas de maneira “física” que se dá a violência contra as travestis, neste caso fala-se físico no sentido de violências diversas as quais elas sofrem de forma presencial, como também, está sempre presente em suas vidas, tal violência não resume-se em física, como também, em violência discursiva, moral, psicológica e discursiva. O discurso cultural construído sobre as travestis raramente as relaciona com atividades lícitas, tendendo sempre para o destaque de seu envolvimento não só com a prostituição como também com assaltos, assassinatos, agressões, entre outros. Mesmo que a maneira como atualmente as travestis se constroem e transmitem suas identidades, fugindo dos estereótipos tão utilizados e que ainda são constantemente rememorados e utilizados ligados aos excessos, às ruas, a boêmia, travestis seminuas fazendo “ponto” em esquinas, mostrando que, assim como as demais pessoas, elas não precisam seguir a ideia socialmente construída, mesmo que ela ainda se dissemine.

As identidades e representações que são utilizadas, não só pelos meios de comunicação mas também pelos demais agentes sociais são narrativas do externo, sendo construídas por vivências e observações que outros indivíduos foram organizando ao longo do acontecimento de situações diversas. Tais memórias culturais vão se entrelaçando nos textos midiáticos por uma facilidade de se unir diversos textos em um único percurso, assim, é possível notar quando os veículos atuam ou não suas maneiras de transmitir representações, se seus pontos de vista sempre seguiram um mesmo raciocínio ou se modificaram com as mudanças culturais pelas quais as sociedades passam. A mídia vai tecendo um caminho de representações identitárias em que monta-se um “quebra-cabeças”

cultural e identitário. Nele, as situações muitas vezes são “contornadas” para que se possa encaixar determinadas formas simbólicas em possibilidades de representações que se deseja manter. Em diversos casos, o destaque de um texto cultural acaba se tornando a representação e identidade dada a suas personagens ao invés da situação que ali está sendo descrita.

Algumas formas de representação são, inclusive, reiteradas frequentemente nos veículos, podendo parecer uma falta de cuidado dos veículos e de seus jornalistas em considerar o outro na forma de representá-lo, parecendo, inclusive, um desleixo, pois os meios de comunicação pregam que deve-se respeitar e ser democrático quanto a maneira com que se trata os grupos, pois existem travestis que não trabalham na área do sexo e seriam englobadas pelo uso do termo de maneira genérica. Assim como retratar tendencialmente as travestis como pessoas que estão ligadas a quebra dos códigos morais normatizados, esquecendo-se de dar voz para que elas contem suas versões dos fatos ou sejam representadas de maneira semelhante a que os demais são, demonstram um preconceito reiterado em seus textos.

A partir da análise das matérias nota-se as tentativas de expor como um jogador conhecido do público teria cometido um “equivoco” em sua vida pessoal, sendo exposto ao país e ao mundo, mas também, como ele estava tentando se “redimir”, e como muitas pessoas estavam do lado dele, dizendo que ninguém deveria julgá-lo e que sua situação não era diferente da de outras pessoas que se deixam levar pelas “fraquezas humanas”. No entanto, mesmo mostrando que todo ato tem sua consequência, a representação feita do jogador é a de que ele cometeu um ato que é socialmente considerado como um erro, mesmo que se relacionar com uma travesti não o seja, mas ainda é visto como algo errado pelos estigmas e preconceitos que as travestis sofrem, mas que ele estava procurando formas de se eximir e consertar seus erros. Pela repercussão que o fato teve, ele será o principal para abordar matérias envolvendo famosos e televisão. Tal ocorrido teve grande repercussão na mídia, sendo, inclusive, lembrado constantemente em matérias publicadas posteriormente e que não tinham temática relacionada ao caso.

A representação das travestis pode transmitir a ideia de que elas seriam culpadas pelas diversas violências das quais são vítimas. Para elas, resta o elemento da dúvida sobre seus depoimentos, com o uso de termos como “travestis dizem”, as perguntas feitas a ela durante a entrevista, sobre quanto cobra e se estava nervosa durante a entrevista também indicam que, mesmo buscando sua versão, há sempre que se desconfiar. Os meios de comunicação no Brasil retratam-nas como marginais, isto é, delinquentes perigosas ou criminosas”.

É notável que as representações culturais estão presentes nas matérias, principalmente quando falam sobre as travestis. Há o uso do masculino para se referir as travestis, a exposição de

seus nomes de registro mesmo que esteja sendo citado o nome social delas, enfatiza-se que elas tentaram extorquir as pessoas, principalmente quando famosos, mesmo que não se tenham provas que confirmem, apenas os depoimentos do jogador e das travestis. Mesmo quando as travestis foram a delegacia e “confessaram” que mentiram em depoimento, houve um juízo de valor ao ser citado que “ao contrário do dia da confusão” as travestis não falaram com os jornalistas, passando a impressão de que aparecer na mídia era um objetivo.

Sabe-se que a vida de um indivíduo famoso é alvo de curiosidade dos demais agentes sociais, inclusive, sua vida privada. Acredita-se que uma pessoa quando torna-se pública, todos os aspectos de sua vida também se tornam, o que resulta em julgamentos sobre suas atitudes, sejam elas profissionais ou pessoais. A conduta dos indivíduos públicos é monitorada e estampada em capas de revistas, jornais e torna-se manchete em programas televisivos. Errar torna-se um verbo perigoso para eles, pois há todo um público querendo saber seus passos, o que fazem, com quem fazem e não distinguindo que todos necessitam de privacidade.

Um ato considerado questionável torna-se motivo para que uma legião de admiradores e, também, os meios de comunicação apontem seus dedos e os critiquem, esquecendo-se que não existe perfeição, e que certos e errados não são concepções fixas. A mídia, por seu alcance e visibilidade, tornou-se uma ferramenta de julgamento das atitudes dos agentes sociais, sejam eles públicos ou não. Fato é, que quando uma pessoa conhecida torna-se notícia por algo que não seja o esperado dela, a repercussão pode ser maior do que se o contrário acontecesse. Com Ronaldo, aconteceu essa visibilidade. Durante o ano de 2008 e, principalmente, nos meses de maio e junho, o caso foi lembrado e revisitado em diversas matérias, mesmo que elas não tivessem relacionadas diretamente ao fato. As matérias buscavam relatar e analisar cada fato ligado ao caso, mostrando como a mídia pode refletir julgamentos e valorações da cultura em que se está presente.

Casos polêmicos que envolvem famosos tenham, talvez, uma chance maior de ficarem registrados no imaginário popular e serem lembrados e utilizados durante muito tempo. Mesmo que a própria mídia tenha buscado defender o famoso, ela pode se utilizar da repercussão do caso para negociar outras representações com o público. Os meios tendem a reproduzir discursos em que tende-se a deixar o elemento da dúvida sobre seus depoimentos, com o uso de termos como “travestis dizem”, as perguntas feitas a ela durante a entrevista, sobre quanto cobra e se estava nervosa durante a entrevista também indicam que, mesmo buscando sua versão, há sempre que se desconfiar, como Kulick (2008, p. 26) afirma “o problema, entretanto, é que as travestis ‘são’ ameaçadoras. Os meios de comunicação no Brasil retratam-nas como marginais, isto é, delinquentes perigosas ou criminosas”.

Os modelos hegemônicos que padronizam as formas de pensar e agir tornaram-se tão naturalizados, que os participantes das culturas acabam seguindo-os, sem muitos questionamentos sobre os motivos que levaram a alguns deles. Ideias gerais sobrepujaram a possibilidade de interpretação pessoal e, desta forma, os indivíduos tornaram-se reféns de conceitos pré-concebidos para quase todas as partes da vida. Todavia, não ter alguns padrões, principalmente de convivência, também poderia resultar em dificuldades de convivência.

Apesar de todas as mudanças que ocorreram e que vem ocorrendo na sociedade quando fala-se sobre a reprodução das identidades de determinados grupos que possuem um histórico penoso na busca por seu direito de representação na sociedade e, também, na mídia, tais grupos ainda demonstram certa dificuldade em se adaptar e transmitir as formas mais assertivas e que englobem uma maneira de tratamento uniforme e igual para todos os indivíduos, não importando sua identidade de gênero, orientação sexual ou qualquer outra característica.

A tendência a agrupar as pessoas pelas semelhanças cria uma aura de julgamento na sociedade, assim, o que acredita-se que determinado indivíduo ou grupo é, acaba sendo transmitido para os demais que também se sentirão com o poder de acreditar naquilo que está sendo dito ou criar uma nova classificação, assim, ninguém está livre do julgamento dos demais. Ser diferente nem sempre é considerado algo positivo, principalmente quando diz respeito a convivência em grupo, a aceitação dos demais pode causar problemas e surgirem exigências de adequação a uma maioria, podendo resultar em sofrimento e exclusão daqueles considerados diferentes. O costume de englobar todos os indivíduos em uma sociedade homogênea, pode fazer com que o preconceito e o julgamento não sejam considerados como algo negativo, o que não é verdade, forçar alguém a se adequar a algo é desconsiderar o próximo como sendo um indivíduo. Durante os anos de matérias jornalísticas analisadas, foi possível notar o agrupamento a partir de determinado rótulo e a abertura para outras temáticas. Percebe-se a transição, por exemplo, entre o uso de expressões como “conhecido como” para matérias sobre o uso do nome social no *enem*, marcando um momento importante para as travestis e para sua aceitação e receptividade pela sociedade.

Ainda disseminam-se discursos de que, do sexo, partem outras características que são utilizadas como definidoras dos agentes sociais, como o gênero, tal pensamento sendo reiterado nas matérias. A ideia de que sexo e gênero são um único objeto ainda é muito utilizada, principalmente por aqueles indivíduos que não tem uma aproximação ou interesse específico na temática. Assim, institucionalizou-se o sexo, inclusive seus aspectos biológicos, como definidor de diversas condutas e normatizações sociais, inclusive a categorização de indivíduos como pertencentes a um dos gêneros binários, feminino e masculino, que são designados por meio da análise visual dos

membros genitais e das demais características biológicas, como hormônios, por exemplo. Sexo e gênero são formas de construção social, por mais que alguns grupos sociais possam disseminar a ideia de que se nasce heterossexual e sendo “homem” ou “mulher”, ambos são construtos sociais que são definidos nas sociedades de acordo com normas e regras, por tal motivo, é que existem diferenças entre as normatizações entre cada sociedade.

Por outro lado, ao relatarem os fatos, as matérias expõem os seus representados, trazendo-os para a realidade do público, permitindo que ocorra uma aproximação, que se saiba sobre sua existência. Ao diversificarem as notícias, deixando de mostrar apenas notícias que podem difamar as travestis ou estereotipá-las, o veículo permite que haja familiaridade com as temáticas diversas que estão presentes no corpo social e com as quais nem sempre tem-se contato direto, trazendo realidade para aqueles que entram em contato com seus discursos.

O que acontece é que, ao invés, de se elaborarem estratégias que pudessem guiar a vida das pessoas em busca de uma convivência harmoniosa, criaram-se linhas fixas de pensamento que diziam, e dizem, o que era certo e errado, limitando a vida das pessoas nessa dicotomia e mostrando como deveriam lidar com todos os aspectos da vida. A necessidade de agrupar os iguais e de exemplificar o que é considerado como sendo normal por determinados grupos tornou-se algo tão relevante que a sociedade passou a pautar-se por divisões sociais e não pelos aspectos subjetivos e pessoais de cada indivíduo. Mantêm-se a ideia de coletividade mais do que de individualidade, por mais que se diga o contrário, por tal motivo os padrões continuam sendo disseminados, pois seguir as estruturas gerais faz com que os agentes sociais se sintam parte do “todo”, pertencentes ao sistema social que estão, tendo a ideia de normalidade e participação em algo.

Tais modelos de pensar e agir tornaram-se tão naturalizados, que os participantes da cultura apenas os seguiam, e ainda os seguem, sem muitos questionamentos sobre os motivos que levaram a alguns deles. Ideias generalizantes sobrepujaram a possibilidade de interpretação pessoal e, desta forma, os indivíduos tornaram-se reféns de conceitos pré-concebidos para quase todas as partes da vida. Todavia, não ter alguns padrões, principalmente de convivência, também poderia resultar em dificuldades de convivência.

A partir da sistematização social são constituídas as normatizações e padrões culturais com o intuito de unificar, homogeneizar e identificar os grupos que as compõem, resultando em um discurso emergente dentre outros que circulam no corpo social. Não havendo uma concordância total, uma vez que isso é algo impossível, quanto a natureza de tais regras sociais e, sendo variáveis as interpretações feitas delas, pode-se ocasionar conflitos e discordâncias dentro dos grupos que convivem em uma mesma cultura. Os agentes sociais nunca são completamente assujeitados ao

discurso e normatização sociais, aos agentes sociais também cabe a subjetividade e o poder de controlarem suas escolhas e identificações.

Desta forma, a reprodução de estigmas e preconceitos pela mídia é tão presente que, muitas vezes, nem se nota como há uma lacuna entre como as travestis se identificam e como sua identidade é construída e retratada. As travestis sofrem com uma violência discursiva que pode não colaborar para que as ressignificações pelas quais passam sejam transmitidas para os demais. Trata-se as travestis no feminino por um posicionamento político e social, uma vez que elas se apresentam como mulheres, com características e nomes no feminino, assim, cabe ao restante da sociedade tratá-las da maneira com a qual elas se identificam, mesmo que elas estejam entre os dois gêneros ou que conservem características que são femininas e masculinas, a identidade de gênero delas é feminina, elas deveriam ser tratadas de tal forma. No entanto, continuamente são tratadas no masculino, elas estão entre os gêneros, fazendo modificações em seus corpos para que eles fiquem com uma identidade feminina, mas há uma tendência que não aja o desejo de extirpar o falo, mantendo uma característica que as ligaria do gênero que foram designadas no nascimento.

Ao falar, por exemplo, de uma candidata a prefeitura, o jornal utiliza seu nome social e faz referência a ela no feminino, apesar da legenda da foto no masculino, mas ao citar travestis no contexto geral, utiliza-se do masculino, mesmo que a identidade de cada indivíduo seja construído individual e que varie de acordo com a cultura, como Pelúcio (2005, p. 109) esclarece em nota de rodapé em um de seus artigos “Ainda que não haja consenso sobre qual o gênero da palavra travesti, entre elas o uso dos artigos, pronomes e substantivos para se auto-referirem ou para tratarem aquelas que lhe são próximas é sempre no feminino”. Pode-se perceber que a utilização do masculino é uma forma cultural e identitária criada por outros indivíduos que não travestis, comumente utilizada e que não leva em consideração as próprias travestis e suas formas de se perceberem e se sentirem, dando a impressão de que as travestis são tratadas de tal forma e que ninguém buscou fazer nada para mudar isto. Como se por terem sido designadas como sendo do gênero masculino ao nascerem, de acordo com seus genitais, elas não pudessem ser outra coisa senão homens, e que sua identidade seria masculina, logo, deveriam ser tratadas no masculino, o que não é algo verdadeiro.

Muitos discursos midiáticos, e os não midiáticos também, não consideram que antes de ser designado como sendo “homem” ou “mulher” e ensinar um indivíduo quais são os delineamentos para seu gênero, é necessário que ele se identifique com seu corpo e com tais regras. Naturalizou-se que apenas pelos genitais e pelas características que o próprio corpo produz, um indivíduo deveria seguir regras e normas sociais que foram feitas por outras pessoas para tal gênero. Esquece-se que,

como diversas outras formas simbólicas, o corpo também é uma construção social, que cada indivíduo tem o direito de fazer dele o que acreditar ser o melhor e que siga suas próprias formas de ser e sentir.

As identidades, sejam elas de gênero, sexuais ou qualquer outra forma, por mais que busque-se a normatização e o agrupamento, necessitam de flexibilidade para que seja possível que os indivíduos se encaixem nas classificações sociais, uma vez que, “a identidade não é absoluta, mas relativa” (CUCHE, 2002, p. 196). Porém, é comum que os estigmas reproduzidos mostrem o contrário desta fala, colocando as identidades, neste caso a identidade travesti como absolutas, facilitando assim que se reproduzam estigmas, como no caso da tentativa de humor com os grupos minoritários. Os se fazer piada com algum objeto, utilizam-se versões identitárias já conhecidas do público, como sua suposta ligação com carnaval, o silicone e a comparação com “mulheres de verdade”. Por mais que as travestis possam assumir as marcas femininas e masculinas, não cabe ao jornal tratá-las da forma como convém ao veículo. Algumas matérias, inclusive, reiteravam que há diferenças no tratamento destes profissionais pela sociedade, diferenciando “mulheres” e “travestis” em determinadas ocasiões de seu trabalho. O jornal, em alguns momentos, pode deixar subentendido que as travestis teriam mais e melhores clientes, diferenciando-os dos garotos e das garotas de programa, inclusive falando sobre serem “os ativos” durante o programa, ou ainda, que “mulheres” não precisam de cafetões e travestis, sim. Todas essas formas de representação reiteram um preconceito e um estigma que as travestis carregam, que mais do que estar entre gêneros, elas seriam profissionais do sexo, sem necessitar que tal fato fosse mencionado, apenas ao dizer “travestis” a ideia já estaria subentendida.

A presença das travestis na mídia também é reproduzida nas matérias jornalísticas, discorrendo sobre sua participação em programas de televisão, quadros feitos para travestis, ao aparecerem em novelas,. No entanto, sua reprodução pode ser feita como algo “extraordinário”, demarcando o caráter de “fora do comum” que as travestis recebem, não alcançando, ainda, a naturalidade em abordar travestis como os demais agentes sociais.

Percebe-se, então, a necessidade de uma busca com mais afinco, tanto da sociedade quanto da mídia, por uma leitura mais abrangente e menos estigmatizada dos indivíduos que compõem o grupo social. Todas as pessoas devem ter uma forma igualitária de representação simbólica não apenas nos veículos de comunicação, mas em todos os espaços sociais para que assim, seja possível ter uma cultura mais igualitária e que abarque a todos sem exclusões e depreciações. A partir de uma leitura mais igualitária, será possível perceber que papéis sociais e determinadas divisões são apenas formas sociais que foram construídas e que necessitam de ser desmistificadas.

No plano da cultura, a sociedade é feita de processos de circulação e entendimento dos materiais simbólicos nela presentes, fazendo com que todos os seus participantes busquem maneiras para que se possa compreender o que nela acontece. Os meios de comunicação recebem um papel neste processo mas também fazem parte de tal processo, uma vez que eles são parte do grupo social e que, também buscam entender o que nele acontece para que possam transmitir ao seu público. No entanto, eles não só ajudam a transmitir e construir imagens simbólicas como também precisam apreendê-las para que seja possível emití-las.

Os veículos podem contribuir para a fixação dos aspectos sociais e identitários das travestis, uma vez que se utilizam de identidades socialmente construídas e disseminadas para abordarem os objetos. Os veículos não criam as representações de maneira autônoma, no entanto, eles são participantes do ciclo de reafirmação das formas simbólicas presentes no corpo social. Desta forma, os grupos sociais minoritários e que já são vítimas de exclusão social continuam com uma visibilidade diminuta ou estigmatizada, pois não há uma adaptação constante as formas com as quais tais grupos devem ser tratados. Mesmo que sejam citados nos veículos, a representatividade nem sempre é identificada.

A construção das matérias vai de acordo com o pensamento já culturalmente conhecido de que os grupos marginalizados e seus participantes podem ser culpabilizados por todo tipo de fato, mesmo quando a situação não depende exclusivamente deles. Utilizam-se visões e formas identitárias que reiteram tais visões, buscando redimir aqueles que são considerados como dentro dos padrões e tem visibilidade com entrevistas e a oportunidade de se justificarem e, em muitos momentos, esquecem-se dos estigmatizados.

Mesmo com as constantes ressignificações culturais e sociais que podem ser percebidas atualmente, nota-se, também, que por mais que elas circulem pelos espaços, sejam discutidas nas redes sociais, abordadas em matérias de televisão e se expandam pelos mais diversos canais, sua incorporação ainda é custosa. Ela é percebida, ela chega aos agentes sociais mas, ao mesmo tempo, há ainda a resistência para que seja utilizada de maneira espontânea. Durante os catorze anos de matérias coletadas, pode-se notar que há o engajamento por parte de alguns jornalistas e colunistas para que se tenha, não só a visibilidade das travestis, mas também, uma visibilidade positiva às travestis, abordando temáticas que saem do lugar comum, que colocam as travestis como indivíduos com direitos e deveres e que não podem ser limitados pelos estigmas historicamente disseminados.

Nota-se que, por mais que as discussões sobre identidade de gênero e sexualidade tenham um percurso que se ampliou ao longo dos anos, as mudanças para que as formas simbólicas mais recentes sejam aderidas ainda passam por obstáculos. As repetições que foram feitas ao longo do

tempo pela mídia, e pelos demais grupos sociais, contribuem para que se tenha resistência e estranhamento as mudanças. Quando grupos socialmente estigmatizados passam a sair dos lugares que foram delimitados por outros grupos e apropriar-se de seu espaço de direito, houveram processos pelos quais a identidade travesti começou a ser disseminada de acordo com a maneira com que as próprias travestis se identificam, no entanto, tais discursos ainda se entrelaçam com as representações já conhecidas, não anulando-as.

Desta forma, a mídia não passou a se utilizar de maneira imediata das formas representativas transmitidas pelas próprias travestis, assim como a sociedade também não o fez. Sendo reflexo dos discursos hegemônicos, ainda que seja possibilitada a polifonia, fica perceptível que as representações e formas simbólicas que já circulavam há tempos no corpo social, continuam sendo utilizadas. Por mais que a midiatização permita que meios e demais grupos tenham acesso a diferentes vozes, nota-se que o modelo já conhecido, continua a ser o mais utilizado, havendo alguns momentos em que são utilizadas as formas que as travestis preferem.

Nestes termos, postula-se a importância da mídia e das representações identitárias por ela adotadas como um importante elemento constitutivo das relações de poder engendradas entre os diferentes agrupamentos sociais, inclusive entre a comunidade de sujeitos travestis e a sociedade abrangente

4. Considerações Finais

Este trabalho tinha como uma de suas principais questões a compreensão de como o contínuo emprego de formas simbólicas sobre as travestis, representações estas que resultam de um longo caminho sendo estigmatizadas e tratadas com preconceito, resultaria em discursos jornalísticos que reiterariam e contribuiriam para o progressivo uso de uma mesma imagem das travestis.

A reiteração e circulação de uma mesma forma simbólica, tanto pela sociedade quanto pelos veículos comunicacionais, neste caso, a representação das travestis, inclusive com as tecnologias que permitem que os ciclos ocorram de maneira mais expansiva, torna possível o contato com as ressignificações sociais e culturais. No entanto, apenas quando há a ruptura dos padrões por todos os agentes sociais - tanto sociedade quanto meios de comunicação - é que os ciclos podem modificar o contrato formado; do contrário, há as ressignificações e há a continuação no uso das formas vigentes. O contrato comunicacional se constitui em um rico espaço de negociações em que existe uma tensão básica e é a partir do gerenciamento desta tensão, que há a abertura para a

possibilidade do debate democrático e das resoluções e soluções para que a circulação de formas simbólicas não seja limitada por normatizações e pelo senso comum.

A midiatização colabora para que haja a ressignificação constante das formas simbólicas e para a flexibilização do contrato entre meios de comunicação e sociedade, uma vez que, com o ciclo comunicacional podendo ocorrer de maneira mais ágil e eficiente, as ressignificações podem estar em constante movimento, contribuindo para que a própria sociedade note quais representações necessitam ser reavaliadas e agindo a favor da visibilidade e da igualdade social. O contrato comunicacional pode beneficiar uma constante busca por representações que estejam de acordo com a cultura e identidade de um grupo, e não, apenas para a transmissão de fatos de forma mecânica.

Foi possível unir conceitos popularmente disseminados com teorias que os comprovassem, ou não, tanto sobre comunicação quanto sobre o percurso das travestis. Ao analisar as matérias da perspectiva teórica, foi possível constatar quantos elementos podem, de fato, influenciar na produção de uma matéria jornalística, quantas tensões estão presentes na sociedade que podem refletir diretamente na maneira como um discurso é construído. Diversos componentes são importantes e os veículos precisam selecioná-los, ficando claro quando a matéria analisada de forma aprofundada, como a seleção das vozes que serão citadas - mesmo que nem sempre os veículos consigam que todos os envolvidos em um fato deem suas versões -, quem será o ator principal da matéria, como a ação será descrita. Todos estes detalhes são importantes, tanto no momento da escrita, quanto no momento em que a matéria chega em seu público. O contrato midiático torna-se perceptível quando examina-se um discurso jornalístico, nota-se se o discurso popularmente conhecido está ali contido.

Já ao ler as matérias após a leitura do histórico das travestis na sociedade, nota-se como elas tem passado por um percurso longo de estabelecimento de suas figuras como agentes sociais ativos e participantes da sociedade que, assim como os demais, tem qualidades e defeitos e podem estar presentes em todos os tipos de situação, não podendo ser relacionadas apenas a ações que as estigmatizam ou as vinculam com preconceitos e violências, apesar de serem constantemente representadas de tal forma.

Mesmo com as ressignificações que nota-se que a cultura passou, com mudanças sociais de diversas ordens, ainda sim, determinadas representações tem seu uso contínuo. Ao longo dos catorze anos de matérias coletadas e analisadas, foi possível notar mudanças que ocorreram nos discursos disseminados, principalmente no que diz respeito às temáticas em que as travestis eram inseridas. Inicialmente, as matérias tinham conteúdos mais “pesados”, as inserindo, principalmente, em contextos sobre violência, prostituição, discursos estigmatizantes, com enquadramento mais

geral, dentro da sigla LGBT, ou então, como personagens de filmes, documentários, podendo “distanciar” as travestis dos demais grupos, como se elas estarem nesses contextos as afastassem do convívio social.

Ao analisar a temporalidade e as mudanças culturais, é perceptível que ao longo de catorze anos, período que, imagina-se, é longo o suficiente para que ocorram inúmeras mudanças culturais e sociais, não se percebe tal fato efetivamente. Pensa-se que a sociedade passa por transformações de maneira tão constante que seus agentes não conseguem acompanhar tudo o que ocorre a sua volta. No entanto, por mais que possam ter diversos indícios de mudanças nas representações das travestis, como, por exemplo, a presença de discursos buscando igualdade nas redes sociais, a mudança discursiva e simbólica não está sendo de fato aplicada.

Pode-se perceber, também, que nem sempre o tempo configura a justificativa para as mudanças, podendo-se perceber que o autor das matérias também pode influenciar na maneira como a representação é feita. Uma das hipóteses iniciais da pesquisa era que, pelo percurso que as travestis vinham tendo, até então, na sociedade, pela resistência existente na sociedade a aberturas, pelos fatores culturais muito presentes, como o machismo e por existirem menos recursos para visibilidade e para a disseminação de discursos de diversas naturezas. No entanto, uma das matérias do ano 2000, o inicial da pesquisa, citava as travestis como sendo mulheres, e nos demais anos de matérias, conforme a midiaticização aumentava, o uso de formas estigmatizantes ainda continuou acontecendo, mostrando que a cultura de cada autor também influencia, não apenas o tempo e o acesso aos meios e discursos.

Mesmo que a a mídia possibilite a polifonia, ela continua sendo seletiva, ocasionando em um processo de mudança demorado. Ainda é incomum ter acesso as suas falas e, quando são utilizadas, nem sempre é de forma igualitária as falas dos demais indivíduos. Podendo mostrar dificuldade dos veículos em expor suas vozes e, quando o fazem, tendem a ser em temáticas polêmicas.

Por mais que hajam mudanças nos discursos jornalísticos e nos demais discursos sociais, principalmente no que diz respeito as temáticas que abordam as travestis e LGBTs, havendo, sim, o aumento na visibilidade e nas formas simbólicas que buscam estar de acordo com as mudanças ocorridas nos contextos sociais, abordando temas como o uso do nome social ou sobre a busca por empregos, ainda assim, são utilizados elementos que as representam da forma com que foi normalizado pela sociedade.

Desta forma, ao compreender os meios de comunicação como ferramentas ativas das tensões e relações de poder, que trabalham juntamente com o restante da sociedade para que as

ressignificações sociais circulem de maneira expansiva, podendo alcançar grupos diversos, compreende-se que, assim como os demais grupos, a mídia não adere as mudanças simbólicas de maneira imediata, sendo necessário tempo e outros processos para que as mudanças sociais façam-se presentes em seus discursos. Configurando a dificuldade social para entrar em acordo e se acostumar com os processos sociais que modificam representações já normalizadas.

5. Referências Bibliográficas

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 4a Edição. Portugal: Edições 70. 2009. CONEXÃO
- BENEDETTI, M. R. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia : dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo : Paulus, 2006.
- BRAGA, J. L. **Circuitos versus campos sociais** *In* Mediação & Miatização / Jeder Janotti Junior, Maria Ângela Mattos, Nilda Jacks, Organizadores ; prefácio, Adriano Duarte Rodrigues. - Salvador : EDUFBA ; Brasília : Compós, 2012.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 14a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BREED, W. Controlo social na redação. Ima análise funcional. *In* **Jornalismo**: Questões, teorias e <<Estórias>>. Organização de Nelson Traquina. 2a. edição. Vega, 1999.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. *In* Cadernos Pagu, janeiro/ junho, 2014.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos**: Conflitos multiculturais da globalização. 4a edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- CASTLE, T. **A cultura do travesti**: sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século. *In* Submundos do sexo no Iluminismo. Organizado por G. S. Rousseau E Roy Porter; tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- CHRISTOFOLETTI, R.; PUFF, J. Direitos Humanos nos jornais: um caso de tratamento epidérmico. Anais do IV Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução Viviane Ribeiro. 2a Edição. Bauru: Edusc, 2002.
- DIAS, D. M. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. *Cadernos pagu* (43), julho-dezembro, 2014
- FLAUSINO, M. C. Mídia, sexualidade e identidade de gênero. In XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro, 2002. Disponível em: < [http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/7789680175130545946076454673496728979 .pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/7789680175130545946076454673496728979.pdf) >
- FOUCAULT, M. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23a ed., São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- _____. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 1a ed. São Paulo: paz e Terra, 2014.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. Tradução Álvaro Cabral. 3a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In **Modernização Reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash; tradução de Magda Lopes; Revisão técnica de Cibele Saliba Rizek. 2a. edição. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A. 1988.

HALL, S. A identidade cultural na pós modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 4a ed. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

_____. Cultura e Representação. Organização e Revisão: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio: Apicuri, 2016.

JODELET, D. As representações Sociais. Tradução, Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KULICK, D. **Travesti**: Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Tradução Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LEITE Jr., J. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias " travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: annablume, FAPESP, 2011

LE BRETON, D. Antropologia do corpo e modernidade; tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. 3a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Adeus ao Corpo**: Antropologia e sociedade. Tradução Marina Appenzeller, 6a edição. Campinas, Sp: Papirus.

LOPES, L. C. Artefatos de memória e representações nas mídias. Revista Ciberlegenda, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <<http://www.proppi.uff.br/ciberlegenda/>>

_____. **O culto às mídias**: interpretação, cultura e contratos. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: das afinidades políticas às tensões teórico-metodo- lógicas. Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46. 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46> >

MARTINO, L. M.S. **Comunicação & Identidade**: quem você pensa que é?. São Paulo: Paulus, 2010.

MISKOLCI, R. Reflexões sobre normalidade e desvio social. Revista Estudos de Sociologia. Araraquara, 13/14, 2002/2003.

_____. Do Desvio às Diferenças. Revista Teoria & Pesquisa. Julho/ Dezembro de 2005.

_____. **A Teoria *Queer* e a Sociologia:** O desafio de uma analítica da normalização. In Revista Sociologias, ano 11, número 21. Porto Alegre, 2009. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/868/86819550008/>>

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. **Fora do sujeito e fora do lugar:** Reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. Revista Gênero. V. 7, No. 2. Niterói, 2007.

MOTTA, L. G. **Teoria da notícia:** as relações entre o real e o simbólico. **O jornal:** Da forma ao sentido. Maurice Mouillaud; Sérgio Dayrell Porto, [Organizador]; Sérgio Grossi Porto, tradução. - 3. ed. rev. ampl. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

PELÚCIO, L.M. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. Revista Antropológicas, ano 8, volume 15, Pernambuco, 2004.

PELÚCIO, L. “Toda quebrada na plástica” - Corporalidade e Construção de gênero entre travestis paulistas. In Campos - Revista de Antropologia Social, 2005.

RODRIGUES, A. D. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In **O jornal:** Da forma ao sentido. Maurice Mouillaud; Sérgio Dayrell Porto, [Organizador]; Sérgio Grossi Porto, tradução. - 3. ed. rev. ampl. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, H. R. S. **Travestis:** entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVEIRINHA, M. J. **Democracia e Reconhecimento:** Repensar o Espaço Público. In Comunicação e Cultura das minorias. Raquel Paiva; Alexandre Barbalho (orgs.) São Paulo: Paulus, 2005.

SOUZA, L.A.F. Dilemas e hesitações Da modernidade tardia e a emergência Da sociedade de controle. In Mediações Revista de Ciências Sociais. Volume 15, número 2. Londrina, 2010. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8227/7156>>

VERÓN, E. A produção de sentido. Tradução de Alceu Dias Lima ...[et al]. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo. 1980

6. Referências Jornalísticas

Alexandre Pato defende Ronaldo e diz que jogador é seu ídolo. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 30 de abril de 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2008/04/397325-alexandre-pato-defende-ronaldo-e-diz-que-jogador-e-seu-idolo.shtml>>

ALVES, M. Polícia prende suspeito de manter 11 travestis em cárcere em SP. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 20 de outubro de 2011. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/10/993656-policia-prende-suspeito-de-manter-11-travestis-em-carcere-em-sp.shtml>>

AOQUI, C.; BARBOZA, N. Butantã "sacode" no ritmo dos caminhões; Folha de S. Paulo; Caderno Imóveis, 20 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/imoveis/ci2010200202.htm>>

BELCHIOR, L. Após bate-boca com travestis, Ronaldo vai para delegacia no Rio, !, Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 28 de abril de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2008/04/396571-apos-bate-boca-com-travestis-ronaldo-vai-para-delegacia-no-rio.shtml>>

_____. Travestis mentiram para ganhar 15 minutos de fama, diz advogado. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 07 de maio de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u399602.shtml>>

BERABA, M. Ordem e Moral. Folha de S. Paulo; Caderno Opinião; 11 de maio de 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1105200106.htm>>

BERGAMASCO, D. Faixa-fantasma afasta clientela de prostitutas em bairro nobre de SP; Caderno Cotidiano; 10 de outubro de 2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1010200731.htm>>

BERGAMO, M. Aqui Não. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada; 09 de maio de 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0905200502.htm>>

_____. "Ronaldo caiu na mesma cilada que eu". Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 10 de maio de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1005200806.htm>>

Brasileiras dominam prostituição em Coimbra, diz jornal; Folha de S. Paulo; Caderno BBC Brasil; 30 de janeiro de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2008/01/368102-brasileiras-dominam-prostitucao-em-coimbra-diz-jornal.shtml>>

BUMMILER, E. Elogio ao Egito gera críticas a Laura Bush. Folha de S. Paulo; Caderno Mundo, 08 de junho de 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0806200520.htm>>

CALLIGARIS, C. Acusação sem endereço; Folha de S. Paulo; Caderno Mais, 23 de janeiro de 2000. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2301200008.htm>>

_____. Artigo: O casamento gay e a volta da intolerância. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada, 21 de agosto de 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u36039.shtml>>

_____. Transexuais, travestis e afins. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada, 15 de maio de 2003. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1505200325.htm>

CÂMARA, L. A. Prisões no RN. Folha de S. Paulo; Caderno Opinião. 4 de dezembro de 2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0412200710.htm>>

CAMARGO, C. Travesti lança candidatura em São João da Boa Vista. Folha de S. Paulo; Caderno Folha Campinas. 30 de julho de 2000. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm3007200003.htm>>

CARDOSO, L. F. Maringá tem Marcha para Jesus e Parada Gay neste final de semana. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 19 de maio de 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/>>

cotidiano/2012/05/1092808-maringa-tem-marcha-para-jesus-e-parada-gay-neste-final-de-semana.shtml>

CARMO, M. Buenos Aires contrata ex- prostitutas para combater prostituição infantil. Folha de S. Paulo; Caderno BBC Brasil. 27 de maio de 2009. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2009/05/572289-buenos-aires-contrata-ex-prostitutas-para-combater-prostituicao-infantil.shtml>>

CARRARA, S. Crimes refletem preconceito de boa parte da população. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 6 de julho de 2010. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0607201021.htm>>

CASTRO, D. Sobrevivendo no INFERNO. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 29 de maio de 2005. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2905200507.htm>>

_____. Televisão. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 3 de setembro de 2004. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0309200434.htm>>

CAVERSAN, L. Nosso destino está nas mãos das mulheres. Folha de S. Paulo; Caderno Brasil. 16 de agosto de 2000. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1608200025.htm>>

Com repórter se "prostituindo", "A Liga" tem melhor ibope desde a estreia. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada, 16 de junho de 2010. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2010/06/752216-com-reporter-se-prostituindo-a-liga-tem-melhor-ibope-desde-a-estreia.shtml>>

CONY, C. H. Perguntas não-inocentes. Folha de S. Paulo; Caderno Opinião; 7 de agosto de 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0708200805.htm>>

CORREA, V., GAMA, M. Travesti morre após ser arrastado por carro na zona sul, Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano, 8 de outubro de 2012. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/70815-travesti-morre-apos-ser-arrastado-por-carro-na-zona-sul.shtml>>

COUTO, J. G. "É Tudo Verdade": Julliu's Bar desvenda universo GLS na Baixada. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 6 de abril de 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u12415.shtml>>

_____. Os bezerrões. Folha de S. Paulo; Caderno Esporte. 3 de maio de 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0305200808.htm>>

Curso para travesti une alfabetização e estética. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 10 de junho de 2003. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u76527.shtml>>

CYPRIANO, F. Exibição de fita nazista polemiza festival. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 11 de novembro de 2000. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u6281.shtml>>

Dez são presos por aliciar e traficar travestis. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 19 de outubro de 2006. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1910200620.htm>>

DIANNI, C. Globalização leva à aceitação de travestis, afirma Florencia de la V. Folha de S. Paulo; Caderno Mundo. 26 de setembro de 2004. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2609200412.htm>>

_____. Travesti vira celebridade na TV argentina. Folha de S. Paulo; Caderno Mundo. 26 de setembro de 2004. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2609200411.htm>>

DURAN, S. Edifício Copan será reformado e deverá alojar um centro cultural. Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano; 31 de janeiro de 2001. Disponível em <

_____. Área nobre de SP faz obra antiprostituição; Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano; 15 de fevereiro de 2003. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u68996.shtml>>

Economista é preso por matar travesti; Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano, 17 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u40685.shtml>>

FERRAZ, R. G., Ronaldo. Folha de S. Paulo; Caderno Opinião. 1 de maio de 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0105200810.htm>>

FLOR, A., Após crítica, Brasil reconhece que tráfico humano é problema grave; Folha de S. Paulo; Caderno Mundo, 16 de junho de 2004. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1606200408.htm>>

GABEIRA, F. O outro lado do rio; Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada, 09 de abril de 2005. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0904200531.htm>>

GANCIA, B. Em defesa do Fenômeno. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 02 de maio de 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0205200809.htm>>

_____. Viaje a seu risco e perigo; Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano; 29 de fevereiro de 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2902200803.htm>>

HENNEMANN, G. Transexuais e travestis podem usar nomes sociais em documentos na federal do AP. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 7 de outubro de 2009. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/10/635095-transexuais-e-travestis-podem-usar-nomes-sociais-em-documentos-na-federal-do-ap.shtml>>

ITALIANI, R. Bairros da periferia de SP convivem com ruas escuras. Folha de S. Paulo; Caderno Agora. 1o de outubro de 2012.

LAGE, A. Moradores do Butantã pretendem expulsar travestis de ruas do bairro. Folha de S. Paulo. Caderno Cotidiano. 3 de dezembro de 2004. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0312200431.htm>>

MARIA, E., Homossexuais querem reunir 100 mil hoje. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 25 de junho de 2000. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2506200010.htm>>

MARQUES, C., Ministério Público Federal pede cassação da Rede TV!. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 24 de outubro de 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u54556.shtml>>

MENA, F., Ex-preso luta por visita íntima a travesti. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano, 06 de dezembro de 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0612200413.htm>>

Milan prefere não comentar polêmica envolvendo Ronaldo e travestis. Folha de S. Paulo; Caderno Esporte. 29 de abril de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2008/04/396882-milan-prefere-nao-comentar-polemica-envolvendo-ronaldo-e-travestis.shtml>>

PAIVA, M. R., Livro "Os Vermes" traz à tona os bastidores do poder; Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada, 9 de setembro de 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u3994.shtml>>

"Parágrafo 175" ganha prêmio no Festival de Cinema Mix Brasil 2000, Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 22 de novembro de 2000. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u6756.shtml>>

PEREIRA JUNIOR, A., Namorada abandona Ronaldo, após escândalo. Folha de S. Paulo; Caderno Folha Online. 30 de abril de 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/zapping/ult3954u397059.shtml>

Perfil do cliente é bem abrangente; Folha de S. Paulo. Caderno: Folha Ribeirão, 12 de novembro de 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1211200002.htm>>

Polícia procura serial killer que usa disfarce de enfermeira no México. Folha de S. Paulo; Caderno Mundo, 28 de outubro de 2005. Disponível <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89032.shtml>>

PONDE, F., Ontologia leviana dos seios; Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada, 14 de novembro de 2011. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/8863-ontologia-leviana-dos-seios.shtml>>

População é ignorada pelo censo. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 23 de fevereiro de 2004. Disponível <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2302200440.htm>>

Prefeitura dá carteira a travestis. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano Folha Campinas. 2 de junho de 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u95125.shtml>>

Profissional do sexo fica mais vulnerável à violência, diz polícia de Ribeirão Preto. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano Ribeirão Preto. 23 de março de 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/03/1429418-profissional-do-sexo-fica-mais-vulneravel-a-violencia-diz-policia-de-ribeirao-preto.shtml>>

Prostituição ameaça publicitária. Folha de S. Paulo; Caderno Imóveis; 2 de janeiro de 2000. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/imoveis/ci0201200005.htm>>

Prostituição no centro é 24 h ao dia; Folha de S. Paulo. Caderno: Folha Ribeirão; 12 de novembro de 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1211200015.htm>>

RODRIGUES, F. Travestis e transexuais ganham ambulatório exclusivo em SP. Folha de S. Paulo; Caderno Multimídia. 11 de junho de 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/ult10065u579092.shtml>>

Sexo foi termo mais procurado no site de busca Radix em 2001. Folha de S. Paulo; Caderno Tec. 25 de fevereiro de 2002. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u9346.shtml>>

Silvio Santos constrange Bárbara Paz no "Qual É a Música?". Folha de S. Paulo; Caderno FolhaOnline. 10 de fevereiro de 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u21192.shtml>>

SIMÃO, J. Nike lança chuteira com três travas!. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 07 de maio de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0705200803.htm>>

_____. Socorro! Meu cachorro se chama Bingo!, Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 29 de fevereiro de 2004. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2902200403.htm>>

_____. Ueba! Ronaldo bate bola na traveca!. Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada. 30 de abril de 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3004200803.htm>>

"Só saio daqui para a Itália", afirma travesti; Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano; 22 de junho de 2003. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u77182.shtml>>

Suspeito de tráfico de pessoas é preso em SP; 51 travestis são encontrados. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano. 9 de junho de 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292289-suspeito-de-traffic-de-pessoas-e-preso-em-sp-51-travestis-sao-encontrados.shtml>>

TOLEDO, M. Ronaldo se envolve em confusão com travestis. Folha de S. Paulo; Caderno Esporte. 29 de abril de 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2904200807.htm>

TOMAZ, K.; PAGNAN, R. Presas são vítimas de abuso em 5 Estados, diz relatório. Folha de S. Paulo. Caderno Cotidiano, 6 de novembro de 2007. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2611200701.htm>>

Travesti ainda tem cafetão; mulher, não; Folha de S. Paulo. Caderno: Folha Ribeirão; 12 de novembro de 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1211200011.htm>>

Travestis aumentam risco de Aids. Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano. 29 de abril de 2001. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2904200121.htm>>

Travesti diz que não sai do local; Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano; 15 de fevereiro de 2003. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1502200303.htm>>

Travestis "superam" as mulheres na noite; Folha de S. Paulo. Caderno: Folha Ribeirão, 12 de novembro de 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1211200010.htm>>

Turquia reprime prostituição de homossexuais, transexuais e travestis; Folha de S. Paulo; Caderno Mundo, 17 de novembro de 2000. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u12879.shtml>>

WASSERMANN, R. Ser gay é crime em 70 países, diz Anistia. Folha de S. Paulo; Caderno Mundo, 23 de junho de 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2306200108.htm>>

Zona Sul: Travesti é morto na Av. Indianópolis. Folha de S. Paulo; Caderno Cotidiano, 27 de junho de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2706200814.htm>>

7. Anexos

7.1. Tabela das matérias analisadas na temática **Marginalidade**

Mês/ Dados	Título	Data	Caderno	Autor	Tema	Classificação
1. Novembro	Travestis "superam" as mulheres na noite	12/11/2000	Ribeirão	Folha Ribeirão	Travestis conseguiriam mais programas do que prostitutas cisgênero.(uso do masculino)	Prostituição
2. Novembro	Prostituição no centro é 24 h ao dia	12/11/2000	Ribeirão	Folha Ribeirão	Ribeirão preto tem prostituição todos os horários do dia em diversas áreas, principalmente no centro da cidade. (uso do masculino)	Prostituição
3. Novembro	Travesti ainda tem cafetão; mulher, não	12/11/2000	Ribeirão	Folha Ribeirão	Travestis sofrem com cafetões, tendo que morar na casa de algum gigolô e dividindo parte de seu ganho. (uso do masculino)	Prostituição
4. Novembro	Perfil do cliente é bem abrangente	12/11/2000	Ribeirão	Folha Ribeirão	Diversas áreas da cidade têm pontos de prostituição e os perfis de clientes são os mais variados, Grande parte do público prefere travestis para fazer programa. (uso do masculino)	Prostituição

5. Janeiro	Edifício Copan será reformado e deverá alojar um centro cultural	31/01/2001	Cotidiano	Sérgio Duran	Famoso edifício paulistano passou por grande reforma após 50 anos de sua existência. Um dos blocos era famoso por ser ponto de prostituição. As garotas de programa e travestis continuam no prédio e seguem normas de convivência	Convívio social
6. Janeiro	Prostituição ameaça publicitária	02/01/2000	Imóveis	Reportagem Local	Moradora quer dispersar prostitutas de região de São Paulo. OBS: não há a voz das prostitutas e travestis, só da moradora. (uso do masculino)	Prostituição
7. Maio	Ordem e moral	11/05/2001	Opinião	Marcelo Beraba	Autor fala sobre a ação de prefeito no RJ para “inibir” o turismo sexual. Prefeito disse que exporia a placa do carro e multaria quem parasse na orla da Avenida Atlântica para combinar preço e programa com travestis e prostitutas.	Prostituição/Sociedade

8. Agosto	Perguntas não-inocentes	07/08/2008	Opinião	Carlos Heitor Cony	Colunista aborda sobre as autoridades do Rio que estão "preocupadas com a devassidão provocada por travestis e prostitutas". Pretendem fotografar placas de carros daqueles que as procuram e que isso é não tem sentido. (uso do masculino)	Sociedade/ Prostituição
9. Fevereiro	Sexo foi termo mais procurado no site de busca Radix em 2001	25/02/2002	Tec	Folha Online	Levantamento de site concluiu que a palavra sexo foi a mais procurada em site de buscas, e palavras que seriam relacionadas a sexo, entre elas travestis, foi a 2a palavra mais buscada	estigmatizaçã o
10. Junho	"Só saio daqui para a Itália", afirma travesti	22/06/2003	Cotidiano	Reportagem Local	Travestis não desejam sair da Frei Caneca pois lá tem liberdade de serem quem são, apesar do preconceito de homossexuais com travestis. Só sairiam para ir para o exterior.	Sociedade
11. Fevereiro	Área nobre faz obra antiprostituição	15/02/2003	Cotidiano	Sérgio Duran	Moradores de área nobre em SP iniciaram obras de um projeto arquitetônico com objetivo de coibir a prostituição e a violência. O objetivo é tornar as calçadas uma área anti garotas de programa e travestis.	Prostituição

12. Fevereiro	Travesti diz que não sai do local	15/02/2002	Cotidiano	Reportagem Local	Travesti fala que não pretende parar de trabalhar na região de Sp. Conta que há um grupo de travestis que assalta e que cobra multa.	Prostituição
13. Dezembro	Moradores do Butantã pretendem expulsar travestis de ruas do bairro	03/12/2004	Cotidiano	Amarílis Lage	Moradores do Butantã querem expulsar travestis e garotas de programa da região.	Sociedade/ Prostituição
14. Maio	Mônica Bergamo/ Aqui não	09/05/2005	Ilustrada	Mônica Bergamo	Presidente de Associação de moradores do Butantã se reuniu com comerciantes para mandarem um ofício pedindo reforço no policiamento do bairro pois "prostitutas são atrevidas e travestis um problema".	Prostituição
15. Outubro	Dez são presos por aliciar e traficar travestis	19/10/2006	Cotidiano	Agência Folha	Preso grupo de pessoas por tráfico internacional de travestis.	Prostituição
16. Outubro	Faixa-fantasma afasta clientela de prostitutas em bairro nobre de SP	10/10/2007	Cotidiano	Daniel Bergamasco	Foram penduradas faixas com dizeres "motorista da noite, sua placa está sendo filmada" em região de SP na tentativa de afastarem clientes de garotas de programa e travestis. Moradora diz que "os travestis fazem barulho" (Uso do masculino)	Prostituição

17. Janeiro	Brasileiras dominam prostituição em Coimbra, diz jornal	30/01/2008	BBC Brasil	BBC Brasil	Mercado da prostituição em Coimbra tem sido dominado por brasileiras. Duas travestis foram entrevistadas e contam que deixaram o Brasil para ganharem dinheiro rápido em Portugal (uso do masculino)	Prostituição
18. Fevereiro	Viaje a seu risco e perigo	29/02/2008	Cotidiano	Barbara Gancia	Estudante foi barrada em conexão para a Espanha. A fama dos brasileiros na europa não seria boa pois eles são “capazes de tudo”. Travestis se prostituem na Itália e na França.	Prostituição
19. Maio	Buenos Aires contrata ex-prostitutas para combater prostituição infantil	27/05/2009	BBC Brasil	Marcia Carmo	Governo da cidade de Buenos Aires contratou ex-garotas de programa para fazer parte de projeto para ajudar no combate à prostituição infantil. Previsão era de que mais 10 mulheres e 5 travestis fossem contratadas para integrar a equipe.	Prostituição
20. Junho	Com repórter se "prostituindo", "A Liga" tem melhor ibope desde a estreia	16/06/2010	Ilustrada	São Paulo	Programa com temática sobre prostituição teve entrevista com travestis	Prostituição/ Televisão
21. Outubro	Polícia prende suspeito de manter 11 travestis em cárcere em SP	20/10/2011	Cotidiano	Martha Alves	Travesti que era suspeita de manter outras 11 em cárcere privado foi presa. (Uso do Masculino)	Prostituição/ Polícia

22. Outubro	Bairros da periferia de SP convivem com ruas escuras	01/10/2012	Agora	Rafael Italiani	Bairros de SP têm problema de iluminação e moradores reclamam da presença de travestis e prostitutas que fazem programa dentro dos carros.	Prostituição
23. Junho	Suspeito de tráfico de pessoas é preso em SP; 51 travestis são encontrados	09/06/2013	Cotidiano	Colaboração para a Folha	Suspeito de tráfico de pessoas foi preso após acharem travestis presas em casa.	Crime/ Prostituição
24. Março	Profissional do sexo fica mais vulnerável à violência, diz polícia de Ribeirão Preto	23/03/2014	Cotidiano Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Matéria aborda a violência sofrida por travestis e garotas de programa cisgênero	Prostituição/ Violência

7.2. Tabela das matérias analisadas na temática **Estigmas e Preconceito**

Mês/ Dados	Título	Data	Caderno	Autor	Tema	Classificação
1. Novembro	Turquia reprime prostituição de homossexuais, transexuais e travestis	17/11/2000	Mundo	France Presse Istambul	Travestis são vistas como garotas de programa e pessoas que poderim ter doenças sexualmente transmissíveis. (Uso do masculino)	Travestis ligadas a prostituição
2. Setembro	Livro "Os Vermes" traz à tona os bastidores do poder	09/09/2000	Ilustrada	Marcelo Rubens Paiva	Travestis que participaram de uma festa, sendo consideradas pessoas festeiras, e que ficam do lado do inimigo" havendo dúvida sobre sua índole	Estigmas e Preconceito
3. Novembro	Economista é preso por matar travesti	17/11/2001	Cotidiano	Do "Agora"	Homem foi assaltado por duas travestis e matou uma. Sua mulher justificou o ato dizendo que travestis cometem crimes e se masturbam próximo a sua casa.	Violência
4. Abril	Travestis aumentam risco de Aids	29/04/2001	Cotidiano	Júlio (não consta sobrenome)	40% das travestis que se prostituem em SP seriam portadoras do vírus HIV. Matéria faz confusão entre identidade de gênero e orientação sexual.	Prostituição/ Saúde

5. Outubro	Butantã "sacode" no ritmo dos caminhões	20/10/2002	Imóveis	Aoqui, C. e Barboza, N.	Bairro do Butantã estava sofrendo com o tráfego de caminhões. Mas também com a prostituição e o que "decorre dela"	Prostituição
6. Fevereiro	Socorro! Meu cachorro se chama Bingo!	29/02/2004	Ilustrada	José Simão	Colunista fala que o mais engraçado do carnaval são as travestis com corpos esculturais e voz de "Pato Donald"	Tentativa de humor com minorias
7. Dezembro	Ex-preso luta por visita íntima a travesti	06/12/2004	Cotidiano	Fernanda Mena	Homem luta para poder fazer visita íntima a sua companheira travesti. Associações de travestis buscam ajudá-lo	Sociedade
8. Junho	Após crítica, Brasil reconhece que tráfico humano é problema grave	16/06/2004	Mundo	Sucursal de Brasília	Matéria fala sobre a gravidade do tráfico humano, que ele é crime e que muitas travestis são atraídas por ofertas fora do país e acabam exploradas. (Uso do masculino)	Violência
9. Abril	O outro lado do rio	09/04/2005	Ilustrada	Fernando Gabeira	pouco se fala sobre travesti morta em chacina	Violência
10. Janeiro	Acusação sem endereço	23/01/2000	Mais	Contardo Calligaris	Psicanalista rebate crítica e usa travesti como forma de comparação	Sociedade/ Uso como comparativo

11. Novembro	Presas são vítimas de abuso em 5 Estados, diz relatório	26/11/2007	Cotidiano	Kleber Tomaz e Rogério Pagnan	Relatório mostra a situação de abuso e violência das presas em 5 estados. No Rio Grande do Norte e Bahia mulheres dividem cela com travestis e adolescentes homens, Em Mossoró travestis são presas com mulheres pois não são aceitas pelos presos.	Violência
12. Novembro	Painel do Leitor/ prisões no RN	04/12/2007	Opinião	Leonardo Arruda Câmara	Secretário da Justiça e da Cidadania do RN responde que relatório não mostra informações verdadeiras.	Violência
13. Outubro	Travesti morre após ser arrastado por carro na zona sul	08/10/2012	Cotidiano	Vanessa Correa e Marina Gama	Travesti morreu após ser arrastada	Violência
14. Novembro	Ontologia leviana dos seios	14/11/2011	Ilustrada	Luiz Felipe Ponde	Colunista fala sobre beleza artificial e colocar silicone e que travestis se “gozam de cirurgias de mudança de sexo, porque mulheres não deveriam ter o direito de ficarem mais belas”	Sociedade/ Comparação
15. Agosto	Artigo: O casamento gay e a volta da intolerância	21/08/2003	Ilustrada	Contardo Calligaris	Texto sobre casamento homossexual, desaprovação por parte de americanos	Crítica/ Direitos Humanos

16. Junho	Elogio ao Egito gera críticas a Laura Bush	08/06/2005	Mundo	Elizabeth Hummiller	comparação entre governos	Sociedade/ Uso como comparativo
17. Outubro	Polícia procura serial killer que usa disfarce de enfermeira no México	28/10/2005	Mundo	Folha Online	Polícia mexicana procura por serial killer que se veste de mulher para cometer crimes. A polícia tirou impressões digitais de travestis e transexuais e as tratou com violência. O texto utiliza-se do masculino mesmo com a entrevistada usando o artigo feminino para se referir às travestis	Polícia
18. Junho	Zona Sul: Travestis é morto na av. indianópolis	27/06/2008	Cotidiano		Travesti foi morta em SP. Suspeita é de que criminoso seja agenciador de travestis mas pode ser também por intolerância. (uso do masculino e do nome de registro)	Violência
19. Maio	Nike lança chuteira com três travas!	07/05/2008	Ilustrada	José Simão	Colunista faz ironia com a confusão de Ronaldo com travestis (uso do masculino)	Tentativa de humor com minorias/ Famosos
20. Julho	Crimes refletem preconceito de boa parte da população	06/07/2010	Cotidiano	Sérgio Carrara	Pesquisa reflete preconceito com LGBTs	T em LGBT/ Violência

7.3. Tabela das matérias analisadas na temática **Destaque na Mídia**

Mês/ Dados	Título	Data	Caderno	Autor	Tema	Classificação
1. Abril	Após bate-boca com travestis, Ronaldo vai para delegacia no Rio	28/04/2008	Cotidiano	Luisa Belchior	Jogador Ronaldo se envolveu em discussão com 3 travestis em motel no RJ. Ronaldo contratou travesti "acreditando que fosse mulher", ela chamou outras 2 amigas e quando Ronaldo percebeu que eram travestis dispensou o serviço. Versões diferentes entre eles.	Violência/ Famosos
2. Abril	Ronaldo se envolve em confusão com travestis	29/04/2008	Esporte	Malu Toledo	Matéria sobre confusão de Ronaldo com travestis em motel. Matéria compara a situação com a de ator da Globo.	Violência/ Famosos
3. Abril	Milan prefere não comentar polêmica envolvendo Ronaldo e travestis	29/04/2008	Esporte	Ansa	Time de Ronaldo, Milan, declarou que não comentaria o caso de seu envolvimento com travestis por ser uma questão pessoal do jogador.	Violência/ Famosos
4. Abril	Namorada abandona Ronaldo, após escândalo	30/04/2008	Colunista Zapping Alberto Pereira Jr.	Alberto Pereira Jr.	Nota conta que a namorada de Ronaldo deixou a casa deles após o envolvimento do jogador com travestis.	Fofoca
5. Maio	Painel do leitor/ Ronaldo	01/05/2008	Opinião	Ronaldo Gomes Ferraz	Leitor dá sua opinião sobre caso do jogador, falando sobre as desagradáveis consequências de sua "farra com travestis".	Opinião/ Violência/ Famosos

6. Maio	Travestis mentiram para ganhar 15 minutos de fama, diz advogado	07/05/2008	Cotidiano	Luisa Belchior	Travestis de situação com Ronaldo mentiram para terem 15 minutos de fama segundo seu próprio advogado. Ele também negou que houve coação ou acordo para que elas mudassem sua versão.	Famosos/ Prostituição
7. Maio	Em defesa do Fenômeno	02/05/2008	Cotidiano	Barbara Gancia	Colunista defende o jogador com a justificativa de que “todos fazem bobagens” e que teve vontade de pegá-lo no colo ao vê-lo com cara de coitado na tv, usando como justificativa ele ser homem.	Violência/ Famosos/ Estigma Social
8. Abril	Ueba! Ronaldo bate bola na traveca!	30/04/2008	Ilustrada	José Simão	Colunista faz piadas com a situação ocorrida entre Ronaldo e travestis.	Tentativa de humor com minorias/ Famosos
9. Maio	Os bezerrões	03/05/2008	Esporte	José Geraldo Couto	Colunista fala sobre ronaldo não assumir nenhuma face.	Violência/ Famosos/ Estigma Social
10. Abril	Alexandre Pato defende Ronaldo e diz que jogador é seu ídolo	30/04/2008	Esporte	Ansa	Jogador Alexandre Pato declarou que Ronaldo continua sendo seu ídolo mesmo depois de situação com travestis (estigmatização)	Violência/ Famosos/ Estigma Social
11. Maio	"Ronaldo caiu na mesma cilada que eu"	10/05/2008	Ilustrada	Mônica Bergamo	Ator global deu entrevista falando sobre revista que posou e sobre o caso envolvendo travestis e como elas estão “evoluídas”, e que são um “povo” infeliz. (uso do masculino)	Famosos

12. Maio	Sobrevivendo no INFERNO	29/05/2005	Ilustrada	Daniel Castro	Série sobre carandiru conta outras histórias que ocorrem dentro do presídio. Um dos episódios fala sobre o relacionamento entre “homens normais e travestis mas não há beijo na boca”	Televisão
13. Outubro	Ministério Público Federal pede cassação da Rede TV!	24/10/2005	Ilustrada	Camila Marques	MP pediu cassação da concessão da RedeTv por violações dos direitos humanos. Um dos programas violou direitos constitucionais como a discriminação a gays, travestis em pegadinhas ofensivas.	Televisão
14. Fevereiro	Silvio Santos constrange Bárbara Paz no "Qual É a Música?"	10/02/2002	Folha Online	Folha Online	Apresentador confundiu atriz com travesti	Televisão
15. Setembro	Televisão	03/09/2004	Ilustrada	Daniel Castro	Sílvio Santos abriu concurso para um programa só com travestis e proibiu apresentador de explorar travestis em seu programa.	Televisão
16. Setembro	Globalização leva à aceitação de travestis, afirma Florencia de la V	26/09/2004	Mundo	De Buenos Aires	Entrevista com a travesti que faz sucesso em novela argentina. (Uso do termo travestismo)	Televisão
17. Setembro	Travesti vira celebridade na TV argentina	26/09/2004	Mundo	Cláudia Dianni de Buenos Aires	Travesti ficou famosa na TV Argentina por seu papel em novela. (Uso do termo travestismo)	Televisão

7.4. Tabela das matérias analisadas na temática **Visibilidade**

Mês/ Dados	Título	Data	Caderno	Autor	Tema	Classificação
1. Maio	Maringá tem Marcha para Jesus e Parada Gay neste final de semana	19/05/2012	Cotidiano	Luiz Fernando Cardoso	Marcha para Jesus e Parada da Diversidade aconteceram no mesmo fim de semana causando conflitos entre evangélicos e LGBTs	T em LGBT
2. Junho	Homossexuais querem reunir 100 mil hoje na Parada Gay	25/06/2000	Ilustrada	ESTANISLAU MARIA	Participação na sigla LGBT	Sigla T de LGBT
3. Novembro	Exibição de fita nazista polemiza festival	11/11/2000	Ilustrada	Fábio Cypriano	Tema principal: Arte, filmes. No entanto, o tema principal são homossexuais	Artes/ Cinema
4. Novembro	"Parágrafo 175" ganha prêmio no Festival de Cinema Mix Brasil 2000	22/11/2000	Ilustrada	Folha de S. Paulo	Travestis são retratadas em filme.	Artes
5. Abril	"É Tudo Verdade": Julliu's Bar desvenda universo GLS na Baixada	06/04/2001	Ilustrada	José Geraldo Couto	Diretora de filme fala sobre filme em que retrata travestis.	Artes/cinema
6. Junho	Ser gay é crime em 70 países, diz Anistia	23/06/2001	Mundo	Rogério Wasserman	Relatório apresenta casos de tortura e maus tratos a homossexuais, travestis, transexuais.	Política/ Direitos Humanos/ Violência

7. Outubro	Transexuais e travestis podem usar nomes sociais em documentos na federal do AP	07/10/2009	Cotidiano	Gustavo Hennemann	Alunos travestis e transexuais de universidade conquistaram direito de usar nome social em documentos acadêmicos	Políticas Públicas
8. Junho	Curso para travesti une alfabetização e estética	10/06/2003	Cotidiano	Reportagem Local	21 travestis e garotas de programa irão fazer curso para se profissionalizar em curso que mistura estética e alfabetização.	Educação/ Visibilidade
9. Junho	Travestis e transexuais ganham ambulatório exclusivo em SP	11/06/2009	Multimídia	Fabio Rodrigues	Governo de SP inaugurou primeiro ambulatório dedicado exclusivamente a travestis e transexuais.	Saúde/ Políticas Públicas
10. Maio	Transexuais, travestis e afins	15/05/2003	Ilustrada	Contardo Calligaris	EUA instituiu leis que multam empregadores que discriminarem travestis e transexuais ou quaisquer outra identidade de gênero.	Lei/ Sociedade
11. Junho	Prefeitura dá carteira a travestis	02/06/2004	Campinas	Da Folha Campinas	Prefeitura de Campinas distribuiu carteiras de identificação para travestis para resgatar sua auto estima e para evitar problemas com a polícia	Sociedade/ Visibilidade

12. Julho	Travesti lança candidatura em São João da Boa Vista	30/07/2000	Folha Campinas	Cristina Camargo	Uma travesti se candidatou para vereadora em São João da Boa Vista. Ela é "líder" das travestis de sua cidade. (masculino e feminino)	Política
13. Fevereiro	População é ignorada pelo censo	23/02/2004	Cotidiano	Reportagem Local	Censo ainda não abarca números da população de travestis no Brasil. (uso do feminino)	Sociedade
14. Agosto	Nosso destino está nas mãos das mulheres	16/08/2000	Brasil	Luiz Caversan	Perfil de várias mulheres, entre elas, uma travesti	Sociedade